

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA

FERNANDA IKEDO

TRABALHO DE BASE:
Experiências e memórias de militantes políticos durante a ditadura militar no
Brasil e atuação pós-ditadura

Sorocaba/SP

2023

FERNANDA IKEDO BORGES

TRABALHO DE BASE:

Experiências e memórias de militantes políticos durante a ditadura militar no Brasil e atuação pós-ditadura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana na Contemporaneidade (PPGECH) para obtenção do título de Mestre em Estudos da Condição Humana na Contemporaneidade

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Mary Pires de Castro Melo

Sorocaba/SP

2023

Borges, Fernanda Ikedo

Trabalho de base : experiências e memórias de militantes políticos durante a ditadura militar no Brasil e atuação pós-ditadura / Fernanda Ikedo Borges -- 2023. 137f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Teresa Mary Pires de Castro Melo

Banca Examinadora: Marta Gouveia de Oliveira Rovai,

Kelen Christina Leite

Bibliografia

1. Trabalho de base. 2. Formação política. 3. Memória social.. I. Borges, Fernanda Ikedo. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fernanda Ikedo, realizada em 01/09/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Teresa Mary Pires de Castro Melo (UFSCar)

Profa. Dra. Kelen Christina Leite (UFSCar)

Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana.

À minha mãe Olga Peres Ikedo, que aprendeu a ler sozinha e com salários de operária têxtil
comprou um terreno e ergueu um lar, de onde me inspirou a ler o mundo.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus entrevistados Pedro Pontual, Frei Betto, Ranulfo Peloso e à minha entrevistada Celeste Fon, que compartilharam comigo experiências de luta, de resistência, desejos e anseios por uma nova sociedade, sem neoliberalismo e desigualdades sociais. Eu me sinto honrada de escutar tantas memórias significativas de construção de vínculos fortes de cumplicidade e de afeto por onde atuaram e onde atuam.

À minha filha Vitória e ao meu filho Pedro que me acompanharam nas aulas online - porque entrei no mestrado em 2021, na pandemia do Covid-19. Ela e ele entenderam, inúmeras vezes, que a mamãe estava no “seu tempo de estudo”. Apesar de me sentir, muitas vezes, dividida, sabia que precisava continuar e me manter no mestrado: se não agora, então, quando? As mães também podem ser pesquisadoras.

O tema deste trabalho envolve uma interdisciplinaridade que carrega uma vontade de transformação social da realidade e, por isso, a presença da professora e orientadora Teresa Mary Pires de Castro Melo foi tão importante ao me conduzir por essa seara com leveza, sem deixar o rigor acadêmico de lado.

Agradeço a todas as professoras e professores do PPGECH que contribuíram para a elaboração artesanal desta pesquisa. Em especial, à professora Kelen Christina Leite, a quem agradeço por ter trazido autores que foram importantes para a minha pesquisa e por ter aceitado o convite para participar da banca de avaliação.

À professora da Universidade Federal de Alfenas (Unifal) e historiadora, que admiro pela dedicação à escuta afetiva, Marta Gouveia de Oliveira Rovai que aceitou ser examinadora da banca.

À professora Viviane Melo de Mendonça, que coordena com afeto o programa inovador, inclusivo e inspirador que me acolheu, por ter aceitado ler este trabalho. Assim como agradeço também à professora Dulce Ferreira, da Universidade Federal do Maranhão por ter aceitado o mesmo convite.

Às colegas e aos colegas de turma que, apesar dos encontros terem sido virtuais, nunca faltaram com solidariedade e empatia. Às amigas Eliane Tróia, Elisângela Maria Thomazini, Raquel Peres Pereira Fujita e Rute Caires agradeço pelas trocas, conversas e desabafos.

Ao meu companheiro Fábio, que me deu o apoio necessário nessa travessia, porque o amor acolhe e inspira.

E ao respiro que o terceiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva representa por esperar mais políticas públicas sociais, quiçá com mais educadores populares mobilizando os povos para uma necessária formação política, em todo o território nacional.

Para ela

Inspiração tem nome celeste
Com uma força de fogo para romper discursos e grades
Com a persistência de quem quer liberdade
Lembrar e resistir, seu lema sagrado para um novo dia parir.

Para o cara prevenido do guarda-chuva

O primeiro dia que o encontrei ele estava no Colégio Equipe lançando obra junto com o Arbex. Era início dos anos 2000.
Chovia e na hora de ir embora ele se dizia um cara prevenido
Eu ainda não consigo lembrar do guarda-chuva, mas nunca mais deixei de carregar seus livros.

Para aquele da kitnet dos livros

Cheguei pontualmente no horário marcado
Tinha passado pela Maria Antonia lembrando das batalhas de outro tempo
Ele me recebeu em sua *kitnet* de contemplação e estudo
A primeira a entrevistá-lo após o desuso dos óculos
Me relatou experiências como educador militante que sempre foi
e da luta contínua que precisa ter chama intensa de amor e de solidariedade.

Para ele, do campo e cidade

Já tinha lido o Trabalho de Base que ele organizou e que conquista poder vê-lo e ouvi-lo pessoalmente, apesar de ter sido remotamente.
Quantas experiências e memórias pode ter um único ser?
Um ser alado de esperanças, aliado da luta progressista, amado pela militância,
E que ainda tem toda a paciência de aguardar o envio da minha transcrição de suas experiências.
O futuro é mesmo cheio de presentes.

Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido

RESUMO

Esta dissertação traz narrativas de militantes políticos sobre o trabalho de base durante a ditadura militar (1964-1985), assim como a atuação após esse período. O objetivo é, a partir dessas experiências e memórias, resgatar e analisar as narrativas e reflexões dos entrevistados e da entrevistada, procurando entender esses sujeitos políticos em sua formação, ação e contexto histórico. Utilizamos como metodologia a História Oral para uma escuta sensível (Rovai, 2021) e para o ato transcriativo numa conclusão do percurso (MEIHY, SEAWRIGHT, 2021). Os entrevistados e a entrevistada aqui ouvidos - Celeste Fon, Pedro Pontual, Ranulfo Peloso e Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto - enfrentaram a ditadura militar e participaram ativamente do processo de redemocratização do país, atuando com o tripé formação-organização-ação, por meio da educação popular como pedagogia para fazer o trabalho de base. A fundamentação teórica, interdisciplinar, além de trazer os conceitos de experiência e memória, discutiu as categorias trazidas pelas narrativas, tais como a formação política, a anistia, a luta social, a crítica do afastamento das bases com foco na institucionalidade política.

Palavras-Chave: Militância popular; Trabalho de base; Formação política, memória social.

ABSTRACT

This dissertation presents narratives from political activists about the groundwork during the military dictatorship (1964-1985), as well as their actions after that period. The objective is, based on these experiences and memories, to rescue and analyze the narratives and reflections of the interviewees and the interviewee seeking to understand these political subjects in their formation, action, and historical context. We use Oral History as a methodology for sensitive listening (Rovai, 2021) and the transcreative act after the journey (MEIHY, SEAWRIGHT, 2021). The interviewees heard here - Celeste Fon, Pedro Pontual, Ranulfo Peloso and, Carlos Alberto Libânio Christo, Frei Betto - faced the military dictatorship and actively participated in the country's re-democratization process, acting with the formation-organization-action tripod through popular education as a pedagogy to do the essential work. The theoretical, interdisciplinary foundation brings the concepts of experience and memory. It discusses the categories brought up by the narratives, such as political formation, amnesty, social struggle, and criticism of removing the bases with a focus on political institutionality.

Keywords: Popular militancy; groundwork; Political training; Social memory

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	15
2. O TRABALHO É NA BASE	23
2.1 SOLO FÉRTIL PARA OS MOVIMENTOS POPULARES	28
3. NARRATIVAS DE SI	39
3.1 CELESTE: DE VISITA EM VISITA SE FORMAVA A LUTA PELA ANISTIA	39
3.1.2 As marcas das prisões	41
3.1.3 Luta pela Anistia e contra as opressões de gênero	43
3.2 PEDRO PONTUAL: DO DESPERTAR DO VOCACIONAL À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	52
3.2.1 Uma formação emancipadora	54
3.2.2 O trabalho de base no Cepis	61
3.2.3 Construção de redes: um caminho possível	63
3.3 RANULFO PELOSO: DO APRENDIZADO POR OSMOSE À EXPERIÊNCIA DE SANTARÉM (PA)	64
3.3.1 O encontro de irmãos: descobrindo a verdade	66
3.3.2 Próximo, mas não em cima do palanque	69
3.3.3 O institucional que vira eleição x a necessidade de meter o corpo na realidade	70
3.4 FREI BETTO: EDUCAÇÃO POLÍTICA E JUSTIÇA SOCIAL	72
3.4.1 A língua do povo	75
3.4.2 Cristianismo fundamentalista ou pôr o pé na lama nos finais de semana	77
3.4.3 Educação popular e ação cultural	79
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
APÊNDICE - transcrição das entrevistas	91
ANEXO – Letra da música Pirâmide	136

1. INTRODUÇÃO

Como jornalista e mãe, minha pesquisa tem o interesse de obter outras visões de mundo que contraponham vozes oficiais através de uma escuta atenta aos movimentos que revelam horizontes mais possíveis.

Como trabalho de conclusão de curso de graduação (2002) escrevi um livro-reportagem que publiquei em 2003 com o apoio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LINC), da Prefeitura de Sorocaba, intitulado “Ditadura e repressão em Sorocaba: Histórias de quem resistiu e sobreviveu”. Nele trabalhei com pesquisas em jornais locais e nacionais da época da ditadura e ouvi narrativas de militantes (um vereador comunista, um padre, um ferroviário e um militante estudantil) que enfrentaram a censura, o medo, a tortura implacável, mas que, por fim, “venceram o inimigo invencível” – como diz a letra da música “Sonho Impossível”¹ – ao narrarem suas histórias, ao conquistarem viver em um sistema democrático apesar de tantas perdas irreparáveis.

No final da pesquisa descobri a história de Alexandre Vannucchi Leme, estudante de Geologia da USP, sorocabano, sequestrado e torturado até à morte em 1973. Alexandre virou um mártir. Seu sonho rompeu as grades da prisão ao ser aclamado por jovens e militantes que lutavam contra a opressão do Estado.

Depois de cinco anos do lançamento do livro, produzi “Porque Lutamos” (2009), um documentário sobre a trajetória de Alexandre com depoimentos de familiares, amigos, militantes e professores.

Com o livro e o DVD do documentário nas mãos, fui em algumas escolas públicas conversar com jovens do Ensino Fundamental e Médio que nunca tinham ouvido falar no Alexandre e, praticamente, desconheciam o período da ditadura militar no Brasil. Naquela época, a memória da sociedade estava mais voltada à celebração dos “vencidos” e à condenação dos poderosos que mandavam e desmandavam no país durante a ditadura (REIS, 2005).

Até o início da adolescência, eu não tinha estudado o que realmente tinha acontecido no Brasil de 1964 a 1985 senão por livros como de Educação Moral e Cívica², que reproduziam a

¹ A canção *Sonho impossível* é uma versão de Chico Buarque e Ruy Guerra da canção norte-americana “*The impossible dream*”, de Joe Darion e Mitch Leigh, e integra a trilha sonora do espetáculo “O homem de la mancha”, versão de Paulo Pontes e Flavio Rangel para o musical da Broadway “*Man of la mancha*”, de Dale Wasserman. A versão brasileira foi composta em 1972 e gravada em 1975 no disco Chico Buarque e Maria Bethânia Ao Vivo.

² A disciplina de Educação Moral e Cívica foi um componente curricular presente nas escolas do Brasil durante décadas, especialmente durante o período do regime militar que ocorreu de 1964 a 1985. Em tese, a disciplina tinha como objetivo promover a formação moral, ética e cívica dos estudantes, enfatizando valores considerados

História Oficial. Lembro que ao conversar com os jovens após o lançamento do documentário, o período da ditadura parecia muito distante, localizado num passado remoto, embora a nossa democracia ainda estivesse engatinhando.

Durante a pesquisa tomei contato com muitos documentos de organizações revolucionárias, desde atas de reuniões disponíveis em arquivos como o Arquivo Edgard Leuron, da Unicamp, e fichas do Departamento de Ordem Política e Social (Dops)³ no Arquivo do Estado. De acordo com Reis Filho (2006), existiram mais de 40 organizações revolucionárias entre 1964 e 1985, cada uma com suas bases e seu formato de atuação, no campo ou na cidade, nas fábricas ou nas Comunidades Eclesiais de Base. Sempre me surpreendeu e me atraiu a convicção dessas lutadoras e lutadores numa sociedade socialista, num outro mundo possível.

O livro-reportagem que escrevi como TCC, publicado em 2003, inicia com um trecho de reportagem de jornal que aborda a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, líder operário eleito no Brasil, em 2002, seguida de uma análise sobre o que essa mudança no plano da política representava ao país. Até 2022, o Brasil viveu três mandatos progressistas com Lula e Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, em 2016 os ventos mudaram e um golpe (embora não aos moldes militares)⁴ destituiu do cargo a então presidenta Dilma Rousseff, mostrando quem realmente detém o poder no país; isto é, aqueles que se elevam com a estrutura patriarcal e capitalista (já que, ao que tudo indica, o movimento do *impeachment* contou com o

importantes para a construção da identidade nacional e o fortalecimento da ordem política vigente. Na prática, ela promovia uma visão ideologicamente orientada em consonância com os interesses políticos do regime militar.

³ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi uma instituição que desempenhou um papel central durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Como órgão de inteligência e repressão, o DOPS operava para manter o controle do governo militar sobre a sociedade civil, sendo responsável por investigar, monitorar, perseguir e reprimir atividades consideradas subversivas ou contrárias ao governo. Em razão de uso de métodos de repressão e tortura, o DOPS se tornou um símbolo de repressão e violações dos direitos humanos.

⁴ A definição do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff como um golpe é controversa e a opinião sobre esse assunto varia amplamente dependendo das perspectivas políticas e ideológicas dos analistas. Embora o processo tenha sido validado pelas instâncias institucionais e seus defensores argumentem que o *impeachment* tenha sido legítimo e baseado em fundamentos jurídicos e constitucionais, partilhamos do entendimento de que o *impeachment* foi um golpe parlamentar, pois os motivos utilizados para o afastamento de Dilma Rousseff eram insuficientes para justificar a destituição de presidente eleito democraticamente. Corroborando este ponto de vista, resumimos aqui a notícia da Agência Brasil sobre decisão a respeito: Em agosto de 2023, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (Brasília), manteve por unanimidade a decisão que arquivou uma ação de improbidade contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Sobre isso, o ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão declarou: "A ratificação, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, da improcedência da ação de improbidade contra a ex-presidenta Dilma e contra o ex-ministro Guido Mantega e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho veio a confirmar o que todos já sabiam: a acusação era viciada e politicamente motivada. O *impeachment*, portanto, não foi legítimo". Para mais informações sobre o assunto ver RICHTER, André. TRF-1 mantém arquivamento de ação contra Dilma Rousseff: Decisão beneficia demais integrantes do governo da ex-presidente. Agência Brasil, 21 ago. 2023. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-08/trf-1-mantem-arquivamento-de-acao-contra-dilma>. Acesso em 2 set. 2023.

apoio de setores institucionais como o Supremo Tribunal Federal, a grande mídia e as elites do país)

A caracterização do *impeachment* como um golpe é assumida em artigo do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso (2022), também ministro do Supremo Tribunal Federal (STF):

A justificativa formal foram as denominadas ‘pedaladas fiscais’ – violação de normas orçamentárias –, embora o motivo real tenha sido a perda de sustentação política (devido à derrubada de uma presidenta sem crime de responsabilidade), afirmou o ministro em artigo para a primeira edição da revista do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Barroso, 2022).

Esse contexto fez surgir muitos comentários, entrevistas, artigos em jornais e falas de pessoas progressistas e de esquerda apontando a necessidade de uma autocrítica por parte do PT e a ausência do trabalho de base como uma das grandes falhas que teriam levado a mais esse golpe. Nos ensaios do Amanhã vai ser maior (2019), a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado aponta que a corrosão democrática foi consequência da ausência do trabalho de base, lacuna deixada aberta pelos movimentos e partidos de esquerda.⁵

Penso nas trajetórias daqueles que participaram das mais de 40 organizações revolucionárias que enfrentaram a ditadura, cada um com seu programa de ação, de contato e organização dos operários dentro e fora das fábricas, trabalhadoras e trabalhadores rurais, estudantes - muitos deles na condição da clandestinidade - da Ação Popular (AP), a POLOP (Política Operária) até às que pegaram em armas como a ALN (Ação Libertadora Nacional) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

Apesar das organizações terem formação política e ações combativas, “abriu-se a compreensão do distanciamento que existia entre suas ações armadas e a massa da população, bem como a falta de trabalho de base para conquistar o apoio popular” (LOPES, 2013, p. 48).

Uma das experiências mais marcantes da minha formação foi a leitura de documentos de alguns movimentos e organizações dessa época no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp. Através das atas das reuniões, eu pude sentir um pouco das angústias e dos anseios das pessoas envolvidas, mas me lembro de, sobretudo, admirar a coragem desses tantos que deixaram de lado a esfera privada da vida, conscientes dos riscos que ameaçavam tanto suas próprias vidas como as de familiares e outras pessoas próximas, para se engajarem na luta coletiva.

⁵ Como veremos, essa crítica de que o PT saiu das bases está colocada nas narrativas dos entrevistados e da entrevistada, principalmente, Ranulfo Peloso, quando se referem à década de 90 e à guinada de dedicação às eleições por parte do partido.

Eu costumava falar para os jovens nas escolas, geralmente no final da palestra, o aforismo “aqueles que não conseguem lembrar o passado estavam condenados a repeti-lo”, cuja autoria já chegou a ser dada à dom Pedro Casaldáliga, mas é da obra *A Vida da Razão* (1905), do filósofo espanhol George Santayana.⁶ Eu só não imaginava que seria possível, em menos de 10 anos, o Brasil ter tantos militares novamente no governo (Penido, 2020).

Esse percurso me motivou a trazer para esta pesquisa acadêmica a vontade de escutar narrativas sobre trabalho de base e as memórias como forma de conhecer um pouco das experiências de lutadores e lutadoras que defenderam a democracia do controle dos militares, pessoas que continuam agindo coletivamente pela transformação da realidade brasileira.

Segundo Mills (2009), o pesquisador precisa manter desperto o mundo interior, relacionando aquilo que está fazendo intelectualmente com o que está experimentando como pessoa:

o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício; para realizar suas próprias potencialidades, e quaisquer oportunidades que surjam em seu caminho, ele constrói um caráter que tem como núcleo as qualidades do bom trabalhador.

Isto significa que deve aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examiná-la e interpretá-la continuamente. Neste sentido, o artesanato é o centro de você mesmo, e você está envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar (Mills, 2009, p. 22).

Nesse sentido, é desse fazer intelectual que parte meu interesse e se consolida no tema e no resultado desta dissertação.

Cada narrativa aqui contida foi transcrita e está inserida no capítulo *Narrativas de Si*, no qual as origens, os contextos familiares e sociais trazem elementos sobre a formação humana e política de cada um dos entrevistados. Na sequência, caminhou-se para a militância política: o início do engajamento às lutas populares, o cenário político no qual o Brasil vivia e as exigências de comprometimento social que o trabalho de base implicava.

O pedagogo Paulo Freire é citado por *sulear*⁷ a prática dos entrevistados, que o tiveram como referência formativa e convívio, convidando a pensar e a ler o mundo com todos seus

⁶ George Santayana é o pseudônimo de Jorge Agustín Nicolás Ruiz de Santayana y Borrás, um filósofo, poeta e ensaísta poeta e ensaísta espanhol. O aforismo está presente no Vol. I, Cap. XII da obra *A vida da razão* (SANTAYANA, George. **The life of reason**. EBook. New York City, Open Road Media, 2017).

⁷ Paulo Freire define *sulear* como um conceito que representa o ato de "mergulhar na realidade", ou seja, uma abordagem educacional que envolve a compreensão profunda das experiências e contextos dos alunos, permitindo que o processo de aprendizagem seja baseado em suas vivências e desafios. Freire utiliza o termo "sulear" ao invés de "nortear" para enfatizar a ideia de que a educação não deve ser um processo de imposição de conhecimento de cima para baixo, mas sim uma experiência imersiva na realidade dos alunos. Enquanto "nortear" pode implicar em direcionar ou guiar de maneira mais autoritária, "sulear" remete a uma abordagem mais profunda e participativa,

cheiros, texturas, tamanhos e a despertar o autoconhecimento e a consciência crítica da realidade por meio de experiências próprias.

As experiências das Comunidades Eclesiais de Base expandiram a leitura da realidade e a reflexão sobre a necessidade de transformação do capitalismo à medida que os movimentos sociais, como afirma Sader (1988), criaram sujeitos coletivos com mais autonomia em relação à política institucionalizada, num contexto de descrença na representatividade das instituições.

Em *O Trabalho é na Base* (Peloso, 2012) está a confirmação por parte das experiências dos militantes e da militante da necessidade de estar junto nas bases para solidificar um processo de mudança social, de libertação.

Não há aqui uma história salvacionista, mas uma multiplicidade de experiências de pessoas que continuam (re)existindo na luta, contribuindo para a compreensão de um contexto histórico, da constituição do sujeito em si, da inserção do trabalho de base nas comunidades.

1.1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho integra a linha de pesquisa *Sujeitos de Discursos, Narrativas e Mobilidades* do Programa de Estudos da Condição Humana na Contemporaneidade (PPGECH), programa este que conta com diversas áreas do conhecimento, permitindo-me analisar as experiências e memórias dos entrevistados de forma interdisciplinar.

O caminho metodológico escolhido foi da História Oral, que nos ajuda a observar a relevância dos contextos e dos processos históricos muitas vezes negligenciados por uma história oficial. Assim, ouvi as experiências de quatro pessoas, militantes e educadores populares, que atuaram pela transformação da sociedade tendo o trabalho de base como instrumento e método, com foco nas experiências e memórias do fim da ditadura à redemocratização do país.

Como afirma Verena Alberti (2004, p.22): “Uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento”.

Cabe aqui destacar os conceitos experiência e memória. A começar pelo primeiro, recorro à Jorge Larrosa Bondía (2002), que pensa a educação a partir do par experiência/sentido, em sua estreita ligação com a palavra:

onde o educador e o educando mergulham juntos na realidade, dialogando e construindo o conhecimento de forma colaborativa. O termo é apresentado na obra *Pedagogia da Indignação* (2000).

As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras. (Bondía, 2002, p. 21).

A partir dessa introdução reflexiva ele aborda a palavra experiência, lembrando que em espanhol é “o que nos passa”. Experiência é o que nos acontece. Bondía cita o clássico texto *O narrador* (1987) de Walter Benjamin que “em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. Em primeiro lugar pelo excesso de informação” (Bondía, 2002, p. 21).

Bondía frisa que a afirmação benjaminiana de que há excesso de informação e que informação não é experiência não poderia soar mais atual, nesta época em se discute as estratégias dos algoritmos no controle da vida cotidiana, do uso exacerbado das redes sociais, do rápido desenvolvimento da inteligência artificial.

O sujeito da informação sabe muitas coisas, passa seu tempo buscando informação, o que mais o preocupa é não ter bastante informação; cada vez sabe mais, cada vez está melhor informado, porém, com essa obsessão pela informação e pelo saber (mas saber não no sentido de “sabedoria”, mas no sentido de “estar informado”), o que consegue é que nada lhe aconteça” (Bondía, 2002, p. 22).

Questiono-me o quanto o uso do *WhatsApp* e outras redes sociais tomam de tempo, do meu tempo enquanto mãe, jornalista, pesquisadora. Quantas experiências deixei de lado pelas horas distraídas (e que achei importante) no celular. E pensando nas lutas populares, lembro quantos abaixo-assinados e notas de repúdio assinei *online*. Assim, mais curiosidade me é aguçada a ouvir com mais e mais atenção Celeste, Ranulfo, Pedro e Frei Betto, num tempo em que eles contam que as conversas eram feitas, sempre, olho no olho. Sem outra alternativa.

Não se trata de um repúdio às novas tecnologias, mas, sim, uma reflexão a partir da provocação de Bondía, que nos remete a Benjamin sobre o nosso tempo, sobre uma sociedade da informação pela informação, debilitando a experiência: “O que eu quero apontar aqui é que uma sociedade constituída sob o signo da informação é uma sociedade na qual a experiência é impossível” (Bondía, 2002, p. 22) Bondía destaca também implicações do excesso de opiniões:

O periodismo é a fabricação da informação e a fabricação da opinião. E quando a informação e a opinião se sacralizam, quando ocupam todo o espaço do acontecer, então o sujeito individual não é outra coisa que o suporte informado da opinião individual, e o sujeito coletivo, esse que teria de fazer a história segundo os velhos marxistas, não é outra coisa que o suporte informado da opinião pública. Quer dizer,

um sujeito fabricado e manipulado pelos aparatos da informação e da opinião, um sujeito incapaz de experiência (Bondía, 2002, p. 22).⁸

Outra inimiga mortal da experiência é a velocidade, que prejudica a memória por não dar tempo nem espaço para uma conexão significativa entre acontecimentos (Bondía, 2002). Na área da educação, o autor critica a contagem de tempo do trabalho como forma de experiência. Isso porque o excesso de trabalho também é nocivo à experiência.

Nós somos sujeitos ultra-informados, transbordantes de opiniões e superestimulados, mas também sujeitos cheios de vontade e hiperativos. E por isso, porque sempre estamos querendo o que não é, porque estamos sempre em atividade, porque estamos sempre mobilizados, não podemos parar. E, por não podermos parar, nada nos acontece (Bondía, 2002, p. 24)

Eis que Bondía parece-nos dar uma fórmula nada convencional para que tenhamos experiência ou que sejamos tocados por ela. Para que isso aconteça:

requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (Bondía, 2002, p. 24)

Diante da leitura e do silêncio pensado das palavras de Bondía, fundamenta-se o uso da palavra experiência nesta pesquisa. Experiência como escuta afetiva - como nos diz Marta Rovai (2012) - da história oral, como um gesto de interrupção no ciclo acelerado das informações em que somos mergulhados para sermos tocados pelas memórias e experiências narradas pelos entrevistados e entrevistada, que são educadores populares falando sobre o trabalho de base.

Intuo aqui que sejam sujeitos de experiência, visto que “o sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura” (Bondía, 2022, p. 24). E quando o autor diz passividade refere-se a “uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como

⁸ Os entrevistados e a entrevistada desta pesquisa podem ser incluídos como da turma da escola chamada por Bondía, como a dos “velhos marxistas”. São os que pensam no sujeito coletivo como agente de transformação.

uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial” (Bondía, 2002, 19).

Recorrendo à Heidegger, Bondía define como o sujeito de experiência não o forte, impávido, anestesiado, mas sim o receptivo e o interpelado: “Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação” (Bondía, 2002, p. 26). Por isso, o sujeito da experiência produz um saber e uma práxis própria: “O que ocorre é que se trata de um saber distinto do saber científico e do saber da informação, e de uma práxis distinta daquela da técnica e do trabalho” (Bondía, 2002, p. 26).

É a experiência, então, mediadora da relação entre conhecimento e vida, sem tratar de conhecimento como mera mercadoria, nem de vida reduzida à dimensão biológica: “Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência” (Bondía, 2002, 19).

O período em que ouço as narrativas dos entrevistados e da entrevistada desta pesquisa é o de 2022, do Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro, que enalteceu o torturador Brilhante Ultra em discursos ainda como candidato à presidência da República.⁹ É nesse presente que ouço as memórias e experiências desses educadores populares, que se desvencilharam da morte durante a ditadura, mas que perderam amigos e viram entes queridos serem perseguidos, presos e torturados.

As entrevistas *online* com Celeste, Frei Betto e Ranulfo transcorreram conforme minha expectativa, seguindo um breve roteiro temático para deixá-los à vontade, com foco na temática de suas trajetórias políticas, na luta contra a ditadura e a inserção no trabalho de redemocratização durante a transição política do país.

Cada um de sua casa, e Frei Betto do seminário, falaram entre 1h20 e 2h. A única entrevista presencial foi com Pedro Pontual, que tinha acabado de se recuperar de uma cirurgia nos olhos. Em sua *kitnet* de estudos em São Paulo, ao lado da biblioteca Mário de Andrade, conversamos por 2h20. Retornei a ela e a eles as entrevistas transcritas e também enviei a dissertação antes da defesa, pois como destaca Rovai (2021, p. 16): “A devolução às chamadas comunidades de sentido dos trabalhos resultantes da história oral é parte fundamental da associação entre história oral e história pública”.

A história do Brasil é marcada por fissuras sociais e políticas que vão de polarizações a constantes ameaças de ruptura ao regime democrático. Nesse sentido, a pergunta que me

⁹ Bolsonaro elogia Ustra e diz que citação no impeachment de Dilma foi por 'dever de consciência'. Em 27 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6KVcjNqAXjw>. Acesso em 9 jul. 20223.

impulsiona nesta pesquisa é: **como foram as experiências desses militantes políticos no trabalho de formação, organização e mobilização na luta contra a ditadura militar?** Com as narrativas dos entrevistados procuro entender o que forjou esses sujeitos políticos dispostos à mudança e quais elementos estiveram presentes nesse contexto histórico que contribuíram para o fortalecimento da sociedade organizada.

Assim como a memória não é mero depósito de informações, a leitura crítica do mundo também não deve ser feita por meio de uma imposição autoritária (PORTELLI, 2016). Nesse sentido, trabalho com a história oral que dá visibilidade às relações dialógicas e interdisciplinares. Tendo como base a memória como processo e performance, algo que acontece no presente, em vez apenas de ser um testemunho do passado.

História de experiências. Entrevistas de história oral podem ser usadas no estudo da forma como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. Essa noção é particularmente desenvolvida em textos alemães, onde recebe o nome de *Erfahrungsgeschichte* ('história da experiência'), e aparece em combinação com a ideia de mudança de perspectiva (*Perspektivenwechsel*)” (Alberti, 2004, p.25).

Para Thompson (2000, p.10), a história oral “é um método que sempre foi interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura e assim por diante”. E Thompson reforça que “ela permaneça como uma forma fundamental de interação humana que transcende essas fronteiras disciplinares”.

Nesse sentido, os entrevistados são vozes que narram, expõem, denunciam os aspectos que limitam o viver pleno em sociedade e, ao mesmo tempo, anunciam o esperançar (legado de Paulo Freire), ações e possibilidades que se constituem como resistência e avanços por uma emancipação humana, possível. Nessas memórias interdisciplinares, cada uma com sua bagagem, há o desejo pela transformação social e a força de quem atuou na militância social e se mantém ativo na luta.

Esse caminho metodológico permite a união de fontes orais e escritas, de quem é do Sudeste, do Nordeste, de quem atua no campo, de quem está na luta por direitos nos grandes centros das cidades. São vozes que anunciam processos histórico-sociais, com as implicações de suas respectivas áreas profissionais e de militância. São memórias que abordam particularidades e coletividades, teoria e prática, no campo da filosofia, da história, da educação, da cultura. Nesse sentido, formam na pesquisa uma pluralidade de referências com alguns denominadores em comum: a luta social, o trabalho de base, a transformação social, o esperançar e a luta pela democracia. Como afirma Sader (1988, p. 315), “as promessas dos

movimentos sociais inscritas numa memória coletiva, podem ser reatualizadas. E elas são, mesmo, condição para uma efetiva democracia entre nós”.

Na obra *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, escrita após o exame de testemunhos e autobiografias, Beatriz Sarlo (2007) trata do passado e da memória. Contrapondo-se às histórias oficiais e dando ênfase na guinada subjetiva das décadas de 1970 e 1980, Sarlo (2007) destaca a restauração da “razão do sujeito”. Diz ela: “a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (Sarlo, 2007, p. 19).

Como pesquisadora da ditadura e da transição democrática na Argentina, Sarlo afirma:

A memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina. O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do ‘nunca mais’ se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido (Sarlo, 2007, p. 20).

Esses testemunhos têm visibilidade como manifestações públicas. Entre as contribuições da história pública, Rovai (2020) chama à reflexão a necessária escuta e interação com narrativas e saberes pela divulgação da história e da memória. Lembrando de José Carlos Sebe Bom Meihy (1992) no Curso de Introdução à História Pública, na Universidade de São Paulo em 2011, Marta cita a preocupação dele com “uma história-escuta, uma história denúncia, uma história-acolhimento; enfim, uma história pública de intervenção social em busca de políticas públicas de reparação” (Rovai, 2020, p. 8). Um trabalho que exige um constante diálogo interdisciplinar, como ela mesma pontua.

Sobre essas narrações de experiências tornadas públicas, abro aqui uma conversa imaginada de Sarlo com o espanhol Bondía para pensar minha pesquisa. Ela questiona: “Em vez de reviver a experiência, o relato seria uma forma de aniquilá-la, forçando-a a responder uma convenção?” (2007, p.42). Por sua vez, na definição da qual compactuo, Bondía pontua: “o saber da experiência não pode beneficiar-se de qualquer alforria, quer dizer, ninguém pode aprender da experiência de outro, a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria” (2002, p. 27). Da mesma forma que não é possível reconstituir os fatos do passado, mas relembrá-los, dando o caráter passado presente (Sarlo, 2007).

A intenção era que todas as entrevistas fossem feitas de forma presencial, a despeito da necessidade de locomoção para outras cidades. Mas dado o atraso da vacinação no Brasil e novas ondas de aumento de casos de Covid-19, priorizou-se a segurança e a saúde. Por isso, as entrevistas foram realizadas de forma *online* no primeiro semestre de 2022. Apenas uma das entrevistas foi realizada na modalidade presencial, em São Paulo, na kitnet de estudo de Pedro Pontual.

Todos foram informados sobre o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, tendo concordado em assiná-lo e autorizando a identificação de seus nomes no trabalho. Mesmo que o contato tenha sido intermediado por telas, mensagens de texto e *e-mail*, construiu-se uma relação de muito respeito, baseada em toda a admiração que tenho por essas pessoas que se mantêm firmes na busca por formar, organizar e agir por uma nova sociedade.

As questões do roteiro de entrevista, enviado junto com o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética de Pesquisa da UFSCar (número do Parecer: 5.393.538), incluiu questões abertas sobre o tema da militância política: a conscientização política dos próprios narradores e da narradora, a atuação nos movimentos populares, a luta contra a ditadura, o processo de trabalho de base na redemocratização do país.

Nesta pesquisa, os sujeitos que narraram suas experiências e memórias, com histórias pessoais que se ligam à luta coletiva contra a ditadura, pela redemocratização do país são:

- **Celeste Fon:** participou da campanha da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, como irmã dos presos políticos Antonio Carlos Fon e Aton Fon Filho, e no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-SP). Foi coordenadora do CEPIS do Instituto Sedes Sapientiae. Mora em Bragança Paulista (SP).
- **Ranulfo Peloso:** educador popular, formando pelo ITER – Instituto Teológico do Recife, 1968 -1972, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém- PA 1980-1983, assessor do Departamento Rural da CUT-SP de 1985- 1988, educador no Instituto Cajamar em 1988. Mora em São José dos Campos (SP).
- **Pedro de Carvalho Pontual:** educador popular que desde 1970 atua em diversos movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONGS). Doutor em Educação pela PUC/SP, vinculado ao Conselho de Educação Popular da América Latina (CEAAL). Mora em São Paulo, capital.

- **Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto):** frade dominicano Frei Betto, ligado às comunidades eclesiais de base e que atuou junto com Paulo Freire, aliados à convicção de lutar sempre por uma consciência crítica da realidade por meio das próprias experiências. Mora em São Paulo, capital.

Após a realização das entrevistas, foram realizadas as seguintes etapas: transcrição, análise para elaboração das categorias e, nesse movimento de ouvir e transcrever as narrativas foram pesquisadas outras fontes teóricas para referendar e fundamentar as categorias trazidas.

Pela ética exigida pela pesquisa e pelo respeito e construção de afeto na minha relação com os entrevistados e com a entrevistada, também retornei a eles as transcrições deixando livre para que pudessem fazer observações, correções ou até mesmo exclusões, caso fosse necessário.

2. O TRABALHO É NA BASE

a história oral é, principalmente, um modo de deixar a política e as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciando seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas. (Portelli, 2010, p. 27)

De acordo com Peloso trabalho de base “é a ação política transformadora de militantes da organização popular, em determinado território, que estimula, desperta, organiza e acompanha o povo no enfrentamento de desafios cotidianos e liga essa luta à luta geral contra a opressão”. Antes de abordarmos a teoria e as experiências sobre esse conceito, é necessária uma contextualização, ainda que breve, dos fatos que conduziram o Brasil ao cenário temporal ao qual os depoimentos se referem.

Assim, no intento de colocar em perspectiva histórico-social a instalação da ditadura militar, trazemos brevemente alguns elementos que antecederam o golpe ea deposição do presidente João Goulart (Jango) em 1964.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por profundas mudanças no corpo social brasileiro, notadamente com a urbanização acelerada, decorrente da industrialização, assim como a crescente dependência do capital estrangeiro. Neste contexto aprofundaram-se os conflitos sociais e, como resposta às condições precárias de grande parte da população, intensificou-se a organização da sociedade. Pontuamos isto para evidenciar o processo de estruturação popular pelo qual o país passava antes mesmo do Golpe de 64.

Em janeiro de 1961, Jânio da Silva Quadros tomou posse na Presidência da República, tendo como vice João Goulart. A Constituição vigente à época previa eleições separadas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente e, desta maneira, os principais chefes do executivo do governo federal poderiam não comungar das mesmas visões políticas. Foi este o caso nesta eleição: Jânio era do Partido Democrata Cristão (PDC) e apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), partido de orientação conservadora e antagonista das políticas de Getúlio Vargas. Por outro lado, João Goulart era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado ao operariado urbano e aos sindicatos, além de herdeiro político de Getúlio Vargas.

Entretanto, logo em agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia à presidência pressionado pelos setores conservadores, depois de ter apresentado um governo contraditório que, por um lado atendia às demandas da política econômica conservadora, e por outro acenava para os países do eixo socialista, propondo relações comerciais e diplomáticas.

Neste contexto, Jango assumiu a presidência em meio a um turbulento cenário de tentativas de impedimento, contrapostas a ações de resistência exitosas, turbulência que

acompanharia todo o mandato de Jango. Sua tentativa de implementar reformas políticas de base provocou uma crescente tensão com as forças da direita e, ao mesmo tempo em que atenderiam às demandas da sociedade organizada em torno desses temas e necessidades.

Tais reformas abrangiam cinco pontos centrais: as questões fiscais, administrativas, bancárias, universitárias e agrária. Neste ponto, a reforma previa uma mudança na Constituição vigente referente à indenização da desapropriação de terras, mas que, principalmente, colocava em pauta as inconsistências do país, constituindo um importante *locus* de luta popular já estabelecido, bem representado pelas Ligas Camponesas.

De forma majoritária, as Ligas Camponesas são consideradas pela historiografia como a principal organização que atuou no mundo rural brasileiro antes do golpe de 1964. Segundo Leonilde Medeiros (1995), as Ligas passaram a figurar no imaginário sociológico como um verdadeiro marco de ruptura, a partir do qual era possível estabelecer a distinção entre movimentos revolucionários e reformistas.¹⁰ A primeira Liga surgiu em 1955 no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata pernambucana. Rapidamente o modelo de organização como associação civil, sem o reconhecimento oficial do Estado, expandiu-se, chegando a outros estados. Sua atuação mais intensa se deu no Nordeste, sobretudo em Pernambuco e na Paraíba. (Dezemone, 2016, p. 138)

Assim como as Ligas Camponesas, as classes artística e estudantil estavam organizadas, notadamente a partir dos anos 1960, no Centro Popular de Cultura (CPC) e na União Nacional dos Estudantes (UNE) que, entre consensos e dissensos, construíram bases para o que viria como resistência após 1964. A arte engajada dos CPCs era, segundo Canetacci (2004 p. 32) o que dava base à ação política do CPC, era o seu instrumento de articulação, de comunicação com o povo. Qualquer outro tipo de arte – desvinculada da militância política e, conseqüentemente, da realidade social – era rejeitada como arte alienada e alienante. Nesse sentido, para o CPC, arte e política se misturam, sendo a primeira um recurso para a última.

Nessa época, tanto o Partido Comunista Brasileiro quanto as cisões dele derivadas (como o PC do B criado em 1962 e o POR(T) o Partido Socialista Revolucionário Trotskista) desenvolviam um trabalho nas bases, mas, que na leitura de Gorender, falharam em dar seqüência a esse trabalho:

Apesar de certos resultados positivos nos contatos com os operários urbanos e rurais, o POR (T) se mostrou incapaz de superar a estreiteza obreirista do trotskismo e de se

¹⁰ Movimentos sociais reformistas e revolucionários são duas abordagens que desempenham papéis significativos na luta por mudanças sociais, com base na natureza dos problemas e nas condições políticas de determinado contexto, das circunstâncias e dos objetivos dos movimentos sociais. No campo dos movimentos sociais entende-se que, de maneira geral, os movimentos reformistas buscam mudanças sociais e políticas de maneira gradual, por meio da participação em instituições políticas e trabalhando dentro do sistema, como partidos políticos, para influenciar as políticas públicas. Os movimentos revolucionários, por sua vez, almejam transformações profundas e radicais na estrutura da sociedade. Muitas vezes, recorrem a métodos de ação direta, como protestos em massa e até mesmo revoluções armadas, para alcançar seus objetivos (Gohn, 1997)

expressar com habilidade na política concreta. Derivou para uma extremação de posições, que o deixavam afastado do movimento de massas. (Gorender, 1998, p. 39)

Como o PCB estava sendo encarado como reformista e não mais revolucionário, deixou margem para a criação de outros partidos e organizações como o Polop (Política Operária), que se difundiu no meio universitário e realizou três congressos antes do golpe de Estado (1961, 1963 e 1964). Éder e Emir Sader integraram o Polop, assim como Moniz Bandeira, Vânia Bambirra, entre outros:

A Polop se especializou na crítica ao reformismo e ao nacionalismo, porém se mostrou incapaz de elaborar uma alternativa tática viável. Impotência prática que resultava da recusa a participar no movimento pelas reformas de base (do governo João Goulart) e da proposição de uma frente de esquerda que não admitia senão representantes da classe operária, afinal de contas reiterando o obreirismo trotskista (Gorender, 1998, p.40).

Também no interior da Igreja Católica¹¹, nas décadas de 1950 e 1960 surgiam organizações leigas, como os Círculos Operários (COs) a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) entre outras. Inseridas nos diversos setores da sociedade, tais organizações tinham um cunho conservador, no entanto, segundo Barbosa (2007 p. 105):

Ainda antes de 1964, impulsionados pelo processo de *aggiornamento*, conduzido pelo Papa João XXIII, inspirados pelas encíclicas que chamavam atenção para os problemas sociais e para os interesses dos desfavorecidos de todas as misérias, grupos e movimentos católicos começaram a se agitar. (...) emergiu uma organização radical, a Ação Popular, a AP, que reuniu forças suficientes para se tornar hegemônica na União Nacional dos Estudantes (UNE) e participou ativamente do amplo movimento das reformas de base.

Segundo o autor, “O processo que gerou a AP no interior da Igreja católica deu as bases para a Teologia da Libertação e de importantes movimentos católicos nos anos subsequentes” (Barbosa, 2007, p. 105), como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que veremos neste trabalho.

No Brasil, pré-golpe de Estado de 1964, Gorender (1998) relata como os comunistas do PCB iam às massas operárias para organizá-las politicamente:

¹¹ Segundo Campos (2008), na década de 1960, a população católica no Brasil era dominante e representava a grande maioria dos fiéis. Neste momento, a Igreja Católica desempenhava um papel central na vida religiosa e cultural do país, influenciando diversas esferas da sociedade e aproximadamente 93,7% da população brasileira se identificava como católica. No entanto, ao longo das décadas seguintes, houve uma mudança significativa na demografia religiosa no Brasil, com uma diminuição na proporção de católicos e o aumento de outras denominações religiosas, como os evangélicos. Esse fenômeno representa uma transformação marcante na paisagem religiosa do país.

De 1951 a 1953, fiz parte do secretariado do Comitê Estadual do PCB em São Paulo, a cuja frente se encontrava o primeiro secretário Carlos Mariguella. Além de responsável pelo setor de propaganda e pela atuação nos meios intelectuais, *eu descia*, como se dizia no jargão partidário, às bases operárias da capital de Santo André e outras cidades da região do ABC, de Sorocaba e Santos. (GORENDER, 1998, p. 26)

Nesse sentido, o momento pré-1964 era de perspectivas de mudanças. Impulsionados pela organização da sociedade civil, temas como a valorização da cultura do povo e o entendimento da profunda disparidade de condições de vida da população brasileira passam a ser debatidos no interior da sociedade.

Importante destacar que este período de fecunda organização popular pré-golpe não se deu apenas no Brasil, mas em grande parte da América Latina e Caribe, historicamente produtos de colonização dos países desenvolvidos. A Revolução Cubana (1959) e a instauração de um governo socialista (1961) era um ícone dessas lutas da sociedade, representando, por um lado, a possibilidade de transformações importantes e justiça social para as classes menos favorecidas e, por outro, a “ameaça do comunismo” para as classes mais favorecidas. Neste cenário, foram implantadas ditaduras em vários países da América Latina.

Assim, chegamos a março de 1964 para encontrar um país dividido em torno das reformas de base propostas por Jango, mas com raízes mais profundas nesta cizânia. A classe dominante, notadamente os proprietários de terra, assim como parcelas das forças armadas e a ingerência estadunidense no contexto da Guerra Fria, engendraram o golpe para destituir o governo de Jango e instaurar uma nova ordem política, social e cultural no país.

A mobilização das massas em torno da realização das reformas, com apoio de sindicatos e de organizações populares, logrou êxito. O dia 13 de março de 1964 foi marcado pelo grande comício em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com aproximadamente 200 mil pessoas. As declarações de Jango emitidas durante o evento foram alardeadas pela imprensa, como a da intenção de desapropriação de terras improdutivas contida no decreto da Superintendência de Política Agrária (SUPRA).

Nesse comício, Jango se compromete com as reformas de base e em seu discurso memorável, afirma:

(...) sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria, dar-lhe aquela aparência bem comportada com que alguns pretendem enganar o povo. Brasileiros, a hora é das reformas de estrutura, de métodos, de estilo de trabalho e de objetivo. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformar; que não é mais possível admitir que essa estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional para milhões de brasileiros que da portentosa civilização industrial conhecem apenas a vida cara, os sofrimentos e as ilusões passadas.

O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos. (Goulart, 2010)

Vamos nos atentar à proposta do presidente, que não propunha revolução, mas reformas “pela paz social”. Ainda assim, a ala conservadora da sociedade organizou como resposta, em 19 de março, em São Paulo, capital, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, replicada em outros lugares pelo país. Mobilizadas por notícias alarmistas sobre uma possível conspiração comunista, alas conservadoras e/ou de extrema direita se organizaram para desestabilizar o governo federal.

No dia seguinte, 20 de março, o general Castelo Branco manifestou-se em circular aos oficiais do estado-maior, sobre a ameaça dos acontecimentos e decisões do governo federal à segurança nacional. Os militares, chefiados pelo general do exército Humberto Castelo Branco e endossando “os perigos do comunismo”, começaram a organizar as tropas que, lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho, iniciaram uma movimentação no dia 31 de março, saindo de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro (embora a data de 1 de abril seja indicada como a mais provável), instaurando o período da Ditadura Militar que perdurou 21 anos.

Essas movimentações dos militares, da Igreja Católica e de outros setores demonstram que a ditadura é uma construção histórica e não, simplesmente, imposta de cima para baixo (Reis, 2005).

O Ato Institucional nº 2 (27 de outubro de 1965) instituiu o bipartidarismo no Brasil, institucionalizado até 1979 através de dois partidos: a ARENA, que sustentava o regime militar, e o MDB, que atuava em oposição tolerável ao regime. Recrudesceram a censura à imprensa, às artes e ao direito à associação, assim como a restrição aos direitos políticos, muitas vezes com a intervenção policial aos que se opunham ao regime instaurado. Em 1968, foi promulgado ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), com endurecimento das medidas antidemocráticas, prisões, tortura e morte de opositores ao regime.

Neste cenário, a parcela da população organizada na oposição optou por diversos modos de luta, incluindo a adesão à luta armada, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outros.

Alguns movimentos e ações surgiram ou se fortaleceram nesse momento e, da politização das massas, frutificaram iniciativas de cultura popular como nunca havia ocorrido em épocas anteriores:

Partiram da UNE (União Nacional dos Estudantes) os Centros Populares de Cultura, pródigos no âmbito do teatro, da poesia, do cinema. Com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, expandiu-se o Movimento de Educação pela Base, atuante nos bairros pobres. O método de alfabetização de adultos do educador Paulo

Freire teve aplicação em Pernambuco e daí se difundiu pelo país (Gorender, 1998, p.53).

Outras organizações empreenderam ações de educação de base e é sobre elas que vamos ler a partir dos depoimentos da entrevistada e dos entrevistados para esta pesquisa.

2.1 SOLO FÉRTIL PARA OS MOVIMENTOS POPULARES

Uma das grandes influências diretas na organização dos movimentos populares e de esquerda foi o Concílio Vaticano II (1962 - 1965), realizado no pontificado do Papa João XXIII, que chama a Igreja Católica a uma transformação no sentido de adequar-se às condições contemporâneas mundiais, em acelerada transformação.

Sobre o Concílio Vaticano II, SERBIN avalia:

O Concílio Vaticano II reuniu em Roma mais de dois mil bispos e centenas de teólogos de todas as partes do mundo. Eles reformaram a doutrina e as estruturas, numa tentativa de tirar o catolicismo do mal-estar em que se encontrava desde o final da Segunda Guerra Mundial, e torna-lo relevante em um mundo moderno em rápida transformação. Por sua vez, a ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impeliu os teólogos o clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida. Significativamente, o Vaticano II enfatizou o diálogo dentro da instituição e com outras fés e filosofias. Além das reformas doutrinárias frente ao mundo moderno, a questão dos pobres foi outra temática de suma importância desenvolvida oficialmente pelo concílio. (Serbin, 2001, p. 93).

Com este documento, João XXIII incentivou sacerdotes a se inserirem das questões sociais e possibilitou autonomia às organizações de leigos para que trabalhassem também com essas questões, constituindo a Doutrina Social Católica (Barbosa, 2017). Segundo Barbosa (2017, p.22) o Concílio foi realizado “no mundo que a própria Igreja denominava de moderno e que assistia à urbanização, à formação da classe operária em diversas regiões do mundo, ao enriquecimento da classe empresarial e à mudança dos valores morais”.

Neste processo tiveram grande importância as Encíclicas Papais¹², notadamente a *Rerum novarum*, publicada por Leão XIII em 1891, na qual eram denunciadas as condições de trabalho desumanas da classe operária, e a *Ubi Arcano Dei* de 1922, escrita sob o papado de Pio XII, que exorta leigos à participação no apostolado hierárquico, no que se chamou “Ação Católica”.

Cabe aqui uma breve consideração sobre o momento atual da Igreja Católica, cujo corpo hierárquico e leigo é bastante heterogêneo em relação às condições de trabalho, a fome e outras

¹² Da redução do Latim *littera encyclica*, carta circular é um documento papal no qual são comunicadas à comunidade católica posições e considerações importantes do Papa sobre variados temas

desigualdades. O Papa Francisco publicou em 2020, durante o período pandêmico da Covid, a Encíclica *Fratelli tutti*, sobre a fraternidade e a amizade social.

O Papa se dirige a todas as pessoas e ao mundo inteiro, abalado pela pandemia e dilacerado por flagelos como as guerras e a pobreza. Ele nos exorta a agir juntos, para "reavivar entre todos uma aspiração mundial de fraternidade". "Sonhemos" - escreve -, "como uma só humanidade, como viajantes feitos da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que acolhe todos nós, cada um com a riqueza de sua fé ou convicções, cada um com sua própria voz, todos irmãos! Diante de "várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros", o convite do Pontífice é "reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite às palavras". "Fratelli tutti", um ano depois: uma bússola para sonhar novamente (Amedeo Lomonaco, 2021, s/p).

Por outro lado, vimos recrudescer nos últimos anos, *pari passu* aos movimentos das igrejas neopentecostais, a Renovação Carismática Católica (RCC), de caráter conservador, que se aproxima dos neopentecostais nas práticas da cura, da glossolalia e da atuação na política institucional.

Alguns autores têm destacado a existência de pontos de convergência entre a RCC e o pentecostalismo. Assim, para Cecília Mariz e M. das Dores Machado, observa-se, em ambos os movimentos, a experiência subjetiva da conversão; a auto atribuição de uma missão; a noção de identidade religiosa adquirida e não herdada; a ênfase na escolha religiosa individual; a atribuição de poder ao leigo, relegando para segundo plano a mediação eclesial; a prática religiosa emocional; o compromisso e comportamento ascético; o uso de termos comuns, como orar e louvar; e a construção de uma "demonização" do espiritismo e das religiões afro-brasileiras. O discurso sobre a demonização e o moralismo individual aumenta nos grupos de oração das camadas menos favorecidas aproximando ainda mais a RCC dos pentecostais (Mariz; Machado, 1994 apud Oro; Alves, 2013, p. 125)

Em 1968, Medellín, na Colômbia, a igreja católica, liderada pelo papa Paulo VI, fez a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Nesta Conferência, produziu-se um documento com base no Concílio Vaticano II (1962-1965), que resultou numa postura libertadora da Igreja da América Latina contra as opressões. No contexto internacional de guerra-fria (EUA x URSS; capitalismo x socialismo), a mudança definida em Medellín favoreceu o desenvolvimento de trabalhos nas comunidades por meio da educação libertadora.

A Conferência Medellín também deu visibilidade aos teólogos que refletiam sobre as temáticas que viriam a ser conhecidas como Teoria da Libertação, originárias na Ação Católica e da Igreja Popular que, segundo Barbosa (2017, p. 69) refere-se a "organizações como CEBs, CPT, CIMI, PO e outras pastorais que envolvem as classes populares e que têm como preocupação evangelizar e modificar as estruturas socioeconômicas injustas, que marginalizam e oprimem essas mesmas classes.

Como movimento social, as Comunidades Eclesiais de Base contribuíram com o processo de redemocratização brasileira. Além dos movimentos e organizações de esquerda, a luta contra a ditadura via surgirem novos personagens como o Clube de Mães em São Bernardo do Campo (1973), que reivindicavam por creches e outros direitos (Sader, 1988).

Esses sujeitos ganharam visibilidade pelos valores que professavam, por sua linguagem, pelos lugares onde se manifestavam, indicando a emergência de novas identidades coletivas. Neste contexto, Sader destaca quatro movimentos: o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a oposição metalúrgica de São Paulo, a Comissão de Saúde da zona leste da capital e o Clube de Mães da periferia sul de São Paulo. Segundo Sader (1988, p.26), “atores sociais e intérpretes, no próprio calor da hora, se aperceberam de que havia algo de novo emergindo na história social do país, cujo significado, no entanto, era difícil de ser imediatamente captado”. Segundo o autor,

Os movimentos constituídos a partir de trabalhadores precários, de donas de casa, de favelados, tendo por base a ‘esfera da reprodução’, teriam de se apoiar em outras referências. Tinham consciência da falta de poder de barganha e pressão na esfera da produção. Desenvolvendo suas reivindicações na esfera da reprodução, não dispunham de um poder no nível econômico para sustentar seus movimentos. (Sader, 1988, p. 221)

A memória política das CEBs evidencia a capacidade do povo de realizar manifestações massivas a partir da articulação de pequenos grupos comunitários. Também demonstra sua capacidade inventiva para a construção de novas experiências de vida, com base nos afetos e em valores presentes na religiosidade (embora ressignificados) e na cultura popular (Pamplona, 2020, p.7).

Uma pesquisa realizada em 1992, feita com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), aponta que havia mais de 28 mil CEB’s pelo país, conforme dados de 40% das paróquias brasileiras (Pamplona, 2020). A estimativa, no total, era de aproximadamente 70 mil CEB’s.

Em comum, além de serem educadores populares, os quatro entrevistados se encontraram e atuaram na equipe do Cepis – Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae*, em São Paulo. O Instituto *Sede Sapientiae* foi criado em 1975 pela Congregação das Cônegas de Santo Agostinho, no bairro Perdizes, em São Paulo, como clínica psicológica gratuita e instituto cultural, dirigido pela Madre Cristina. Dentro do Instituto *Sedes Sapientiae*, o Cepis oferecia assessoria engajada na transformação da realidade brasileira a movimentos, entidades e sindicatos.

O Cepis nasceu como “órgão de resistência, de treinamento militante” contra a repressão, tendo o marxismo como ferramenta utilizada tanto por cristãos como por ativistas não religiosos (Lopes, 2013). Foram os militantes políticos e educadores populares do Cepis que ajudaram a organizar, formar e assessorar movimentos para a luta popular, tendo como guarda-chuva a igreja católica. As experiências corajosas da fundadora mãe Cristina e de Maria Nilde Mascellani, e a inspiração de Paulo Freire, fizeram do Cepis uma estrutura decisiva para novas ações pós-luta armada na década de 1970.

Neste momento, diante do fracasso das guerrilhas urbanas e rurais, começam a surgir análises críticas, muito autorreferenciadas, à ação política dos movimentos em seu distanciamento com a sua base popular. Em *Semeadores da Utopia*, Bárbara Lopes (2013) traz narrativas de lutadores, incluindo o próprio Frei Betto, que já faziam essa autocrítica. No prólogo do livro, o revolucionário cubano Fernando Martínez Heredia (que como educador popular conheceu Frei Betto na Nicarágua, e também teve contato com Celeste Fon no Cepis, e com o militante Pedro Pontual) afirma:

Aos poucos, abriu-se a compreensão do distanciamento que existia entre suas ações armadas e a massa da população, bem como a falta de trabalho de base para conquistar o apoio popular. Mas, quando se sabe tirar proveito, as derrotas e as grandes provas trazem lições extremamente valiosas. Aprender como é o povo e como reage, o que o motiva, aprender do povo, aprender a trabalhar de forma sistemática no e com o povo foi o caminho. (Lopes, 2013, p. 16)

Maior de 1978 marca o ressurgimento do sindicalismo alavancado pelas greves dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, que vão repercutir em todo o país, reconduzindo a classe trabalhadora a o papel de protagonista nas lutas pela redemocratização e denúncia da superexploração da força de trabalho, da ação deletéria do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesses movimentos, Sader (1988) encontrou uma disposição coletiva de autoafirmação, como é o caso de movimentos de bairro e do “novo sindicalismo” que, a partir de 1978 emerge na cena nacional.¹³

¹³ O sindicalismo brasileiro tem suas origens nas primeiras décadas do século XX e é caracterizado por organizações sindicais tradicionais, muitas das quais estavam vinculadas a setores específicos da classe trabalhadora, como metalúrgicos, bancários, entre outros. Essas organizações frequentemente mantinham ligações com partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro, e seu foco estava na defesa dos direitos dos trabalhadores, incluindo negociações coletivas, greves e melhores condições de trabalho. O “novo sindicalismo” surgiu durante o processo de redemocratização do Brasil (décadas de 1970 e 1980) e, diferentemente do sindicalismo tradicional, o novo sindicalismo representou uma abordagem mais autônoma e independente em relação aos partidos políticos, buscando uma maior autonomia em relação às influências partidárias. Além disso, o novo sindicalismo ampliou sua perspectiva de luta, abrangendo não apenas questões trabalhistas, mas também questões sociais e políticas mais amplas. Subjacente a esta mudança está a crença de que a independência lhes permitiria defender os interesses dos trabalhadores de forma mais direta e eficaz. Uma das marcas registradas desse movimento foi a mobilização de base. Os sindicatos promoveram greves e manifestações como estratégias para

Este “novo sindicalismo”, bastante atuante nos anos 80, valorizava a organização das bases e do local de trabalho como *locus* de intervenção e fazer político. Antunes (2002, p. 152) analisa:

Diria que, na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o novo sindicalismo ao longo da última década. Porém, paralelamente a esse processo, nos últimos anos da década de 1980, acentuavam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriam o nosso sindicalismo na onda regressiva. A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas dentro de um quadro recessivo intensificado, deslanchavam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que a indústria automobilística é um forte exemplo. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização, tiveram, no neoliberalismo do projeto Collor, forte impulso.

As Comunidades Eclesiais de Base, apropriadas pela Teologia da Libertação por meio de educadores populares – realizando o trabalho de base com formação, organização e ação - contribuíram para o surgimento de outros grandes movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e para a formação de núcleos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como aponta Betto (2006), da luta contra a carestia, as oposições sindicais, que se romperam na década de 70, brotaria um partido popular, ou seja, de baixo para cima e não de fora para dentro do país.

De meados da década de 80 para a década de 90, as articulações passaram então a ser nacionais e esses movimentos, entidades e o próprio PT assumiram lutas por moradia, reforma urbana e outras causas que culminaram na luta pela Constituinte de 1988. Essa articulação resultou também na criação da Central de Movimentos Populares (CMP), em 1993.

No Brasil, a oposição mais organizada aos militares e a crise econômica fortaleceram o movimento Diretas Já (1984), que culminou com a eleição (indireta) de Tancredo Neves como presidente em 1985 (com sua morte José Sarney assumiu a presidência), inaugurando a Nova República. Da promulgação da nova Constituição Federal (1988) até os dias de hoje, passaram-

conquistar melhores condições de trabalho e direitos para os trabalhadores. Eles acreditavam que a força estava nas mãos da classe trabalhadora unida. Para saber mais sobre o assunto ver Sader (1988), Santana (1999) e Ferraz (2014).

se 35 anos e os processos históricos e sociais que tiveram lugar neste intervalo nos trazem a um outro contexto nacional e mundial.

Os desafios de reverter o legado do período da ditadura nas questões sociais e econômicas foram enfrentados pelos sete presidentes que se seguiram de maneiras política e ideologicamente distintas: (José Sarney (1985–1990), Fernando Collor de Mello (1990–1992), Itamar Franco (1992–1995), Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011), Dilma Rousseff (2011–2016), Michel Temer (2016–2019), Jair Bolsonaro (2019–2022). Em 2023, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu seu terceiro mandato na presidência.

A diversidade de orientação ideológica deste quadro presidencial concorreu para um movimento de idas e vindas das políticas de Estado no que tange ao resgate dos direitos dos grupos historicamente marginalizados. Da mesma forma, as organizações populares de base (sindicatos, movimentos sociais, religiões) passaram por momentos de crescimento e refluxo.

Em relação aos sindicatos, Ricardo Antunes (2002, p.154) analisa:

O culto da negociação das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir pelo capital a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo ideário e pela prática social-democráticas. Trata-se de uma crescente definição política e ideológica no interior do movimento sindical brasileiro. É uma postura cada vez menos respaldada numa política de classe. E cada vez mais numa política para o conjunto do país, o "país integrado do capital e do trabalho".

Quanto aos movimentos sociais, Gohn (2011, p. 334) afirma que sempre existiram e acredita que sempre existirão “porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.” A autora analisa que as experiências desses movimentos recria-se, canalizam as energias dispersas, diagnosticam a realidade social e apontam para “fazeres propositivos”, atuam em rede na construção de ações de resistência e pela inclusão social. Para a autora,

Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. (Gohn, 2011, p. 336).

Um panorama dos movimentos sociais neste novo milênio pode ser descrito em torno de 13 eixos temáticos, que envolvem lutas e demandas como questão urbana e agrária, gestão política-administrativa da cidade, saúde, direitos humanos e culturais, contra o desemprego,

pela liberdade religiosa, contra as políticas neoliberais, cooperativas populares, direito à Comunicação, entre outras pautas (Gohn, 2011, p. 345-346).

Gohn chama atenção para a atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e entidades do terceiro setor, principalmente a partir da primeira década deste século, muitas vezes associadas a governos e aos próprios movimentos sociais. Tal associação teria enfraquecido o perfil reivindicativo destes últimos, alterando suas práticas mais reivindicativas para práticas mais propositivas, apontando que na primeira década deste século:

No Brasil, o número de manifestações nas ruas diminuiu e a relação inverteu-se: as ONGs tomaram a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos. Esse processo se aprofundou quando surgiu outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do terceiro setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto à população, em parcerias com o Estado. Apoiados por recursos financeiros, privados e públicos (oriundos dos numerosos fundos públicos criados) e por equipes de profissionais competentes – previamente escolhidos não por suas ideologias, mas por suas experiências de trabalho (...) (Gohn, 2011, p. 341)

Também no campo religioso a sociedade brasileira viveu significativas alterações neste período de tempo, entre elas o crescimento da população pentecostal que tem recrudescido desde a década de 2010.¹⁴ Conforme Mariano (2004 p. 121): “No Brasil, a expansão pentecostal não é recente nem episódica. Ocorre de modo constante já há meio século, o que permitiu que o pentecostalismo se tornasse o segundo maior grupo religioso do país”.

O autor avalia que o crescimento das religiões pentecostais, especialmente as neopentecostais¹⁵, não se restringe ao campo religioso, mas estende e reforça sua influência na mídia, na política, nas artes, no consumo e nas ações sociais assistenciais. O estrato social igualmente ampliou-se, alcançando a classe média, “incluindo empresários, profissionais liberais, atletas e artistas. Neste cenário, as recentes denominações religiosas pentecostais “aprofundam raízes nos mais diversos estratos e áreas da sociedade brasileira (Mariano, 2004, p.121).

¹⁴ Conforme os Censos Demográficos do IBGE, os evangélicos perfaziam apenas 2,6% da população brasileira na década de 1940. Avançaram para 3,4% em 1950, 4% em 1960, 5,2% em 1970, 6,6% em 1980, 9% em 1991 e 15,4% em 2000, ano em que somava 26.184.941 de pessoas. O aumento de 6,4 pontos percentuais e a taxa de crescimento médio anual de 7,9% do conjunto dos evangélicos entre 1991 e 2000 (taxa superior às obtidas nas décadas anteriores) indicam que a expansão evangélica se acelerou ainda mais no último decênio do século XX. (Mariano, 2014, p. 121).

¹⁵ Sobre o neopentecostalismo, Mariano define que “No plano teológico, caracterizam-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra, por pregar a Teologia da Prosperidade, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao Pentecostalismo.” (Mariano, 2004, p. 123)

A Igreja Católica tem igualmente fortalecido sua face reacionária utilizando as mesmas estratégias das várias denominações neopentecostais. Como exemplo, trazemos o movimento Renovação Carismática Cristã (RCC) cujas características já apontamos brevemente.

Outro aspecto que merece ser destacado é a ampliação do alcance das lutas de mulheres, povos indígenas, LGBTQIAP+, quilombolas, ribeirinhos e outras parcelas da sociedade que sofrem discriminação ou vivem em condições precarizadas, trazendo à cena a necessidade de um processo ampliado de inclusão social. Com exceção da extrema direita, boa parte do conjunto da sociedade brasileira abraça estes novos direitos coletivos, cujos estudos aprofundam o olhar para a interdependência da condição humana de gênero, raça e classe na constituição dos sujeitos – este olhar pode ter vieses conceituais conhecidos como "interseccionalidade" ou como "consustancialidade".¹⁶

Helena Hirata (2014), ao trazer a crítica de Kergoat sobre o conceito de interseccionalidade, aponta que o ponto essencial é

que tal categoria não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica. Entretanto, há outra crítica que nem sempre fica explícita: a de que a análise interseccional coloca em jogo, em geral, mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível (Hirata, 2014, p. 63).

Esta crítica, que do nosso ponto de vista procede, por um lado explica a simpatia com que são vistas estas lutas – desde que destacadas da questão de classe – por um sistema capitalista e neoliberal que defende um Estado mínimo, comprometido com os interesses das classes dominantes. Por outro lado, tal contexto redefine as organizações populares e sua práxis, trazendo para o proscênio lutas historicamente justificadas que, no entanto, não estão necessariamente imbricadas com as questões de classe social.

Neste rápido pano de fundo da contemporaneidade, não podemos deixar de apontar o célere desenvolvimento das tecnologias digitais com fortes impactos em todas as áreas do cotidiano: no trabalho, na política, na comunicação. Avritzer analisa que

(...) mormente após a mundialização da internet, radicaliza a experiência - engendrada pela moderna economia política capitalista dos séculos XVIII e XIX - de diluição das fronteiras entre o concreto e o abstrato, recondicionando a existência empírica dos sujeitos para além dos limites geográfico-culturais, de sorte a produzir tensões inarredáveis entre os padrões institucionalizados de reprodução social e as

¹⁶A problemática da “consustancialidade” de Danièle Kergoat (...) foi elaborada a partir do final dos anos de 1970 em termos de articulação entre sexo e classe social, para ser desenvolvida, mais tarde, em termos de imbricação entre classe, sexo e raça. Embora ambas [interseccionalidade e consustancialidade] partam da intersecção, ou da consustancialidade, a mais visada por Crenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é aquela entre sexo e classe, o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças bastante significativa (Hirata, 2014, p. 63).

formas emergentes (cosmopolitas e/ou globais) de organização da cultura (Avritzer, 2002 apud Burnatelli; Lahuerta, 2014, p. 58).

No que diz respeito ao tema deste trabalho, as tecnologias digitais em rede oportunizaram o surgimento do chamado ativismo digital, presente nas redes sociais digitais (*Facebook, Instagram, X* ou *ex-Twitter*) e nos aplicativos mensageiros (*Whatsapp, Telegram*) “para a participação social e descentralização política”, na definição de Suely Ferreira Deslandes (2018, p. 3313).

A autora avalia que esta modalidade de ativismo carrega uma potencialidade, uma vez que as relações sociais digitais borram as fronteiras geográficas, permite a não-presencialidade e traz uma célere “disseminação de toda sorte de informações e ideologias, seja pela possibilidade de agremiação (que pode ser efêmera ou duradoura) em torno de vivências e/ou ideias comuns” (Deslandes, 2018, p. 3313).

A efemeridade e as relações provisórias que podem resultar em vínculos fracos, não impedem o poder de influência e de disseminação de ideias, tendo como condicionadores as lógicas da cibercultura, a arquitetura das plataformas digitais e as associações algorítmicas, que nos levam a permanecer em bolhas circunscritas aos iguais, debilitando o debate entre ideias e opiniões diferentes.

Soma-se a estas fragilidades um importante fator que é o acesso não universal à Internet. Deslandes aponta que a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada em 2017, traz um percentual de 32% dos brasileiros excluídos digitalmente¹⁷. A autora, entretanto, faz um contraponto a essas fragilidades:

Por outro lado, é inegável que o acesso a informações que antes não tinham qualquer possibilidade de circular nas mídias dominantes permite a elevação e qualificação do debate político, aumentando as chances do controle social sobre o uso de verbas públicas e sobre decisões políticas e de gestão quanto à implementação de soluções para os problemas encontrados. Sem contar que possibilita a circulação de expressões identitárias, modos de sexualidade, corporalidade e moralidades (Deslandes, 2018, p. 3135).

Os impactos das novas tecnologias de comunicação e a manipulação de algoritmos oportunizaram igualmente o surgimento de um fenômeno nominado *fake news* ou desinformação, que leva ao paroxismo a já conhecida prática de atribuir aos opositores atos ou falas que possam reforçar ideologia” contra as quais um determinado grupo se posiciona.

¹⁷ A pesquisa TIC Domicílios de 2022 aponta que a conectividade faz parte da rotina de 81% dos brasileiros - 149 milhões de pessoas - caindo para 19% o número de não usuários da Internet. Disponível em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/maio/80-dos-domicilios-brasileiros-possuem-acesso-a-internet-aponta-pesquisa>

Utilizada como estratégia mundial, a extrema direita alcança um eleitorado (especialmente religioso) que acredita e replica afirmações que não resistiriam a um olhar mais cuidadoso e crítico. É exemplar o caso do “*kit gay*”¹⁸ que circulou nas redes sociais durante a campanha eleitoral para a presidência da República em 2018. Também informações falsas que atravessaram décadas no imaginário de parcela da população brasileira continuam circulando, como a ameaça comunista, que ainda desperta um profundo temor nesses cidadãos e cidadãs.

Por fim, é preciso trazer para esta pequena digressão, o fortalecimento da extrema direita em todo o mundo e especialmente no Brasil, que culminou com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, levando o país a um momento preocupante de retrocessos na política, contra a qual recrudesce a descrença da população e com o fortalecimento das bancadas parlamentares do boi (ligada ao agronegócio) da bíblia (ligada às igrejas) e da bala (ligada ao armamento da população); na economia, com o contingenciamento de gastos públicos; e nos direitos humanos, com uma série de reformas como a trabalhista e a previdenciária, assim como o abandono de pautas dos direitos dos grupos minoritários e de costumes.

De uma certa forma, esse processo histórico de ascendência dos movimentos sociais e da repressão, da ditadura à redemocratização do país, aparece nas narrativas dos entrevistados e da entrevista desta dissertação. Visto que são militantes políticos que se fizeram presentes na formação para ampliar a consciência das bases para a luta por direitos.

A seguir temos as narrativas que contam as experiências e memórias desses militantes com o olhar de quem participou ativamente de um processo que envolveu perseguição política, colocou suas vidas em risco, ameaçou seus familiares e amigos, e que, mesmo assim – ou justamente por isso – se mantêm ativos na jornada pela transformação social.

¹⁸ O Programa Escola sem Homofobia, lançado durante o segundo governo de Dilma Rousseff (que posteriormente vetou a distribuição do material pedagógico nas escolas) produziu uma série de materiais para trabalhar o tema nas escolas. Apelidado pejorativamente de ‘*kit gay*’, o material foi alvo de parlamentares conservadores e de extrema-direita, que passaram a atribuir intenções de apologia ao homossexualismo e à promiscuidade.

3. NARRATIVAS DE SI

A lembrança de certos momentos políticos (guerras, revoluções, greves...) pode ir além da leitura ideológica que eles provocam na pessoa que os recorda. Há um modo de viver os fatos da história, um modo de sofrê-las na carne que os torna indelével e os mistura com o cotidiano, a tal ponto que já não seria fácil distinguir a memória histórica da memória familiar e pessoal.

Ecléa Bosi em Memórias de Velhos

3.1 CELESTE: DE VISITA EM VISITA SE FORMAVA A LUTA PELA ANISTIA

A liberdade política nunca foi palavra vã na família de Celeste. Conheci primeiro o irmão dela, o Aton Fon Filho, quando participava da militância na Consulta Popular, em São Paulo. Era 2006 e eu já tinha pesquisado sobre a ditadura civil-militar para um livro-reportagem, mas não tinha nascido ainda a ideia do documentário, que lancei em 2009, três anos depois de ter conhecido o Fon.

O que me surpreendeu nesse encontro foi saber que ele foi o preso político que passou mais tempo na prisão, de 1969 a 1979. Longos 10 anos sem poder ver a família, sem estar com amigos, o país sob forte repressão e censura. Que força tem uma pessoa para seguir tão forte na luta após ter sofrido tanta tortura psicológica e física? Esse foi o pensamento-admiração que me suscitou ao conhecê-lo em um dos cursos sobre a realidade brasileira promovido pela Consulta.

Para a pesquisa, Celeste foi a primeira pessoa que me foi sugerida por Frei Betto, quando perguntei a ele sobre outras pessoas que atuaram e contribuíram no trabalho de base.

Celeste foi atravessada pelo acontecimento político privado e público de ter seus dois irmãos presos em 1969, Antonio e Aton, então militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). Não era integrante do movimento, mas assim como os pais, também não estava alhures do que ocorria e tinham conhecimento da resistência à ditadura praticada pelos irmãos.

As prisões desencadearam a saga de Celeste e família em busca da localização e de outras informações sobre Antonio e Aton, e uma luta pela preservação de suas vidas. Ela mesma, bancária e professora de geografia, acabou sendo presa no Dops duas vezes. A primeira em 27 de julho de 1969, no DOI-CODI, com o pai Aton Fon e com Antonio Carlos. Ela e o pai ficaram 14 horas presos. E em 1978, passou seis horas presas por carregar um atlas que continha gravuras de Lênin.

Nessa luta angustiante, sua vida se encontrou com a de outros familiares de presos políticos e fez surgir, no final da década de 1970, o movimento pela Anistia, em São Paulo, inicialmente composto por mulheres - Movimento Feminino pela Anistia.

O fazer parte de um sujeito coletivo, da mesma forma que seu conteúdo, não tem nada de automático ou de dado de antemão por uma experiência qualquer. É por este trabalho especificamente político, ou seja, intencional, constantemente renovado e frequentemente conflituoso, que o sujeito político traz sua contribuição única, imprevisível e variável à definição do que é comum (Varikas, 1996. p. 80).

Na terça-feira, dia 8 de março de 2022, tivemos nossa entrevista, após conversas por e-mail e combinados por mensagens do celular. O pedido da entrevistada foi para que fizéssemos nosso encontro na modalidade *online*, por conta ainda da insegurança da pandemia. E foi feito assim via Google Meet.

Ela em Bragança Paulista (SP), eu em Sorocaba (SP), nos dispusemos a conversar no período da tarde. De frente para o computador, Celeste Fon ajusta a altura da cadeira em seu quarto para conversarmos.

Celeste tem mais quatro irmãos: Célia, Neci, Antonio Carlos Fon e Aton Fon Filho.

“*Eu vou contando e se ficar muito longo, aí você interrompe, tá Fernanda, não se acanhe*”, assim ela me disse após eu explicar que tinha apenas um roteiro de perguntas como guia e que minha intenção era ouvi-la narrar suas experiências e memórias sem ficar interrompendo.

Meu pai era chinês e minha mãe, baiana. Então, nós somos, assim, migrantes. Nós migramos do Nordeste para São Paulo, parando um pouco no Rio, depois, viemos para São Paulo em 54 ou início 55. Eu tinha 11 anos e aqui fomos trabalhando, dando nossa participação na década de 50. Meus irmãos – eu, assim, não tive militância política antes da Anistia, mas meus dois irmãos Antonio Carlos e o Aton eles participaram, militaram na Ação Libertadora Nacional (ALN).

As condições financeiras da família Fon eram de trabalhadores. Celeste afirma que o despertar maior da luta pela transformação da sociedade surgiu após as prisões dos irmãos, “*Se bem que a gente já sofria muito por sermos pobres, nordestinos e a gente sofria muita humilhação nos lugares que ia. Porque a gente era bem pobre, paupérrimo*”.

Mas, apenas ser pobre não basta para despertar a consciência da necessidade por uma mudança social. Celeste conta que mesmo com a vida calcada em uma base de pobreza, discriminação e humilhação, o que aprendeu “*é que só isso não basta pra despertar na gente uma iniciativa, um desejo de luta. A humilhação deixa a gente cada vez mais subordinado, dependente, baixando a cabeça, porque era isso o que a gente fazia até para sobreviver*”.

Celeste, depois de entrar na faculdade de psicologia e de começar a lutar pela liberdade dos irmãos, presos políticos, passou a ter uma outra leitura da realidade. Ela mesma diz na entrevista que o trabalho de base a ajudou a entender a própria história.

Sempre faço ligações com a minha história de vida. Não nasci em classe média, nem alta. Eu sempre me vejo no trabalho de base que é feito com essa população. Quando conheci e vi qual era a visão de Paulo Freire sobre a educação, sempre retornava a mim. Se tivesse tido uma educação com esse método, acho que teria descoberto a sociedade, a política muito mais cedo.

Aos 13 anos Celeste já trabalhava ajudando a mãe, dona Zorilda Rosa Gonçalves Fon, na costura. Um pouco mais cedo, aos 11 e 12 anos, os irmãos dela já ajudavam com o orçamento familiar. “*Antes, não entendia porque a gente trabalhava tanto e não saia daquela situação*”. Mas, depois de atuar com educação popular Celeste passou a questionar não apenas por qual motivo não comiam uva, mas também por que quem as plantava não eram os donos das vinícolas?

Daí se faça importante, na prática do desvelamento da realidade social, no processo conscientizador, que a realidade seja apreendida não como algo que é, mas como devenir, como algo que está sendo. Mas se está sendo, no jogo da permanência e da mudança, e se não é ela o agente de tal jogo, é que este resulta da prática de seres humanos sobre ela. (Freire, 1981, p. 244).

Foram as teorias, incluindo os estudos de Paulo Freire, e as trajetórias que a levaram para a luta política, que a fizeram entender que na sociedade não basta apenas ler o próprio nome, mas saber o que essa palavra representa na sociedade e qual sentido tem conforme a classe social da qual faz parte.

3.1.2 As marcas das prisões

Em 29 de setembro de 1969 nós morávamos na avenida Duque de Caxias, ali na região central de São Paulo e nossa casa foi invadida por policiais e levaram o Antonio Carlos preso, que tava em casa. O Aton não estava. E levaram eu e meu pai. Nessa época, minha irmãzinha caçula Neci tinha três anos e eles queriam levar minha mãe também, mas aí eu pedi que não levasse porque tinha minha irmã, que ia fazer três anos no dia 3 de outubro e isso foi dia 27 de setembro.

Aí, eles não levaram minha mãe e minha irmãzinha. Levaram eu e meu pai. Meu pai era bem doente, tinha problema cardíaco, tinha uma série de problemas. O Antonio Carlos eu não vi mais, porque foi preso, levaram antes da gente, e eu e meu pai ficamos numa cela no DOI-CODI, ali na rua Tutóia.

Ficamos o dia inteiro lá e meu irmão também tava lá, mas a gente só ouvia os gritos das torturas deles e de outros presos e tal. Não cheguei a ver ele no DOI-CODI no dia. À noite, umas oito horas, eles libertaram meu pai e eu e fomos para a casa.

Jornalista do Jornal da Tarde, Antonio Carlos Fon só foi libertado em dezembro daquele ano. Dez anos depois, em 1979, ele publicou o livro Tortura: a história da repressão política no

Brasil, como forma de ajudar a financiar o Comitê Brasileiro de Anistia. Antes, tinha passado pelas redações da revista Visão, Aqui São Paulo e Veja, onde parte do livro foi publicado e, com isso, ter sido solicitado o enquadramento do jornalista na Lei de Segurança Nacional pelo ex-ministro do Exército Fernando Bethlem.

No mês em que Antonio foi solto, prenderam Aton, no Rio de Janeiro. Celeste recebeu a informação que ele tinha sido preso e, depois de um tempo torturado no Rio, transferido para São Paulo. “*Mandaram ele lá pro DOI-CODI*”.

Revisando suas próprias memórias, Celeste, mulher e trabalhadora (e naquela época também estudante), surpreende-se de suas iniciativas pela verdade e pela libertação de seus entes:

Eu não sei porquê, tem coisas que até hoje me pergunto como é que me deu aquela coragem de fazer coisas que eu agora teria certo receio ou faria de outro jeito. Mas assim, quando meu irmão Antonio Carlos tava no DOI-CODI, eu trabalhava nessa época no Banespa e trabalhava numa agência perto de casa. No dia que eles foram lá em casa e prenderam a gente, não fui trabalhar, lógico, porque fiquei o dia inteiro presa. No dia seguinte, eu entrava 7h no banco porque naquela época eu tinha entrado em psicologia na PUC (Pontifícia Universidade Católica), mas era assim, eu entrava às 13h na PUC, na rua Monte Alegre, e eu saía 13h do Banespa, porque o horário era das 7h às 13h. Então, eu sempre chegava atrasada. Saía sem almoçar, mas chegava atrasada e tava difícil pra mim.

No dia seguinte, então, entrei mais cedo no banco, tinha o segurança lá. Entrei na agência e tinha uma tia que morava no Rio de Janeiro. Ai, tinha uma moça que até hoje eu procuro, mas nunca mais encontrei, era Maria Lúcia, que trabalhava na matriz do banco, no Rio de Janeiro. Ela entrava também no mesmo horário que eu. Eu liguei pra ela e pedi para passar um telegrama, tinha que ser cifrado, mandei assim “A foto saiu bem, não precisa vir”. Porque falei, se ele por acaso aparecer na casa da minha tia, ela pode falar para ele do telegrama. Mas, na verdade, acho que esse telegrama não adiantou em nada. Minha tia viu, mas ele não foi na casa da minha tia. Então, essa Maria Lúcia é uma pessoa que nunca mais eu encontrei e é uma gratidão que tenho, assim.

No dia em que invadiram a casa da família Fon levaram também todos os livros da estante, tudo.

Eu tinha um dinheiro que botava na gaveta, não era muita coisa, vamos supor que hoje fosse equivalente a mil reais. Não sei como fiz isso na época, mas a dificuldade de ganhar era tão grande, que qualquer dinheiro era importante. Eu lembro que quando eu saí do DOI-CODI e ia para casa do meu pai, falei: olha, invadiram minha casa, eu tenho tanto de dinheiro e precisa ver se alguém não pegou o dinheiro. E tava lá o dinheiro.

Uns dias antes da invasão na rua Duque de Caxias, Aton tinha levado umas roupas de umas meninas que eram as pessoas que iam ficar escondidas lá na casa deles. Celeste ressalta que nessa época, “*a gente não conversava muito sobre isso, não ficava especulando. Até por segurança nossa. Mas, a gente sabia que eles estavam nessa militância, nessa luta contra a ditadura*”.

Quando foram lá em casa, pegaram essas coisas e viram que eram de outras pessoas. Eu não cheguei a vê-las porque quando fui presa não tinham chegado. Mas, o Virgílio Gomes da Silva, ele ia para lá também e aí, quando eles foram em casa, foram com o Chiquinho todo machucado, sentaram ele assim no sofá e falaram pra mim: Você conhece esse cara? Eu falei, não.

Aí, ele perguntava pro Chiquinho: Você conhece ela? Ele falava que não. Então, eles esperaram o Virgílio Gomes da Silva, e eles mataram, acho que já mataram ali em frente. Assim, a gente morava num prédio da Duque de Caxias com a avenida São João e em frente tinha um terreno baldio. Depois fizeram até um parquinho. E minha mãe falou. Eu tava no DOI-CODI, então, não vi né, que quando Virgílio chegou já pegaram ele e foram batendo, e minha mãe fala que mataram Virgílio naquele terreno baldio.

Depois, jogaram Virgílio daquelas peruas, esqueci o nome, e levaram. Mas mamãe fala que ele já saiu morto dali, no dia 27 de setembro. Ela chegou a ver porque a janela da nossa casa dava de frente para esse terreno e foi no dia da invasão da minha casa. Eles ficaram ali e quando Virgílio chegou, o pegaram.

3.1.3 Luta pela Anistia e contra as opressões de gênero

Quando trabalhava na agência Banespa, Celeste sempre atendia um cliente que, naquela época de ditadura e do movimento da guerrilha, gerava desconfiança nela, como a atitude de um dia ele ter ido conversar com o gerente do banco e ter saído cumprimentando.

Passou aquilo, mas ficou gravado. Era um cara que sempre ficava na paquera, do tipo que se achava o bonzão. Nesse dia, um dia depois que fui presa, ele apareceu e falou pro gerente que ele queria me levar para ir procurar meu irmão, o Aton. Eu falei que não ia, que não podia sair. Modéstia à parte, eu tinha passado numa boa classificação no concurso e era uma boa funcionária, o gerente gostava de mim, e ele também não deixou ele me levar.

O que que eu descobri? Que esse cara, ele era policial e ele queria, por meu intermédio, chegar no Aton. Como ele não conseguiu me levar, pôs um guarda na porta do prédio onde eu morava e combinou com o zelador que era para não deixar ninguém entrar, e se entrasse, para tomar nota do que era. E ele começou então a ir lá em casa, começou a dizer que gostava muito de mim, que estava apaixonado, que sempre gostou, que ele podia ajudar a não deixar torturar meu irmão que estava preso.

O que que ele fez? Esse cara começou a me perseguir. Aí, um dia, falei pra ele: cuida do meu irmão lá na OBAN¹⁹ (Operação Bandeirantes), que foi o primeiro nome que deram ao DOI-CODI. Ele falou que ia ver lá para não deixarem torturar, mas eu sabia que era mentira.

¹⁹ OBAN – Operação Bandeirante foi criada no ano de 1969, como um sistema experimental de repressão, composta por efetivos da Secretaria de Segurança Pública, DOPS, Centro de Informações do Exército (CIE) e do CISA (Centro de Informações Secretas da Aeronáutica), que recebiam informações e coordenavam investigações sobre a atividade da esquerda armada. Obtendo sucesso na captura de opositores à Ditadura, essa experiência foi convertida na criação de um órgão oficial ligado ao Exército, o Destacamento de Operações (DOI) e Informações, subordinado ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).

No dia seguinte, Celeste mandou a irmãzinha, a mãe e o pai para a casa da irmã Célia, que era casada e morava na zona leste. Esse policial tinha ido até a casa de Celeste e não encontrou ninguém porque ela estava trabalhando.

Quando eu cheguei, ele tinha deixado uma sacola pendurada na maçaneta da porta com a roupa ensanguentada do Antonio Carlos. Toda suja de sangue e tal. Aquilo foi uma coisa que até hoje a imagem tá ali, cravada. Ai, eu tirei antes que minha mãe chegasse, mas mesmo assim ela sabe. Esse cara continuou me perseguindo. Ai, o banco queria me mandar embora. Falei: “Meu Deus, como eu vou fazer?” Porque era o único salário que entrava. Ai, o gerente conseguiu me transferir para a biblioteca do banco. Por que para a biblioteca? Porque era um lugar que não tinha chance de fazer carreira no banco. Me mandaram pra lá e quando eu cheguei lá a bibliotecária chefe me chamou e falou “olha, você está nessas condições aqui. Você não pode receber ninguém, nem telefonema, nem visita de ninguém”. Falei: “tudo bem”.

Mesmo não podendo receber visitas, o policial foi até a biblioteca do banco. Ele disse à Celeste que iria ver o Aton e que a levaria para vê-lo. O pai de Celeste, que era bem frágil de saúde e pesava 40 quilos, disse que ia com ela. “*Nós combinamos, meu pai foi me esperar na porta do banco e quando eu saí, tava meu pai e ele. Quando ele viu meu pai, falou: ‘Não vai dar para ir hoje, teve que desmarcar’ e deu uma desculpa, comprovando que a intenção dele não sei qual que era*”.

Celeste não lembra o nome dele. “*Naquela época eu desenvolvi uma coisa que tinha coisas que eu não queria lembrar. Por questão emocional e por questão política e de segurança*”.

Outro fato relacionado à discriminação das mulheres é sobre o mundo do trabalho e a ligação com os militares.

Eu e minha irmã Celia entramos no Banespa em 1968. A idade máxima para prestar o concurso era 25 anos e era o primeiro concurso aberto às mulheres. Antes só homens trabalhavam no Banespa, exceto, claro, as filhas de militares, como era o caso da minha chefe na Biblioteca. Mas essas não eram concursadas. O concurso era para auxiliar e não escriturário, que era o início do quadro de carreira do Banespa. E, pasme, não podíamos casar, senão éramos demitidas. Foi o que aconteceu com minha irmã Celia que entrou em 1968 e teve que sair em 1969 porque casou em agosto. Em 1969, abriram então, pela primeira vez, concurso para escriturário, mas só as mulheres que já trabalhávamos lá pudemos fazer. Eu fiz, passei com uma boa colocação, mas minha carreira ficou estancada, embora não tenha sido demitida. Nesse final da década de 1960, as mulheres começaram a usar calças compridas. Tinha um rapaz que trabalhava na Biblioteca, o Osvaldo, que num dia, quando surgiu o assunto, ele disse que não deixava a mulher dele usar calça comprida, porque era vestimenta de prostituta. Quando contei isso pra minha nora, ela ficou estupefata. Gosto de lembrar esses fatos para ver que a luta das mulheres avança a passos lentos, mas avança. E que as vitórias, as conquistas, assim como as derrotas são fontes de aprendizado na luta.

Esta fala de Celeste nos remete a Gayatri Chakravorty Spivak, feminista e crítica literária indiana em seu ensaio “Pode o subalterno falar?”, no qual questiona a produção intelectual ocidental que, ao olhar para as culturas subalternas acaba por colocar-se como superior a elas. Para Spivak, o sujeito subalterno pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 12).

Neste ensaio, a autora traz como pano de fundo o ritual hindu (Sati ou Suttee) de autoimolação das viúvas, que se lançam à pira acesa que incinera seu marido morto, morrendo junto com ele - “A viúva hindu sobe à pira funerária do marido morto e imola-se sobre ela” (Spivak, 2010, p 94). O ritual foi abolido durante a colonização britânica na Índia e Spivak avalia que os homens brancos e ocidentais consideravam-se os salvadores dessas mulheres, enquanto os homens de pele escura locais valorizavam o ritual como purificador das mulheres - “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (Spivak, 2010, p 91).

A autora aponta que, neste processo, as únicas que não foram ouvidas foram as mulheres viúvas, por não terem lugar nas estruturas institucionais machistas, uma vez que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (Spivak, 2010, p.15). Assim, no caso da dominação britânica, a exemplo de tantos outros contextos históricos, “se o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 66-67).

Outro método utilizado pela vigilância e espionagem da ditadura eram os disfarces e tentativas de assédio pela condição de ser mulher. Situação relatada por Celeste quando tocaram a campainha de sua casa logo após chegar da delegacia em busca de informações sobre o Aton.

Era um prédio antigo na rua Duque de Caxias. Aí, entrou um vizinho, um rapaz com ramallete de flor e falou: “Aí, eu soube, você tá bem? Trouxe para você”. Eu estranhei bastante porque quase não via o rapaz.

Eles usavam umas técnicas de querer conquistar. Falei: Tá tudo bem, estamos aqui, mas meu irmão tá preso”. Dei uma busca na casa pra ver se não tinham deixado algum microfone. Não achei. Depois, descobri que esse rapaz era policial em outra cidade, no Paraná, parece.

Mesmo diante o terror das prisões e torturas, havia ainda a necessidade de se manter alerta e sem confiar em ninguém, pois havia o cerco da política e os infiltrados (agentes da ditadura disfarçados em pessoas comuns do cotidiano).

Foram vários assédios desse tipo sofridos por Celeste que se desvencilhava durante a busca frenética por informações de seus entes presos. Reavaliando sua trajetória e seus enfrentamentos, ela faz pausas na narrativa e comenta sobre as forças que encontrava para resistir: “não sei como fiz isso”.

Quando eu saí do DOI-CODI com meu pai, tinha um capitão Roberto que se dizia que era crente, evangélico, e ele me deu um santinho. Falou que não queria estar fazendo aquilo.

Antes, quando a gente tava lá preso, meu pai e eu, tinha outro capitão que foi lá interrogar a gente, dentro da cela, chamava capitão Dalmo. E ele falava a mesma coisa: “Seu Fon, eu sei que o senhor tá doente, eu não queria estar nessa situação, mas eu sou obrigado”. Foi passando o dia e meu pai lá, sem água, sem café, sem comer.

A gente via passar um pessoal que estava sendo torturado, segurado por eles, com a cara suja de sangue e ouvíamos os gritos. Podia ser até o grito do meu irmão, porque grito de dor você não distingue, né? Então, tinha esse capitão Dalmo e esse capitão Roberto.

O que que eu fiz? Até hoje penso. Liguei lá no DOI-CODI, pedi para chamar esse capitão Roberto e falei: “Olha: eu sei que meu irmão tá aí, preso”. Ele falou: “Quem falou?” Eu inventei que tinha saído no jornal do Rio de Janeiro. Ele gritou assim: “Esses filhos da puta dessa imprensa, desses jornalistas, estragam todo o nosso trabalho”. Mas, mesmo assim eles torturaram ele lá.

Foi uma tática utilizada por Celeste e outros familiares de presos políticos, na época, para, pelo menos, alertar de que não podiam matar Aton, pois sabiam onde ele estava. Pelo menos, poderia inibir que torturassem até a morte.

Eu falei: “Eu vou aí amanhã”. Ele não respondeu nada. Eu fui no DOI-CODI (era 1969) pra tentar ver o Aton. Sabia que não ia ver, peguei umas fotografias nossas, do casamento da minha irmã, da minha mãe e do meu pai, levei. Levei pasta de dente, sabonete (ri), para ver se chegava alguma coisa. Chegaram as fotos, pelo menos. Depois quando conseguimos ver o Aton ele falou que viu as fotografias.

Pela memória, construída pelos elementos do presente, Celeste se espanta pela coragem de ter solicitado, na delegacia, tudo que tinham levado de sua casa. “Lembro que no dia que fui lá falei para esse capitão Roberto, que tinha entregado o santinho, falei que eu queria os livros de volta”. Ela foi buscar, mas não devolveram os de comunicação de massa e de formação política. “Olha só que coisa, depois, consegui eles na biblioteca”. Para buscar tantos livros, Celeste chamou um amigo. “Fomos lá, abarrotamos o fusquinha e trouxemos de volta. Mas, nem tudo, né?”.

Além da coragem, a saga pela liberdade de Aton foi construída também pelos atos de solidariedade, como ser acolhida e abrigada por pessoas que se posicionavam contra a ditadura, mas que eram desconhecidas de Celeste.

Do DOI-CODI mandaram Aton para Tiradentes, depois para o Carandiru e ainda para o presídio político no Barro Branco, após exigência e greve de fome dos presos políticos. Como Aton também ficou preso no presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, lugar que era mais difícil o acesso por ser em outro estado, as visitas eram prejudicadas. “*Minha mãe e meu pai não tinham condições. Eu ia pro Rio de Janeiro e tinham algumas pessoas que me abrigavam*”.

Demonstrando gratidão em sua narrativa, Celeste conta mais sobre esses laços de solidariedade:

Tem até uma que, depois, foi minha madrinha de casamento, porque eu tenho uma gratidão tão grande, porque ela me recebeu no dia de Natal. No dia seguinte ia ter visita. Passei o Natal com a família dela, da Fernandinha. Daí, ia para a Ilha Grande, tomava uma balsa que os familiares que alugavam. Muitos chegavam lá, eu chegava acabada né, vomitava. E chegávamos de um lado da Ilha e o presídio ficava do outro lado. Já era revistado ali, a gente subia num caminhão e, aí, levava a gente pro outro lado porque o presídio ficava de frente pro mar. Ele chegou a ficar também no presídio Bangu. Mas, a visita lá era durante a semana e eu não podia ir.

Dessa união destaca-se a atuação das mulheres no processo de luta pela anistia, que contou em 1975 com a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), idealizado pela advogada Therezinha de Godoy Zerbini (DUARTE, 2020), em São Paulo.

Os familiares dos presos se encontravam quando iam vê-los, quando iam denunciar as torturas, quando denunciavam os desaparecimentos e, assim, começou a se formar um movimento, um elo, um grupo de familiares de presos políticos.

Muitas ex- militantes do MFPA, inclusive familiares, tornaram-se feministas a partir de sua atuação no movimento. Essa heterogeneidade proporcionou uma experiência rica politicamente, mas cheia de embates entre as próprias militantes em torno de valores como amor, afeto, família, engajamento, desinteresse pessoal como motivação para a atuação política, construindo um debate sobre a anistia também marcado pelo gênero. (Duarte, p. 480).

Essa luta unificou movimentos populares e mobilizou militantes políticos. A anistia teve papel político importante na reconstrução democrática trazendo o tema da responsabilização e punição dos culpados pelos crimes cometidos pela ditadura.

A reparação firma-se como procedimento fundamental para uma transição democrática, revelando violações do Estado e tornando públicos os nomes dos responsáveis, mostrando como o Estado e a sociedade lidam com seu passado autoritário e “tudo isso tem tido enorme papel simbólico e político na construção de um novo pacto nas sociedades pós-conflitos” (Araújo, 2012, p.13). E, como afirma o autor: “em todos esses processos, no entanto, o testemunho é um elemento vital.”

Havia os combinados:

Por exemplo, no Carandiru, não podia entrar com nada de comida, nem bala. o que a gente fazia? A gente se reunia e pegava as balinhas embrulhadas e a gente escondia na boca. Então, algum doce a gente conseguia passar.

Mas, no Carandiru, era um negócio terrível porque a visita era uma mesa grande. A gente sentava, como a gente tá aqui (uma de frente com a outra) e os guardas aqui (do lado) e a gente conversava, não podia nada que fosse suspeito, digamos.

Era muito pouco tempo de visita e bem controlada. No Carandiru, os presos ficaram juntos e, depois, conseguiram uma ala separada. Fizeram greve de fome para conseguir um presídio político, foi quando conseguiram o que a gente chamava Barro Branco, que foi um presídio político do lado de um quartel militar, onde eram presos os policiais também militares. Só que criaram uma ala só para os políticos. Essa foi uma conquista. O Aton ficou preso 10 anos. Ele foi preso em 69 e saiu em 79.

Quando foi publicada a Anistia, em agosto de 1979, o Aton não foi anistiado porque tinha que ter todos os processos já percorridos nos tribunais. “*E parece que tinha processo que não tinha concluído. Então, não podia ser anistiado. Ficou preso ele e mais alguns, o Francisco Gomes da Silva*”.

Em novembro do mesmo ano saiu a liberdade condicional do Aton e Celeste se recorda de ir buscá-lo. “*Dirigia um Fusquinha nessa época*”.

Ainda quando Aton estava no presídio Tiradentes, o grupo que se formava em torno da Anistia era misto, conta Celeste. “*Na época eu tinha um namorado que estava preso também. Tinha uma pequena organização das pessoas, um número grande de presos de classe média, de artistas, não como nós, que éramos mais pobres*”.

O objetivo era o mesmo, denunciar as torturas e evitar que os familiares presos políticos fossem mortos. Essa união foi formando uma consciência coletiva sobre o que era a ditadura.

Então, quando sabia que fulano foi tirado do presídio, já fazia alguma coisa para ver para onde ele foi. Até engraçado, porque tinha pai, mãe que era assim, não tinha consciência, tava ali pelo filho, mas sem dar conta que a luta era coletiva. Teve um pai que guardou a camisa ensanguentada do filho e a gente ia atrás de juiz, dos políticos, do dom Paulo que foi um salvador, madre Cristina, e ele somente quando ia nessas auditorias, ele levava a camisa e quando ele falava dizia só sobre o filho dele.

Em sua tese de doutorado, Rovai (2012) analisa a presença feminina nos comitês em defesa da libertação dos presos e a volta dos exilados, conformando a luta pela anistia no Brasil. “O movimento da Anistia contou com a presença e organizações das Comunidades Eclesiais de Base e das mulheres envolvidas com as demandas dos bairros” (Rovai, 2016, p. 326). Celeste, assim como outras militantes, defendiam a transformação dos atos individuais em uma causa coletiva.

Pouco tempo após ser solto, Aton Fon quase foi preso novamente. Celeste tenta recordar se foi num ato no Instituto dos Arquitetos de São Paulo (IAB), no qual participou Luís Carlos Prestes. E foi graças às mulheres do Instituto *Sapientiae* que ele foi salvo.

Era sobre Marighella²⁰, não sei se era aniversário de morte dele. Aí, eu fui e um monte de gente. Uma hora no discurso o Prestes fala que o Marighella foi um patriota equivocado. Não sei se foi essa palavra que ele usou, mas queria dizer isso. Aí, o Aton lá do meio do povo gritou 'Glória, Carlos Marighella'. E foi aquela tensão. Acabou o ato e tal. No dia seguinte, já foram atrás do Aton. Aí, foram em casa, mas ele não tava com a gente, ele tava com uma namorada que ele tinha. Aí, foram lá em casa, cercaram a casa, na zona leste e aí, parece que o Luis Eduardo Greengalg já tava informado e sei que conseguiram esconder ele e foram as cômegas de Santo Agostinho do Instituto Sede Sapientiae, onde tem o Cepis (Centro de Educação Popular) que esconderam ele.

Aton ficou escondido até que os advogados foram para Brasília e conseguiram reaver a liberdade condicional dele. “*Eu lembro que nessa época eu tive um problema de útero. Precisei retirá-lo e tava no hospital quando ele apareceu, tinha conseguido reaparecer, sair da clandestinidade. Depois, ele só foi anistiado com a Constituição de 1988*”.

Celeste narra que foi pelo advogado Luis Eduardo Greengalg que chegaram até a madre Cristina, do Instituto Sede *Sapientiae*, na rua Caio Prado. Ela reservava uma sala para as reuniões do movimento dos familiares e ficava na portaria do prédio, que era uma escola, para vigiar.

Tinha uma professora que era a Maria Nilde Mascellani,²¹ que foi diretora do Colégio Educação, bem progressista antes da ditadura, depois ela foi agredida pela ditadura. Os familiares começaram a se reunir lá para traçar algumas denúncias e estratégias de comunicação. A igreja católica ofereceu um aporte muito grande. Os padres nas zonas sul, leste, norte, deram um certo espaço e a gente denunciava as torturas, a gente pedia pra que as pessoas pudessem ir visitar. A gente se reunia com eles, por exemplo, dom Angélico, na zona Leste, o Roberto, na zona sul. Uns padres nas periferias, eles que passavam. Porque na época todo mundo achava que era bandido porque não tinha informações sobre torturas, sobre os desaparecidos e a igreja conseguiu então, através desse movimento de familiares, ir derrubando as mentiras e passar a receber apoio. Eram familiares, normalmente, tinha mais mulheres porque você sabe, as mulheres se agregam mais, ainda mais quando envolve familiares.

²⁰ Carlos Marighella foi um militante político e figura importante no movimento de resistência contra a ditadura militar no Brasil. Marighella foi um dos fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN), uma organização que se opunha ao regime militar e buscava a luta armada como forma de resistência. Ele ficou conhecido por seu ativismo político e suas ações de guerrilha urbana contra o governo militar. Marighella também é lembrado por ter escrito o "Manual do Guerrilheiro Urbano", um documento que oferecia orientações táticas para ações de resistência armada na cidade. Marighella foi morto em um confronto com a polícia em 4 de novembro de 1969, em São Paulo. Sua atuação e seu legado tiveram um impacto significativo na história política e social do Brasil durante um período conturbado. A ALN nasceu como cisão do PCB (Partido Comunista do Brasil) entre 1967 e 1968.

²¹ Coordenadora, no Estado de São Paulo, dos ginásios vocacionais, criados em 1962, uma proposta pedagógica que utilizava integração curricular, como os estudos do meio, projetos de intervenção na comunidade e planejamento curricular através da pesquisa junto à comunidade.

O contexto pré-Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em São Paulo, se dava nos encontros no Cepis, do Instituto Sede *Sapientiae*. A Maria Nilde e a Madre Cristina reuniram advogados, psicólogos, padres, freiras, historiadores para desenvolver um trabalho de direitos humanos, de apoio e solidariedade aos presos políticos e seus familiares. Na clínica psicológica ouvia-se os relatos e procurava-se os contatos para ajudar a angariar fundos e recursos profissionais.

Desse trabalho, de reunião e de visitas aos presídios, foram também dedicando tempo a uma consciência maior. *“Aí, a gente falava assim “semana que vem, nós vamos no Carandiru. Todo mundo vai levar doce”. Coisas assim que fosse possível para todo mundo, que não exigisse também muita consciência política”*.

Celeste ressalta as trocas de informações e de experiências com os presos políticos: *“A gente conversava muito com os presos, eles também orientavam a gente e também tinham os advogados, o Piveta, o Greeenghalg, a Eny Raimundo²², no Rio de Janeiro”*.

Mais uma vez, Celeste destaca a relevância da atuação de mais uma mulher à frente dos enfrentamentos contra as injustas prisões políticas. *“Eny é uma mulher porreta, que era advogada do meu irmão”*, diz Celeste, que também se lembra de outros integrantes e profissionais que contribuíram para o CBA, como José Carlos Dias, Ailton Soares, encorpendo o movimento que ia se organizando.

A discussão a nível nacional era, justamente, para que o movimento não fosse apenas feminino. Surge o primeiro Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de Janeiro, com a Eny, “mulher porreta”. Com o grupo de familiares junta-se o grupo do pessoal da igreja, os advogados e advogadas, com alguns que estavam voltando do exílio. Trabalhadores que haviam participado da greve de Osasco²³, uma das últimas greves realizadas na ditadura, começaram a participar do movimento de anistia.

Em sua tese de doutorado Marta Gouveia Rovai (2012) descreve a especificidade da greve de Osasco com a atuação de um grupo que criou a Frente Nacional do Trabalho (FNT):

A participação dos operários-estudantes em manifestações contra o regime e a organização de uma passeata em Osasco, simultaneamente a outras que aconteciam pelo país em protesto contra a morte do secundarista Edson Luís, no Rio de Janeiro, fortaleceu no Grupo de Osasco a crença na possibilidade de enfrentamento maior com o governo. Aqueles que pertenciam à FNT, embora não tivessem feito parte de protestos, viam na possibilidade de organização pelas bases, o crescimento da luta operária dentro da fábrica. (Rovai, 2012, p. 39)

²² Eny Raimundo Moreira foi advogada e defensora dos direitos humanos, defendendo presos políticos contra a ditadura. Foi uma das fundadoras do Comitê Brasileiro pela Anistia e uma figura central do projeto Brasil Nunca Mais.

²³ Sobre este tema Ver Rovai (2021).

Como narra Celeste, “o movimento de anistia conseguiu incorporar muita gente, que depois foram militar e se filiar aos diferentes partidos que se organizavam ou saíam da clandestinidade”.

Segundo Rovai (2012, p.317), a repressão da ditadura “provocou outras formas de arranjos sociais e redes de solidariedade, novidades que, de certa forma, a ditadura não conseguiu abstrair ou não estava preparada para enfrentar”.

Eu lembro que voltou o Fernando Henrique Cardoso, naquela época chamada de distensão né? Octavio Ianni, esses intelectuais que começaram a retomar o Brasil porque eles tinham sido autoexilados, digamos. Junto com isso é que começa a nascer o Centro de Educação Popular (Cepis), que na verdade, no começo, não era Centro de Educação Popular, era Centro de Educação Sede Sapientiae porque o Instituto, as freiras, as cónegas, mudaram para Perdizes, construíram aqueles prédios das Perdizes e passaram a faculdade para a PUC (Pontifícia Universidade Católica) e a madre Cristina não queria mais faculdade.

Aí, no Centro de Educação, tava a Maria Nilde Mascellani, e aí o Paulo Vannucchi que já tinha saído da prisão (antes da anistia) e criaram esse Centro de Educação. Eu lembro que tinha a sala em homenagem a Alexandre Vannucchi Leme porque ele era da ALN (Ação Libertadora Nacional), como meus irmãos.

Ao desencadear as memórias, tudo se misturava. A ditadura tinha arrancado os irmãos de Celeste do convívio familiar e social para torturá-los e, por isso, uma luta épica foi iniciada pelas vidas e pela condição de liberdade de Antonio e Aton, e ainda da própria Celeste, professora e bancária. Assim, foi se constituindo uma rede, uma aliança para a libertação de todo um povo que, sonhando mais um “sonho impossível”, queria ver o fim da tortura implacável, como a letra da música cantada por Maria Bethânia, versão de Ruy Guerra e Chico Buarque.

É relevante frisar que as mulheres do Instituto Sedes *Sapientiae*, em São Paulo, contribuíram para essa formação do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), fortalecendo a luta promovendo encontros e fazendo elos entre os militantes e as militantes, assim como com artistas e advogados como Luiz Eduardo Greengalg. Ele foi um dos advogados de presos políticos reconhecidos pelo ativismo pelos Direitos Humanos. Em 1976, ele colaborou com a criação do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) e também esteve na coordenação do projeto "Brasil Nunca Mais", no período de 1979 a 1985.

Foi Greengalg que tirou Celeste da segunda prisão política, em 1978, após seis horas na delegacia. O motivo que gerou a prisão foi um mapa que Celeste segurava no meio de um livro. O escriturário não teve dúvidas: ser professora era mais subversivo do que ser bancária.

Se não me engano foi em 1978, mas não me lembro a data certa. Ocorreu o seguinte, sou formada em Geografia pela USP e dava aula à noite, como professora substituta, no Colégio Dom Pedro, que ficava no Parque Dom Pedro, em São Paulo. O Manoel Cyrillo, preso político, disse que tinha uns atlas e pediu para que sua mãe trouxesse no dia de visita pra me dar. A mãe dele trouxe, deixou na portaria do presídio, para que eu pegasse no fim da visita. Nesse dia ela saiu mais cedo da visita. Quando eu saí e fui pegar os atlas, eles me prenderam, me puseram dentro de um carro de polícia que estava na porta e me levaram para o DOPS. Por sorte, outros familiares que estavam saindo da visita viram e deram o alarme. Eu gritei: “estão me prendendo!” No Dops me deixaram primeiro numa sala escura por muito tempo e depois entrou primeiro um policial para fazer meu cadastro (nome completo, residência, data de nascimento, etc.) Quando perguntou em que eu trabalhava, eu disse que era bancária e professora de Geografia. Ai ele falou: “vou por só bancária, porque professora é mais subversivo”.

Depois de um tempo sozinha na sala entrou um policial, vestido à paisana, segundo Celeste e começou a dizer que tinha a visto em passeatas.

Disse que sabia que eu também era terrorista, que movimento de anistia não ia dar em nada. Depois, me retirou dessa sala e me fotografaram de perfil, de frente, de corpo inteiro... e então trouxeram os atlas e me mostraram as gravuras que estavam dentro. Me lembro que algumas eram do Lenin falando ao povo, outra o Lenin cercado de crianças, outra chutando o Hitler...e um mapa do avanço da guerrilha no Vietnã, guerra que já tinha acabado em 1975 com a derrota dos Estados Unidos. Eu nem sabia que tinha essas gravuras nos atlas porque nem tinha chegado a pegá-los. Enquanto isso, o pessoal lá fora buscava me libertar. Minha cunhada Denise Fon, jornalista, trabalhava, se não me engano no Associated Press e tinha o contato do Erasmo Dias, Secretário de Segurança em São Paulo. Aquele que mandou invadir a PUC e tacar fogo. Ela o contactou e ele apareceu lá no DOPS. O motivo da minha prisão era tão ridículo, que até ele folheava as gravuras e ria. Ai eu fui solta e do outro lado da rua estavam minha cunhada, meu irmão Antonio Carlos e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh.

A luta pela libertação dos familiares e pela sua própria libertação levou Celeste à se engajar e militar cotidianamente pela Anistia e, dessa luta, foi-se forjando o trabalho de base, com apoio e formação do Cepis, juntando-se às trajetórias de Pedro Pontual, Frei Betto e Ranulfo Peloso.

3.2 PEDRO PONTUAL: DO DESPERTAR DO VOCACIONAL À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

“ouvindo-o falar, temos a sensação de que as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos”. (Verena Alberti, 2004. P. 14)

A Constituição de 1988 foi um marco para a democratização brasileira. Para que essa Carta Maior fosse promulgada, houve articulações nos movimentos que surgiram em cena após o ciclo da ditadura (1964-1985). Foram os novos personagens que entraram em cena (Sader, 1985) que contribuíram para sonhar e tecer a participação popular na política brasileira.

Entre os militantes políticos que estiveram junto com os movimentos populares do ABC, refletindo sobre uma nova sociedade, está o educador popular Pedro Pontual, que afirma ter herdado a sensibilidade social dos pais que praticavam ações de caridade material.

De origem considerada classe média, o educador popular que se formou psicólogo na PUC/SP não para clinicar, mas pelo viés social, não recebeu convite explícito para fazer resistência à ditadura via luta armada. Pessoas próximas a ele fizeram essa opção. De acordo com sua narrativa, Pontual fez o caminho mais de retaguarda, atuando na organização das lutas junto às comunidades.

De 1977 a 1986, ele coordenou o Cepis. Atuou como coordenador pedagógico do Instituto Cajamar, iniciativa de trabalhadores que chamaram intelectuais para montar essa estrutura de formação, na pré-criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Pontual também teve a experiência de trabalhar na política institucional junto ao governo de Luiza Erundina, em São Paulo, na secretaria de Educação, que tinha Paulo Freire à frente da pasta. Nesse período, Pontual ajudou a criar e foi o primeiro coordenador do Mova-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo). No governo Dilma, Pontual fez a ponte do governo com a sociedade civil, trabalhando na Secretaria Geral da Presidência, que tinha à frente Gilberto Carvalho.

Quando o contatei para saber se ele poderia me conceder entrevista e narrar suas memórias e experiências com o trabalho de base, ele aceitou prontamente, só me pediu um mês, pois faria uma cirurgia de catarata. De forma presencial em sua *kitnet* de estudos ao lado do Mackenzie e próximo da famosa rua Maria Antônia, no dia 25 de abril de 2022 gravei a entrevista em áudio e vídeo. Ele me disse que eu fui a primeira a gravá-lo sem os óculos, após cirurgia.

Atrás dele, a estante de livros com títulos de várias áreas como sociologia, história, ciência política, biografias, entre outros, demonstra a ânsia de pesquisador e de alguém que está à disposição para partilhar conhecimento.

3.2.1 Uma formação emancipadora

Aumentar a cidadania, isto é, a participação popular em todas as instâncias políticas da sociedade, sempre foi uma preocupação de Pedro Pontual, que se destaca em sua trajetória de vida dedicada a contribuir para o fortalecimento de movimentos sociais e sindicais.

De acordo com sua narrativa, o despertar da consciência para uma leitura crítica do mundo ocorreu na adolescência, quando fez a segunda parte do ensino fundamental – chamado ginásio na época – e também o ensino médio “*na escola pública, que foi a experiência mais progressista que se fez até hoje na rede pública no Estado de São Paulo, a experiência dos colégios vocacionais*”.

Eu estudei no Osvaldo Aranha, aqui em São Paulo, uma experiência coordenada pela professora Maria Nilde Mascellani, educadora muito significativa na história da resistência, e foi lá no vocacional que eu me despertei, diria que para a importância da ação em relação à luta de classes.

Os colégios vocacionais, que atuaram no Estado de São Paulo na década de 60, foram expressamente reprimidos em 1969, tendo a experiência dessa pedagogia com matriz humanista, cristã e marxista sido interrompida pela ditadura militar. “*Houve ocupação dos cinco, seis colégios que tinham no Estado de São Paulo ocupados pelo Exército, professores presos, pais de alunos presos e tudo que foi despertado nos estudos do meio que a gente fez*”, afirma Pontual.²⁴

Foi tão forte que o coronel do Exército que conduziu o inquérito policial militar²⁵ a respeito do vocacional declarou numa matéria que a Revista Visão fez com a Maria Nilde (ele mostra a capa da edição)²⁶: olha, o Vocacional do ponto de vista de técnicas pedagógicas era muito interessante, muito bom. O único grande problema é que ele despertava para a luta de classes. Então, ele pegou direitinho o cerne da questão.

O Estudo do Meio no Colégio Vocacional envolvia pesquisas e reflexões sobre os contextos históricos, a diversidade da realidade brasileira e as desigualdades sociais. Uma matriz humanista e cristã, que a coordenadora Maria Nilde carregava.

Maria Nilde, freira e educadora que protegeu a vida de muitos militantes políticos e marcou de maneira significativa as memórias e experiências dos quatro entrevistados, foi presa em janeiro de 1974, junto com outros companheiros do Renov (Relações educacionais e do trabalho), do qual era fundadora. A razão da prisão foi o relatório *Educação Moral e Cívica e escalada fascista no Brasil*, sobre a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica no

²⁴ Sobre os Colégios Vocacionais, há um documentário do cineasta Toni Venturi - Vocacional – Uma aventura humana <https://cirandadefilmes.com.br/filmoteca/vocacional-uma-aventura-humana>

²⁵ Maria Nilde foi presa em janeiro de 1974, junto com outros companheiros do Renov (Relações educacionais e do trabalho), do qual era fundadora, devido ao relatório *Educação Moral e Cívica e escalada fascista no Brasil*, sobre a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica no país a partir de 1971, produzido para o Conselho Mundial de Igrejas.

²⁶ Publicação de fevereiro de 1970, intitulada Vocacional - Renovação ou Subversão?

país a partir de 1971, produzido para o Conselho Mundial de Igrejas. Durante a prisão, Maria Nilde sofreu torturas psicológicas:

José Carlos Dias depõe: “Acompanhei dom Paulo para visitar Waldemar Rossi e Maria Nilde, que estavam presos. Waldemar veio ao nosso encontro mancando. Maria Nilde Mascellani foi torturada de várias formas. Uma delas, sem apanhar, não me recordo, mas creio que não apanhou, mas foi submetida a mudanças de luz, clarões e trevas, e teve um problema de glaucoma e perdeu a visão por causa disso. Negaram-lhe o colírio que tinha que pingar. Deixaram-na sem alimento. Quando estava com fome, trouxeram-lhe um prato cheio de presunto e disseram: ‘Seu amigo padre Agostinho está aqui. Se quiser, pode comer o presunto’. Ela ficou horrorizada, foi terrível, porque a essa altura imaginou que Agostinho estivesse morto (Ribeiro, 2005, p.70).

No Renov, que ficava no bairro Campo Belo em São Paulo, Pedro Pontual trabalhava nas horas fora da faculdade de psicologia, de 1971 a 1976: “A gente dava muito curso sobre trabalho social, metodologia no trabalho social, para organizações e entidades sociais” (Esterci, 2017, p.79).

De acordo com Pontual, o Renov era ponto de encontro daqueles que não optaram pela luta armada. O Instituto dirigido pela Madre Cristina, Sede *Sapientiae*, tornou-se também ponto de resistência e aglutinação de pastorais sociais e de direitos humanos.

Pontual ingressou em psicologia na PUC, já com o objetivo voltado para a questão da educação: “*Nunca pensei em trabalhar com clínica e, na PUC, a gente tinha um núcleo de psicologia educacional e social com pessoas muito comprometidas com trabalho de base e educação popular*”, ressalta. Entre essas pessoas, Maria Nilde Mascellani, o padre Abilia, Neri, Silvia Leng, da psicologia social.

Pontual conta que com o apoio da equipe da faculdade de psicologia foi para o trabalho de base, em estágio que desenvolveu na favela da zona sul de São Paulo, no Rio Bonito, próximo da Cidade Dutra.

Ali foi a minha primeira experiência de trabalho de base, que eu fiz junto com uma educadora que tinha trabalhado na prelazia de São Félix do Araguaia, a Erly Pires. E ela trabalhava no escritório que a Maria Nilde criou depois que ela foi afastada do vocacional e criou o Renov, que era um espaço de resistência também à ditadura, e fazia trabalhos na área de educação. Erly trabalhava lá, eu era estagiário da Nilde na faculdade.

Então, a gente tinha uma classe de alfabetização de adultos. Todas as noites fazíamos alfabetização e no fim de semana a gente trabalhava com organização da comunidade da favela, levantamento de necessidades, temas geradores para organizar a comunidade, tudo com base em Paulo Freire.

Esse trabalho no núcleo da favela no Rio Bonito foi o início de sua atuação com o engajamento político, no principal espaço daquele período da ditadura: as pastorais sociais da

Arquidiocese de São Paulo, com o cardeal dom Paulo Evaristo Arns e todo o estímulo e organização popular de base.

Pontual fez o curso de psicologia (1972-1976) e atuava na região sul com a pastoral de trabalhos em direitos humanos, a pastoral operária e *“com o primeiro grande movimento popular urbano naquele período, que foi o movimento contra a carestia, que foi minha experiência direta de participação na construção de um movimento social”*.

Éder Sader (1988) destaca dos agentes dos movimentos sociais que compuseram o movimento de Custo de Vida,²⁷ os exercícios de autonomias desses sujeitos e a elaboração das identidades coletivas. E Pontual era militante do movimento, participava de reuniões, de todo processo. *‘Foi o início da minha militância’*, afirma.

Dois grandes lutadores e teóricos que inspiravam tais ações naquele momento eram Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, ambos já com suas primeiras publicações. Um dos livros estudados pelos militantes políticos do Cepis era justamente o Educação Popular, publicado em 1986 (Brandão, 2016), cujas ideias vinham ao encontro de Freire em seu livro Ação Cultural para a Liberdade (1979).

Vamos brevemente discorrer sobre os dois conceitos basilares destes pensadores que inspiraram as ações: educação popular e ação cultural, ambos estreitamente ligados em suas concepções. Para Brandão (2016, p. 7) a educação popular nos leva a rever os sentidos do que seja a educação, porque “parece não só existir fora da escola e à margem, portanto de uma “educação escolar”, de um “sistema de educação”, ou mesmo “da educação”, como também parece resistir a tudo isso”.

Assim, não é apenas o fato desta práxis social estar inserida em contextos diversos como a educação no campo, o sistema prisional, ou na condição das pessoas em situação de rua e outras vulnerabilidades sociais que definem a educação popular. Mas nas palavras de Brandão (2016, p.7), “(...) não parece ser um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de ideias e práticas regido pela diferença, para explorar o próprio sentido da educação (...)”. E segue explorando quatro “situações e formas” em que o “modo de ser” da educação popular e em que momentos

uma educação tem a ver com educação popular”: “1) como a educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber; 2) como a educação do ensino público; 3) como educação das classes populares; 4) como a educação da sociedade igualitária (Brandão, 2016, p. 7)

²⁷“A assembleia do Movimento de Custo de Vida foi realizada em São Paulo, no dia 20 de junho de 1976, na qual dom Mauro Morelli, bispo da região sul, proclamava que ‘nós devemos ser sujeitos da nossa própria história’”. (SADER, 1988, p. 51).

Brandão recupera historicamente a circulação do saber entre nossos ancestrais remotos, em que a comunicação simbólica garante e reproduz a vida individual e coletiva ao relacionar-se com a natureza e ao estabelecer regras de conduta, construindo “repertórios de significados regidos por ideias e palavras, por símbolos e saberes que instauram e multiplicam os mundos simbólicos do imaginário do homem” (Brandão, 2016, p. 9).

Assim, as práticas pedagógicas existiam no próprio cotidiano, nas atividades naturalmente exercidas para garantir as necessidades das comunidades: “caça, pesca e coleta, depois, de agricultura e pastoreio, de artesanato e construção” (Brandão, 2016, p.9). Observando os fazeres dos mais velhos, os mais moços aprendem os trabalhos para a manutenção da vida e o mundo simbólico (rituais, cantos, danças) em que os ritos de celebração coletiva “são aulas de codificação da vida social e da recriação, através dos símbolos que se dança, canta e representa, da memória e da identidade dos grupos humanos”. (Brandão, 2016, p. 9). E aponta que

os locais especializados para o ensino, onde especialistas em ensinar fariam o seu trabalho, é uma criação muito tardia do homem (...) a educação como prática em si mesma e a escola como o lugar físico do seu exercício representam um desdobramento do processo de expropriação do poder comunitário sobre a totalidade do saber necessário. (Brandão, 2016, p.9).

Sobre esse processo de expropriação, o autor identifica seu início no advento das tecnologias da agricultura do período neolítico, que levaram a um domínio da natureza e a criação de sociedades estáveis e complexas, circunscritas e espaços geográficos determinados que viriam, mais tarde, a se constituírem em aldeias e cidades, que “são os lugares onde o *ensino* vira a *educação*” (Brandão, 2016, p. 14). Em um longo processo temporal, a educação vai se separando “das outras práticas sociais em que esteve sempre imersa e tornar-se educação”, até

transformar-se em uma prática social em si mesma: um domínio de trabalho à parte, separado e, depois, oposto do/ao trabalho popular produtivo de que finalmente se liberta, ao transitar de um lugar de reprodução do saber comunitário a um lugar de um saber erudito e, conseqüentemente, de um novo tipo de poder que o saber descobre “poder ser” (Brandão, 2016, p. 15).

Assim, analisa o autor, o saber popular, que era de todos, foi separado e interdito e tornou-se erudito, dominante, oficial, “o saber legítimo que pronuncia a verdade e que, por oposição, estabelece como ‘popular’ o saber do consenso de onde se originou”. (Brandão, 2016, p. 16). Do seu ponto de vista, entretanto, não há divisão nem paralelismo entre esses dois domínios do saber, mas um contínuo relacionamento.

Há um processo contínuo de expropriação erudita de segmentos do saber popular (isto acontece todos os dias nos domínios da música, das artes em geral, da religião, e qualquer um pode observar, prestando atenção). Há um processo contínuo de reapropriação popular de segmentos de um saber erudito que a lógica do campesinato, por exemplo, redefine (curandeiros do interior de Goiás compram livros de medicina homeopática, lêem, aprendem, rearticulam o conhecimento “médico” com o “curandeiro” e receitam, ao mesmo tempo, remédios e “garrafadas”). (Brandão, 2016, p. 17).

E, ao pensar a Educação Popular, a questão da “verdade” é o pano de fundo desta construção de Brandão porque, segundo ele, “o ofício do educador não é outro senão o de fazer com que as palavras legítimas (as que são pronunciadas como sendo a verdade) sejam de fato” (Brandão, 2016, p.17).

Assim, Brandão se aproxima das ideias de Freire publicadas em “*Ação cultural para a liberdade e outros escritos*” (compilação de textos escritos entre 1968 e 1974), no qual já trazia o poder da palavra para a transformação: “a palavra humana é mais que um mero vocábulo – é palavração”. (Freire, 1979, p. 40). Mas não qualquer palavra e, sim, as legítimas: “Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar. Como tal, não é o privilégio de uns poucos com que silenciam as maiorias.” (Freire, 1979, p. 40).

O autor, intrínseca e reconhecidamente ligado à Educação, traz a Ação Cultural como um processo educativo para tomada de consciência da introjeção de valores dos dominadores para um processo de enfrentamento. Ao assumir o conceito de Cultura para além dos processos e produtos artísticos (sem, no entanto, desprezá-los), Freire entende a Ação Cultural como uma etapa anterior à Revolução Cultural.²⁸

Na medida, porém, em que a introjeção dos valores dos dominadores não é um fenômeno individual, mas social e cultural, sua extrojeção, demandando a transformação revolucionária das bases materiais da sociedade, que fazem possível tal fenômeno, implica também numa certa forma de ação cultural. Ação cultural através da qual se enfrenta, culturalmente, a cultura dominante. Os oprimidos precisam expulsar os opressores não apenas enquanto presenças físicas, mas também enquanto sombras míticas, introjetadas neles. A ação cultural e a revolução cultural, em diferentes momentos do processo de libertação, que é permanente, facilitam esta extrojeção (Freire, 1979, p. 44).

²⁸ Apenas para situar muito brevemente o termo usado por Freire, em um texto contemporâneo ao movimento chamado “Revolução Cultural Chinesa” (República Popular da China) que foi proclamada por Mao Tsé-Tung em 1966, com a forte crítica de que Partido Comunista Chinês (PCCh) estaria traindo os ideais da Revolução de 1949. Durante a Revolução Cultural, instalada especialmente por jovens e nas cidades, surgiram novas experiências de formas de gestão estatal, o que levou as cidades a mergulharem em um período caótico, levando à sua desmobilização. É preciso elucidar, no entanto, que a Revolução Cultural proposta por Freire não teria os objetivos e métodos da chinesa.

Entendendo que, tendo a revolução uma natureza utópica, radical, antagônica aos dominadores, ela deve expressar-se em formas de ação igualmente distintas, tendo ambas (classes dominantes e classes dominadas) formas opostas de Ação Cultural.

Na primeira, a Ação Cultural das classes dominantes, o objetivo é preservação de seu poder e se organiza para domesticar e embotar as consciências dos sujeitos. “Baseada em mitos, a ação cultural para a dominação não pode problematizar a realidade, propondo o seu desvelamento, pois que assim contradiria os interesses” (Freire, 1979, p. 82). Assim, não aprofunda, mas “sloganiza” a ação cultural, mitificando a realidade, utilizando a ciência e a tecnologia sob seu comando. Nela, o educador cultural é aquele que sabe e “transfere seu conhecimento” para aquele que, passivo, “não sabe”.

Na segunda, a Ação Cultural para a Liberdade, movimento das classes dominadas, o objetivo é problematizar a realidade e criar condições para que o sujeito exerça sua crítica de modo que resulte sua inserção, cada vez mais lúcida, na realidade em transformação. Este movimento é pautado pelo diálogo, pela comunhão com as classes populares, pois é nela que se dá na prática revolucionária. Nela, a Ciência é o saber para a denúncia dos mitos criados pelas classes dominantes.

Para além da denúncia, anuncia-se uma realidade que “é o projeto histórico a ser concretizado pelas classes dominadas, em cujo processo a consciência semi-intransitiva como a ingênua são sobrepassadas pela consciência crítica – “máximo de consciência possível” (Freire, 1979, p.67). O educador, frente aos sujeitos ativos, reflexivos e pesquisadores, constrói o conhecimento em um movimento (não aleatório, mas intencional) de, por um lado “reconhecer ou de refazer o conhecimento existente; de outro, de desvelar e de conhecer o ainda não conhecido”, superando a “alienante transferência de conhecimento” e sendo o “autêntico ato de conhecer” (Freire, 1979, p.67).

Freire, naquele momento, entendia que tais ações culturais seriam uma etapa do processo revolucionário, o qual proveria as bases materiais garantidoras da negação da velha cultura.

Finalmente, clarifiquemos as razões por que temos falado da ação cultural e da revolução cultural como momentos distintos do processo revolucionário. Em primeiro lugar, a ação cultural para a libertação se realiza em oposição às classes dominantes, enquanto a revolução cultural se faz com a revolução já no poder. Os limites da ação cultural para a libertação se encontram na realidade opressora mesma e no silêncio imposto às classes dominadas pelas classes dominantes. São esses limites os que determinam as táticas a serem usadas, que são necessariamente diferentes das empregadas na revolução cultural (Freire, 1979, p.118).

Um dos livros estudados pelos militantes políticos do Instituto Sedes *Sapientiae* era justamente o Educação Popular (Brandão, 2006), para ajuda-los a pensar e a agir pela valorização e fortalecimento da participação popular.

Tem aquela primeira etapa que é o centro de educação Alexandre Vannucchi Leme. Depois, virou o Cepis. Então, tinha o Carlos Rodrigues Brandão, o Luis Eduardo Vanderlei, que tinha trabalhado no MEB (Movimento de Educação de Base). Tinha feito a tese de doutorado dele sobre o MEB, uma experiência extremamente significativa sobre trabalho de base e educação popular.

Do ponto de vista de uma análise mais sociológica dos movimentos sociais, nossa grande referência foi o livro do Éder Sader, “Quando os novos personagens entram em cena”.

E também a gente começava a ter acesso a uma literatura latino-americana de educação popular. Tinha um grupo no Peru, uma ONG parecida com o Cepis, que é o grupo Tarea. Lá tinha o Oscar Jara, que naquele momento ainda estava no Peru. Hoje, ele vive na Costa Rica. Tinha o Manuel Ingnes, que era coordenador do Tarea.

Sobre a criação do Cepis e de outras entidades de formação política de que participou, Pontual explica que “*educação popular é, na verdade, uma crítica ao vanguardismo*²⁹, *principalmente, a educação popular fundamentada em Paulo Freire*”, que rechaça a ideia de que só alguns, os intelectuais no caso, poderiam comandar uma transformação social.

Você tem outras vertentes da educação popular que, de alguma maneira, tem uma certa inspiração vanguardista. Mas de base freireana já nasce com uma crítica ao vanguardismo. Lá no Cepis, a gente tinha uma coisa que foi muito interessante na equipe, tanto pessoas que fizeram essa trajetória trabalho de base, educação popular e você tinha pessoas que tinham feito a trajetória da luta armada, mas que passaram a fazer uma autocrítica dessa trajetória, que é o caso do Paulo Vannucchi, que era da nossa equipe, como Paulo Vitar Venceslau, a e todas essas pessoas, de alguma maneira, estavam num momento de autocrítica do vanguardismo que significou a opção pela luta armada.

Sader também apontou que “*grupos de militantes desgarrados, dispersados com a desarticulação das organizações de esquerda, iam buscar novas formas de ‘ligação com o povo’, alternativas ao vanguardismo derrotado*”. (Sader, 1988, p. 167).

3.2.2 O trabalho de base no Cepis

Segundo Peloso (2012, p.39), trabalho de base “*é a ação política transformadora de militantes da organização popular, em determinado território, que estimula, desperta, organiza e acompanha o povo no enfrentamento de desafios cotidianos e liga essa luta à luta geral contra*

²⁹

Do francês *avant-garde* significa, literalmente, a guarda avançada ou a parte frontal de um exército.

a opressão”. Gaspar (2010) avalia que o trabalho de base, fundamental para a formação dos movimentos populares e sindicais que formaram o Partido dos Trabalhadores (PT), deixou de ser estratégia para concentrar os poderes decisórios na institucionalidade:

Se os anos 70 se notabilizaram pela rearticulação das organizações da classe trabalhadora nos sindicatos e nos movimentos populares – impulsionados pela orientação politizadora da Teologia da Libertação e a difusão massiva das CEBs (nos bairros, igrejas, escolas, locais de trabalho etc.), bem como pelo retorno dos militantes exilados ou clandestinos, perseguidos pela ditadura, às atividades políticas – os anos 80 marcaram a consolidação de uma aliança nacional e classista. A maior parte da esquerda se reorganizou sob a mesma bandeira do Partido dos Trabalhadores com o intuito de consolidar o seu próprio projeto de poder: a partir da força social organizada da classe, ir conquistando os espaços do poder institucional (legislativo e executivo) e acumulando forças para chegar à presidência do país, a fim de promover as transformações que levariam a nação ao socialismo (Gaspar, 2010, p.5).

Uma equipe interdisciplinar foi montada para atuar pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes *Sapientiae*. Faziam parte Pedro Pontual, Frei Betto, Paulo Vannucchi, Celeste Fon e Paulo Maldos, “*que vem junto comigo da faculdade de psicologia. E tinham outras pessoas como a Renata, Cissa, minha companheira, que eram voluntárias naquele período*”.

O sociólogo Florestan Fernandes e o educador Paulo Freire participavam dando seminários de formação para a equipe do Cepis. A partir dessa formação, de 1975 a 1977, Pontual explica que passaram a ampliar a visão sobre o trabalho de base para outras esferas:

Então, a gente tinha um trabalho em São Paulo, nosso território principal, e a nossa ação se dava através de uma assessoria político-pedagógica e teológica aos movimentos sociais e pastorais sociais.

A gente estruturou um curso de formação em que a gente trabalhava a questão da fé e política, análise da realidade, de história da sociedade, a questão do planejamento do trabalho de base e a gente desenvolveu esse curso em vários bairros da periferia de São Paulo. Mas, a gente também começou a atuar, a partir de um determinado momento, quando surgiu o sindicalismo combativo, as oposições sindicais, começamos a atuar também na área sindical, com processos de formação.

Iniciamos um processo a partir dessa experiência, aqui, com a oposição metalúrgica em São Paulo e o sindicato do ABC, iniciamos um processo de intercâmbio de experiências do sindicalismo rural, em especial com a experiências que estava se desenhando lá em Santarém, no Pará, de onde surgiram lideranças muito importantes. Tem um filme muito interessante que se chama Lamparina, um filme que o pessoal de Santarém fez com assessoria de uma ONG Fase.

Fizeram um filme de como organizar o trabalho de base na área rural a partir da experiência do sindicato de Santarém. Eu usei demais esse filme para discutir metodologia de trabalho de base. Então, a gente foi ampliando, né? A ideia era nossa contribuição com o trabalho e a organização das comunidades era justamente de uma assessoria político-pedagógica que pudesse contribuir para que esses movimentos se organizassem melhor e ampliassem sua compreensão da realidade social.

Pontual trabalhou no Cepis até 1986, porque nesse ano ele participou de outros processos de formação e participação política.

De um espaço de formação que foi extremamente importante no período de redemocratização, porque foi justamente coincidindo com o período da Constituinte de 86 a 88, trabalhei muito com as emendas que se referem justamente aos capítulos relativos à participação popular nas políticas públicas. E, a gente, naquele período, criou o Instituto Cajamar, que era o espaço que reunia os três movimentos: o sindical, o popular e o político-partidário.

Junto com Paulo Freire, com o pessoal do Paulo Bargas, que era do sindicato de São Bernardo, Aloizio Mercadante, Vladimir Pomar, pai do Valter Pomar que está hoje no PT, Gilberto Carvalho e um grupo de pessoas intelectuais e dirigentes sindicais, do movimento popular que criaram espaço de formação. Ficava lá no KM 46,5 da Via Anhanguera, e que a gente fazia formação de dirigentes sindicais, do movimento popular e dirigentes políticos, e era um espaço também de elaboração teórica dos dirigentes para aquele momento muito crucial como a redemocratização em que o PT estava nascendo, começava a ocupar alguns postos institucionalidade, prefeituras. Tinha o processo da Constituinte em que esses dirigentes todos estavam desafiados a apresentar propostas para o país, né? Propostas de políticas públicas, alternativas de desenvolvimento e o Cajamar foi um dos espaços que reuniu todos esses dirigentes. Fizemos seminários lá muito interessantes como sobre os 70 anos do Socialismo (1917 a 1987), fazendo um balanço crítico do socialismo. Participaram pessoas como o próprio Prestes, ainda era vivo o dirigente do PCdoB João Amazonas.

Quando o Cajamar foi criado em 1986, Paulo Freire foi convidado para ser o presidente do Instituto, onde ficou até 1997, ano do fechamento da entidade. *“Ele aceitou com um pedido de que não fosse uma presidência formal, que ele realmente fosse participante, nos ambientasse nos projetos políticos pedagógicos do Instituto e assim o fez”.*

A participação de Pontual foi de dois anos porque foi convidado para ser secretário municipal no governo da Luiza Erundina (PT), em São Paulo.

Sobre o encerramento do instituto, há algumas razões expostas por Pontual. Uma, mais objetiva, foi a crise de financiamento.

Ele se mantinha muito a partir da cooperação internacional, principalmente por meio do movimento sindical, centrais sindicais europeias, projetos que eles apoiavam de formação e de outras organizações.

Nesse momento, com a queda das experiências do Leste Europeu, do fim do socialismo, essas cooperações internacionais passaram a ter outras prioridades no mundo.

Mas eu considero que o principal motivo foi uma falta de clareza, particularmente dos dirigentes do PT que eram dirigentes do Instituto também, sobre a importância da continuidade daquele processo. Foi um momento em que o PT começa a se dedicar mais à ação do plano da Institucionalidade, dos governos e passou a subestimar a importância de instituições, eu diria estratégicas, que tem tempos históricos muito maiores que os tempos de governos e que são essenciais.

Pontual destaca que muitos militantes que continuam a atuar na política, institucionalmente, quando o encontra repetem a mesma coisa: *“que falta faz o Cajamar.”*

3.2.3 Construção de redes: um caminho possível

Apesar da entrevista para esta dissertação ter sido realizada em 2022, sob o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, com diversos retrocessos em relação aos direitos sociais. Pontual, como educador, mobiliza o discurso do esperançar:

Acho que continuou havendo trabalho de base, pessoas tentando reinventar esse trabalho de base. Acontece que a gente, de 2016 para cá sobretudo, começa a tomar consciência de que o buraco era muito grande. Muito maior do que a gente imaginava, pelo menos do que eu imaginava. E também emerge na cena pública essa força de extrema-direita.

As ações culturais, hoje uma das principais formas de organização, né? Você tem hoje também essa experiência no terreno da educação, dos chamados de cursinhos populares, preparar os jovens para o Enem, para a faculdade, a partir de uma visão progressista. Tem as práticas de economia solidária, as práticas ligadas à agroecologia.

É, que faz parte de um contexto internacional, toda razão. Só ver os resultados (ontem) da França, embora, tenha ganhado o Macron, a Le Pen se consolidou como alternativa de extrema direita. Isso tá no mundo inteiro. Na Hungria. Agora, eu sou, Fernanda, tenho uma visão otimista a médio e longo prazo.

Em 2022, ele continuava a percorrer periferias de São Paulo e outros estados para participar de encontros de educação popular, como na Amazônia, Pará. E o que ele percebe é que

A quantidade de formas de organização de base, de trabalho popular, de pessoas tentando recriar a educação popular é muito grande. E mesmo agora, na pandemia, foi graças a uma certa tradição de solidariedade que existe na sociedade e uma cultura de solidariedade, que as consequências não foram mais trágicas do que são. Poderiam ter sido mais trágicas, porque houve laços de ajuda mútua. A grande questão é que todas essas experiências com nuances diferentes, umas mais numa linha existencial, outras com características mais políticas, todas elas estão muito atomizadas, quase embaixo do nível da água. E atomizadas.

Dias antes de me conceder a entrevista, Pontual tinha ido ao cinema assistir o filme Medida Provisória (2022), dirigido por Lázaro Ramos, e ficou impressionado com o debate sobre o racismo e a resistência das mulheres feministas, “*mas tudo muito atomizado*”. O caminho para ele é a construção de redes e dá alguns exemplos:

Por exemplo, as experiências dos cursinhos populares, são em si, bastante atomizados, mas você tem redes hoje que articulam essas experiências. Rede Emancipa, que chegou a criar até uma universidade, mais ligada ao Psol, tem uma mais ligada ao PT, outra rede. Por exemplo, os Pontos de Cultura, diversos continuam articulados em rede. Você tem uma rede de experiências de economia solidária no Brasil todo. Então, penso que hoje o grande caminho é essa construção de redes para fazer sinergia.

Agora, como essas redes vão se entrelaçar? Tem até experiências do plano institucional, por exemplo, as experiências de mandatos coletivos, que é essa tentativa de tentar renovar o fazer política, que foi o que surgiu mais recentemente. Tem uma

articulação nacional que reúne essas experiências, Ocupa Política. Acho que o estágio que nós estamos é esse, de construção de redes. Depois, o que vai se criar a partir daí? Quais vão ser as formas de representação desse universo na política é difícil prever.

Pontual aponta um dos principais, senão o principal desafio para avanços em relação à ampliação da participação popular na luta por direitos, o de unir os movimentos populares em prol de um objetivo comum. Como fortalecer as bandeiras em comum das organizações da sociedade civil que desempenham um papel fundamental na defesa de direitos e no engajamento político, sem que cada movimento fique focado apenas em seus protestos específicos sem uma mobilização efetiva popular para chamar a atenção para questões críticas e pressionar por mudanças?

3.3 RANULFO PELOSO: DO APRENDIZADO POR OSMOSE À EXPERIÊNCIA DE SANTARÉM (PA)

Todo trem tem sua máquina,
 todo Povo tem seu quem.
 Toda base tem, na base,
 sua cúpula também...
 Se essa cúpula é alicerce,
 tudo bem,
 tudo bem,
 tudo bem.

Dom Pedro Casaldáliga (1982)

O educador popular paraense Ranulfo Peloso sempre se manteve à disposição da luta popular. Ele foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém-PA entre 1980-1983, foi assessor do Departamento Rural da CUT-SP entre 1985-1988 e também educador popular tanto no Instituto Cajamar, em 1988 quanto no Cepis, de novembro de 1989 a 2016. Uma das tarefas ainda no Cepis foi organizar o livro “Trabalho de Base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis”, publicado pela Expressão Popular (2012).

A obra faz um apelo à retomada do trabalho de base, envolvendo as diretrizes para a luta popular, orientações sobre e para a militância e estratégias para uma organização popular, contando com artigos escritos por militantes sociais como Ademar Bogo, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste livro, Peloso destaca a urgência da retomada do trabalho de base, resgatando o sonho da liberdade, no qual os envolvidos lutam pela construção de uma vida melhor para si e para todos:

O trabalho de base é a ação política transformadora, realizada por militantes de uma organização popular, que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas do cotidiano e ligar essa luta à luta geral contra a opressão (Peloso, 2012, p.10).

Mas qual sujeito é capaz de realizar essa tarefa pela transformação social da realidade? O trabalho de base, afirma Peloso, só pode ser feito por militantes, por ele definido como: “Militante é alguém nascido do povo, que coloca sua vida a serviço desse povo e une seu projeto de vida pessoal ao projeto da vida coletiva” (Peloso, 2012, p. 10)

No dia 11 de fevereiro de 2022, no início da tarde, início a entrevista com Ranulfo, ele em São José dos Campos (SP), onde mora desde 1990, eu em Sorocaba (SP). No início desse mesmo mês tinha ouvido a narrativa de Frei Betto e dias depois, fiz a entrevista com o Pedro Pontual.

Ranulfo nasceu em Santarém, no Pará, no meio Amazônico. É filho de um negro escravizado. Os pais foram seringueiros e operários rurais da Ford.

Eu nasci em Santarém, no sul do Pará, bem no meio da Amazônia. Então, meu pai era uma pessoa que trabalhava com madeira, pescador, agricultor, ribeirinho e filho de uma negra escravizada. A minha mãe é da mesma região, também era da mesma condição e foram seringueiros. Eles eram operários rurais da Ford.

Havia uns padres franciscanos americanos - porque sempre quando tem uma empresa americana os missionários também são americanos. Eles incentivavam a ir para o seminário. Eu fui muito animado porque quem ia contava maravilhas.

Na minha casa tinha uma Bíblia e um livro, né. E aí, quando eu fui pro colégio tinha 1000 livros, tinha todos os jogos e todas as bolas, todos os jogos de salão. Imagina, rapidinho deu vocação.

Fiz o ginásio e foi na Paraíba, em Campina Grande porque nesse tempo não havia colégio de formação na nossa região. Eu fui formado no seminário franciscano de Campina Grande, Paraíba. Foram quatro anos.

Mas eu voltei a Santarém e fiz o colégio, servi o Exército, trabalhei. Aí, voltei para Pernambuco, aos 19 anos, para fazer filosofia e teologia. Só que isso calhou com muitas coisas além do mundo inteiro estar com muito ânimo para libertação. Havia a China em 1949 e Cuba, em 1959 e nos anos 60 toda a libertação das colônias da África. Havia toda a revolução cultural, toda revolução estudantil e, no Brasil, as reformas de base e as ligas camponesas, tudo isso aí acontecendo.

De acordo com Freire (1979), a conscientização não se dá apenas no desvendar da realidade, mas principalmente na prática das ações para a transformação da realidade. Assim, Ranulfo diz que aprendeu “por osmose” a se ver como um sujeito político. Filho da década de 1960, ele cita as experiências da Liga Camponesa, que foram movimentos de luta por reforma agrária que surgiram no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960 e representaram uma forte expressão da luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida e por acesso à terra.

Ranulfo também destaca os contextos da Revolução Cubana à independência das colônias da África.

Onde moramos a gente tinha que esconder pessoas da Liga. Foi aí que a minha consciência virou, porque os padres falavam pra orar contra o comunismo: “vamos rezar pra acabar essa bagunça”. Quando eu chego em Recife para estudar teologia eu tenho todas as notícias ao contrário. Mortes de um montão de camponeses. Então, nesse tempo, além dessa efervescência no campo pela reforma agrária na lei ou na marra, João Goulart não era o que a igreja falava.

Eu lembro que não se falava em Paulo Freire, a primeira pessoa expulsa de Pernambuco. A gente tentava fazer educação de adultos e chamávamos de método analítico sintético, para não citar o nome do método dele. Eu fui conhecê-lo, pessoalmente, quando vim para São Paulo.

3.3.1 O encontro de irmãos: descobrindo a verdade

A interação com a realidade se deu com o trabalho de alfabetização, que era uma forma de reagir à ditadura, e com a pastoral ou encontro de irmãos, que foi a origem das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Eu venho com o Concílio Vaticano II, com o Instituto Teológico, com Medellín, Teologia da Libertação, com o movimento estudantil e a revolução cultural no mundo. Aí, começaram as grandes pastorais. Então, dom Helder começou a fazer o encontro de irmãos. Ele usava a rádio Olinda. Primeiro a gente preparava os monitores e eu fui um desses monitores, formávamos um grupo de bairro. Num dia da semana a gente se reunia e escutava dom Helder falar: um caso acontecido, um caso da Bíblia e o que nós vamos fazer. Eram três partes a reunião. Isso, no final é a origem da CEBs.

Peloso explica que no Cepis não usavam o termo movimentos sociais e, sim, movimentos populares. Ele dá o exemplo da UDR³⁰ como justificativa, dizendo que “*matador de camponês também pode usar a terminologia social*”.

Ressalva feita, Peloso afirma que as Comunidades Eclesiais de Base foram um grande movimento popular e explica que “*comunidade vinha da igreja e da base da concepção marxista. Os trabalhadores são a base do mundo*”. Ele cita a música angolana ouvida por ele e por tantos nesse período, “Pirâmide” (letra nos anexos), que todo mundo acha que é de Dom Pedro Casaldáliga, segundo ele.

³⁰ A União Democrática Ruralista (UDR) era uma entidade representativa dos interesses de proprietários rurais e agricultores brasileiros, fundada em 1985 como uma resposta à pressão por reforma agrária e mudanças nas políticas de terra no Brasil. A UDR defendia os interesses dos grandes proprietários de terra e se opunha às demarcações de terras indígenas e à reforma agrária. Sua ação buscava influenciar as políticas públicas relacionadas à agricultura, terras e direitos indígenas.

Uma das orientações do Concílio Vaticano II foi o uso do método do ver-julgar-agir, desenvolvido pelo cardeal Cardijn, fundador do movimento Juventude Operária Católica (JOC). No livro *O Senso Crítico e o Método Ver-Julgar-Agir* (1977), o padre Jorge Boran, da Congregação do Espírito Santo, que acumulava experiências na base à frente de pastoral de juventude, relata a eficiência do método para conscientização política:

O último Concílio de Jovens, realizado no início de 77, na diocese de Lins, congregou mais de 4000 jovens do Brasil todo. O Concílio usou uma metodologia de ‘formação na ação’. Os jovens que escolheram estudar o problema rural, por exemplo, em vez de ficar escutando palestras e fazendo trabalho em grupo, foram para a roça, todo dia de madrugada, com ‘os bóias-frias’ para ‘puxar enxada’. Os jovens também se hospedaram nas barracas dessa gente simples e comeram sua comida escassa. À noite se reuniram para rezar e refletir, à luz do Evangelho, sobre as suas experiências. (Boran, 1977, p. 13)

Boran afirma que o pensamento dos jovens mudou radicalmente e destaca um comentário de um desses jovens: “Antes a palavra ‘bóia-fria’ não significava nada pra mim. Agora é só escutar a palavra que dá um negócio em mim” (Boran, 1977, p. 13).

Como disse Leonardo Boff (2020, s/p), criador da Teologia da Libertação:

a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiência tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação.

Quando voltou para Santarém, no Pará, após a graduação em Recife, Peloso afirma que já estava claro para ele que entre socialismo e cristianismo não havia contradição. Como não anda só, só anda em bando, em sua narrativa Peloso fala na terceira pessoa do plural:

Fomos morar num lugar e tinha todo um movimento, em Santarém, que tá registrado num filme, feito por uma moça da FASE³¹ (um movimento) sobre isso. Um filme de duas horas chamado Lamparina, que retrata um pouco essa luta. Foram 10 anos e começamos então dizer que nosso trabalho é muito ao norte e muito camponês. É preciso que seja mais ao sul e que seja mais operário. Foi aí que eu vim para São Paulo. Nesse processo das Comunidades Eclesiais de Base, que lá (em Recife) não chamava assim, chamava de encontro de irmãos, fazíamos assembleias. Nesse processo que eu fui aprendendo. Quando volto para Santarém já tenho outra visão, de transformar a sociedade, sem largar as convicções religiosas. Mas, percebemos que essa história

³¹ A FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Disponível em: https://fase.org.br/pt/quem_somos/quem_somos/ Acesso em 31 de agosto de 2023.

de ser padre tinha acabado. A ideia era organizar o povo. Entramos na luta comunitária e, depois, sindical até a fundação do partido (PT, onde permanece até 1990).

Peloso nunca foi preso ou mesmo participou de organização clandestina. Ele não era contra os companheiros que foram para a luta armada: “Nós tínhamos a maior admiração”, afirma, mas entendia ser “preferível muitas pessoas irem a 30 por hora que algumas a 100. Sempre achei que os companheiros que iam estavam corretos, mas eu, pessoalmente, queria ir no processo de educação. É o famoso devagar que eu tenho pressa. Muito mais consistente”.

Com a clareza de que era preciso organizar os trabalhadores, Peloso foi trabalhar no campo. Por isso, quando retornou a Santarém, filiou-se ao sindicato rural.

Levamos de três a quatro anos até começar a entrar realmente na discussão de organização do sindicato, que era assistencialista, direitista. Nós tentamos uma primeira eleição. Não sabíamos fazer. A mensagem o povo gostava, mas não ia. Fizemos uma segunda, perdemos, e na terceira, em 80, nós ganhamos. Eu era delegado representante junto à federação que fica em Belém. Mas, como era tudo muito pelego, nunca teve reunião, nunca assumi mesmo como delegado representante.

Nesse momento deu-se início à criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar da ficha de filiação de Peloso ser a de número 25, ele ressalva que “levou tempo pra gente entrar porque a gente achava que o PT ia virar um partido eleitoral e não partido de organizar o povo”. Apesar das dúvidas, acreditava que era o PT o melhor caminho.

Nossa cabeça, na eleição de 82, por exemplo, nós defendemos candidatos, mas sem fazer muita força para ganhar. A gente quer é ser referência para organizar o povo. Trazíamos essa ideia de quem segura é a base. Se você ler o documento do quinto encontro que foi em 85, ele começa assim: o PT é um partido socialista. A partir da queda do muro (pausa) aí se tivesse ganho em 89 (pausa). Eu, pessoalmente, a partir de 90 deixei de militar no PT. Eu não me ligo a partido, embora ache absolutamente necessário.

3.3.2 Próximo, mas não em cima do palanque

Em 1990, Peloso entrou no Cepis, onde ficou até 2005. Ele chegou em São Paulo por meio do movimento sindical, trabalhando como assessor na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Eu tinha claro que minha tarefa era formação. Nunca apareci como liderança. Eu sempre gostei desse lugar assim, debaixo do palanque. Aí, eu fui trabalhar formação, só que quem dominava a formação era um grupo diferente. Nesse tempo foi fundado o Instituto Cajamar. Quando eu cheguei lá como educador - aí já começaram a me chamar de educador - e eu gosto sempre de fazer a seguinte pergunta: as pessoas vêm

para cá para ir pra onde? Ai falaram que não fazem essa pergunta aqui. Então, eu disse: então eu tô fora. No dia que entrei no Cajamar eu já saí, não oficialmente, acabei ficando uns meses, mas, assim, já sem tesão, né? Porque formação, pra mim tem que saber pra quê e pra quem?

Após um mês, Peloso foi ser assessor político no gabinete de um vereador de São Paulo:

A ideia era transformar os comitês de campanha do João Carlos em núcleo do partido. Mera ilusão, nada a ver formação com eleição. Um dia cheguei no gabinete e o João Carlos tinha mudado, eu fui demitido e não tinha mais assessoria dele. Era campanha do Lula, em 89. Eu me ofereci para fazer campanha no Nordeste, naquela época não era muito forte o PT. Mas o Rochinha, de Pernambuco, não quis. Depois entrei no Cepis por referência do trabalho de Santarém, que foram 10 anos. A gente tinha 10 mil sócios.

A experiência no Cepis contou com a atuação no campo “*porque eram onde estavam as grandes lutas. Antes da escola do MST³², nós que cuidávamos da formação, por 10 anos*”.

Além do MST, a equipe do Cepis trabalhava com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), com o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), movimento de mulheres camponesas, “*e depois começamos no sindical, com rodoviários do Paraná, com os trabalhadores da educação de Minas Gerais, sindicatos petroleiros da Bahia, com esses grupos*”.

Basicamente, o que sustentava as ações do Cepis – que continua existindo – é o Instituto Sedes *Sapientiae*, por meio da escola de psicologia.

3.3.3 O institucional que vira eleição x a necessidade de meter o corpo na realidade

O abandono da formação, da educação popular e do trabalho de base acontece nos anos 90, defende Peloso:

Com a queda do muro, o pessoal disse que não dava para fazer transformação social. Então, vamos entrar na luta pela institucionalidade. Até aí nenhum problema. Mas, o problema foi que o institucional virou eleição, que significa que a única coisa feia é perder.

A derrota que a esquerda está tendo hoje (lembrando que a entrevista foi feita em 2022), vem de 30 anos atrás, não é de agora.

³² Peloso refere-se à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada em Guararema (SP). A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é uma instituição de formação e educação ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fundada em 2005, a ENFF tem como objetivo oferecer formação política, cultural e técnica para os membros do MST e outros movimentos sociais ligados à luta pela terra e pela justiça social. A escola busca capacitar os trabalhadores rurais para que possam compreender melhor as dinâmicas sociais, econômicas e políticas, além de adquirir habilidades práticas relacionadas à agricultura, agroecologia e gestão comunitária. A ENFF desempenha um papel importante na construção do conhecimento e na capacitação dos ativistas rurais, promovendo a conscientização, o diálogo e a mobilização em torno de questões relacionadas à reforma agrária, à agricultura sustentável e aos direitos dos trabalhadores rurais.

Quando eu entrei no Cepis em 90 teve um cara que me falou assim: pô, nós estamos falando em presidência e vocês ainda estão falando em trabalho de base (ri).

Ele fundamenta a crítica com uma contextualização sobre o trabalho de base.

Se há uma unanimidade no mundo inteiro é trabalho de base, pra direita ou pra esquerda. Você não conhece nenhuma empresa, nenhuma igreja, nenhum clube de futebol, nenhum sindicato, nenhum partido que não fale: é preciso trabalho de base. Todos dizem e com o mesmo objetivo. É preciso ter sustentação, é preciso ter continuidade e precisa garantir os objetivos.

A pergunta então é: qual a diferença do trabalho de base que vocês fazem? Está na concepção, no jeito de entender e na metodologia, que Paulo Freire prefere chamar de pedagogia do oprimido. Ele não está falando uma pedagogia para o oprimido, mas qual é o caminho que o oprimido faz para se libertar. Tanto trabalho de base quanto a educação popular começaram no dia em que começou a exploração.

Eu achei um texto de 2500 anos do Lao-Tse que diz assim ó (lê): “imagino-te como uma parteira, acompanhas o nascimento de alguém sem exibição ou espalhafato. Sua tarefa é facilitar o que está acontecendo, se deves assumir o comando faz de tal modo que auxilias a mãe desde que ela continue livre e responsável. Quando nascer a criança a mãe dirá com razão: nós três realizamos esse trabalho”.

Paulo Freire sistematizou, deu profundidade, deu caráter científico a uma prática milenar, a educação popular.

Peloso destaca que há na própria esquerda uma disputa sobre o conceito de trabalho de base.

Uma vez encontrei uma pessoa muito conhecida que me falou: “a gente vai lá e faz um trabalhinho de base”. Primeiro, diminuiu para trabalhinho. Segundo, provavelmente estava falando em panfletagem, reunião, agitação e propaganda. Eu digo que essas são ações necessárias, mas isso não constitui o trabalho de base. Então, tem gente que reduz o trabalho de base a um evento. Como disse Plínio de Arruda Sampaio que em português a palavra é e-vento.

É como incêndio, quando termina só fica cinza. Eu disse que o trabalho de base é um processo e eu não conheço nenhum com menos de cinco anos, na minha opinião, sabe. Claro que isso depende um pouco da conjuntura, que pode ser mais acelerado. Agora, há também no campo popular o basismo. É um elogio da ignorância, da incompetência e da espontaneidade. No fundo é o autoritarismo e é demagógico. O trabalho de base é uma visão de um mundo e uma pedagogia.

Para elucidar de forma concreta como é feito o trabalho de base, Peloso faz uma comparação com um exemplo da Bíblia: “*a fé vem pelo ouvido*”. Na semana em que fizemos a entrevista, Peloso havia assistido a um vídeo do padre Júlio Lancelotti e admirou-se quando este disse: “*a gente dá a comida, mas a gente aponta um horizonte*”.

Trabalhamos com a coordenação das Comunidades Eclesiais de Base de São Paulo e a gente fez muita discussão. O povo vai pelo concreto, pelo imediato. Tem que resolver os problemas concretos. Agora, só isso não basta.

O grande problema do PT foi não ter feito o outro lado. Os programas sociais foram ótimos, mas foi feita uma pesquisa com o pessoal do Prouni³³ e todos foram contra

³³ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) é um programa do governo brasileiro que foi criado em 2004 com o objetivo de ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior privado no Brasil. O PROUNI

Lula. Por que? Não teve a politização. A consciência vem de algum fato que desperta, de algum exemplo, de alguma reflexão, de uma discussão, de uma admiração. Ela não é espontânea. Pressupõe que a força é o povo, mas precisa ter fermento. Como é que se sabe quando você é o fermento? Quando você está no povo e quando o povo te reconhece. Pra acontecer isso precisamos resolver questões concretas e ao mesmo tempo politizar. Se o trabalho de base não resolver, o povo vai embora. Pode ser cultura, religião, questões cotidianas do povo. Tem gente que começa com alfabetização. O modus operandi é meter o corpo numa realidade concreta.

A crítica de Pontual é também de boa parte da esquerda, que passou a rever os dois primeiros mandatos do governo Lula como anos em que houve aumentos em programas sociais, mas sem um debate para a conscientização política sobre o projeto de país que estava sendo almejado. No caso do Prouni, por exemplo, os jovens conquistaram vagas em universidades particulares, caindo na rede privada de um ensino empresarial, cuja lógica pedagógica e administrativa não é a mesma de uma universidade pública.

Faz muito sentido a frase do padre Júlio Lancelotti apontada por Peloso quando ouvimos sua experiência em Marabá, onde houve guerrilha contra a ditadura, no final da década de 60.³⁴ Entre as tarefas permanentes do militante político Peloso destaca:

é preciso entrar em contato, é preciso conhecer o mapa, descobrir as estrelinhas e os militantes que já estão na comunidade. A ação pode ser pequena ou grande, depende do quanto o grupo aguenta. Se aguentar só fazer uma novena, tudo bem. Depois vem o papel da formação política, da organização e uma hora você tem que dizer o que você quer. Como eu aprendi isso? Teve uma guerrilha no estado do Pará, perto de Marabá. Em 1969 se juntou PCdoB e uma parte da AP e tentaram uma saída lá. O Exército matou um monte de gente. Eu sempre quis saber como é que o povo tinha visto isso. Mas tinha que passar por quatro revistas para entrar na área. Quando foi afrouxando, um dia eu consegui entrar numa cidade chamada Palestina, que fica na região de São Geraldo, da guerrilha. Ficamos sentados a tarde inteira conversando com o pessoal. E eu fiz a famosa pergunta: e aí, o que vocês acham desse pessoal aí? Nem falei a palavra guerrilheiro. Aí, uns falaram ‘ah, vou tomar uma água’, ‘um café’, ‘vou no banheiro’. Pensei, ih errei. Tomamos uma cervejinha, tomamos duas, lá pelas nove da noite eu entrei com uma pergunta semelhante e me falaram “deixa eu falar uma coisa pra você. Esse pessoal era um pessoal muito bom. Eles não mexiam com as meninas. Não roubavam nossas galinhas. Até se faziam nossos compadres. Mas, um dia chegou aqui um cara chamado Curió e disse que eles eram cubanos e que iam tomar nossas terras. Aí, nós ajudamos a matar os guerrilheiros. Porque eles nunca disseram pra nós o que eles queriam”.

oferece bolsas de estudo parciais ou integrais em instituições de ensino superior particulares, permitindo que estudantes de baixa renda possam cursar a graduação sem custos ou com descontos significativos nas mensalidades.

³⁴ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de resistência armada que ocorreu na região do Araguaia, no norte do Brasil, entre 1969-74. A guerrilha foi liderada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que buscava estabelecer uma base de operações na área para promover uma revolta armada contra o regime militar. Os guerrilheiros eram em sua maioria jovens militantes com ideais revolucionários, e eles se embrenharam na selva do Araguaia para estabelecer uma área de resistência e mobilização popular. No entanto, a ditadura militar reagiu com força à guerrilha, lançando operações militares para erradicá-la. O conflito resultou em combates, prisões, tortura e mortes de guerrilheiros, militares e civis, constituindo em episódio marcante na luta contra a ditadura militar no Brasil, evidenciando a repressão e a violência exercidas pelo regime. Anos após o fim da ditadura, os restos mortais de algumas vítimas da guerrilha foram encontrados e identificados, e a história desse período continua a ser estudada e debatida no país.

Essa experiência narrada por Peloso “dá um baque” quando pensamos que ainda é essa a realidade dos movimentos progressistas e de esquerda. Ainda permanece em muitos o vanguardismo, quando alguns intelectuais acreditam que, realmente, podem guiar uma comunidade ou um povo sem uma comunicação assertiva e sem uma construção conjunta da realidade que se quer alcançar. Isso traduz o sentimento de militantes políticos que, como Peloso, continuam na luta popular. O que queremos? Para qual horizonte aponta o futuro presente da sociedade? Responder a essas tarefas exige a compreensão do que as experiências no trabalho de base significaram e significam para uma sociedade que se quer democrática.

3.4 FREI BETTO: EDUCAÇÃO POLÍTICA E JUSTIÇA SOCIAL

...envergonha-me, como ser humano, a miséria coletiva (Betto, 2013, p.127)

Todos fazemos política. Por participação ou omissão (Betto, 2013, p.11).

Sei que não terei de participar da colheita. Mas faço questão de ficar ao lado dos que lançam, ainda que em terra árida, as sementes de um futuro melhor (Betto, 2013, p.128).

Conheci Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, por meio de seus textos na revista Caros Amigos, quando ainda ela era publicada no formato grande de revista física e trazia autores que desvelavam a ideologia neoliberal do então governo FHC combatendo o capitalismo, como Aloysio Biondi e José Arbex Junior.

Sempre gostei de ler seus artigos. Um dia, conheci Frei Betto pessoalmente no Colégio Equipe. Na ocasião, ele integrava a mesa de debate no lançamento do livro Terror e Esperança na Palestina (2002), de José Arbex. Passei a ler suas obras, as quais comprava via e-mail, fazia o depósito, e as recebia autografadas em casa. Ficava imaginando Frei Betto em sua cela de estudo e moradia, escrevendo e lendo. Apesar de tratar temas sociais, políticos e econômicos tão densos, sua escrita é de fácil compreensão, o que se deve, justamente, à sua experiência como educador popular.

Frei Betto integrou o grupo revolucionário Ação Popular (AP) e desempenhou papel ativo na resistência contra a ditadura militar no Brasil, na luta pela justiça social, igualdade e direitos humanos. A organização optou pela luta armada contra a ditadura militar e, por isso, Frei Betto foi preso junto a outros frades dominicanos. Em 1973, quando saiu da prisão política, foi morar numa favela em Vitória, no Espírito Santo, e como educador popular atuou no

trabalho de base. Foi nessa vivência na favela que aprendeu a aprender com o povo, conforme o método Paulo Freire.

Na entrevista ele relata sua surpresa ao chegar na favela após a luta revolucionária. Partindo do vanguardismo político, Betto se questionou: como podiam existir movimentos populares de reivindicações por direitos se a esquerda estava presa? Quem estava dirigindo ou comandando esses movimentos?

Em 1978, o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes *Sapientiae* (Cepis) o fez voltar a São Paulo, onde começou a atuar com a educação popular na construção de relações dialógicas.

Desse processo é que devem brotar as formas de organização dos educandos, e não de propostas pré-fabricadas em gabinetes elitistas dos que se aproximam da base para perpetuar a ‘político do prato feito’, ou seja, ‘ganhar lideranças’, capitalizar o potencial de mobilização’, ‘conquistar’ setores sem nenhuma inserção prévia no dia a dia do povo (BETTO, 2018, p. 197).

Nossa conversa realizou-se no dia 9 de fevereiro de 2022, um dia antes de sua viagem à Cuba (ilha na qual esteve várias vezes) para uma sequência de trabalhos com a FAO (Organização para as Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), onde atua em um plano sobre Soberania Alimentar e Educação Nutricional desde 2019. No momento da entrevista. Frei Betto estava no seminário onde reside, no bairro Perdizes, em São Paulo, e eu em minha casa, a 90km de distância.

A família paterna de Frei Betto era formada praticamente por militares. Sob influência do avô e de tios, Betto chegou a prestar o Colégio Militar de Belo Horizonte, onde um dos tios dava aula, mas não passou por ter sido reprovado em geografia. “*E meu tio nem para dar um jeitinho de eu ser incorporado à escola*”, brinca e conclui: “*foi a minha salvação*”.

Na verdade, eu nasci numa família de classe média burguesa e de tradição conservadora porque do lado paterno, a família era marcadamente de militares. Inclusive, isso influi em mim. Meu avô era militar. Eu tinha dois tios gerais e, um deles, inclusive, era diretor do Colégio Militar de Belo Horizonte, e eu tentei também ser militar. Cheguei a fazer o vestibulinho para ingressar no Colégio Militar e veja que não havia nenhum nepotismo, porque eu não consegui ser aprovado. As disciplinas mais fortes eram matemática e português. Depois vinha história e geografia. Não fui aprovado em geografia. E meu tio nem para dar um jeitinho de eu ser incorporado à escola (brinca). Foi a minha salvação.

A minha consciência política nasce no meu ingresso na Ação Católica, na Juventude Estudantil Católica (JEC), quando eu tinha 13 anos. Era um ingresso precoce. Geralmente a JEC aceitava estudantes a partir dos 15 ou 16 anos. E a JEC já tinha em Belo Horizonte uma forte conotação progressista porque era acompanhada e assessorada pelos frades dominicanos que foram formados na França. Os dominicanos franceses tiveram muita sintonia com a Resistência Francesa durante a ocupação nazista e, sobretudo, com o Partido Comunista Francês. Na JEC de Belo

Horizonte participaram Betinho, depois Henfil que foi meu companheiro também nesse período e que também entrou com 13 anos.

Tendo como primeira militância política o movimento estudantil, Betto narra que a luta era para resgatar a União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES) de Belo Horizonte (que estava nas mãos da Direita) e atuava também junto com a Juventude Comunista. *“Então, a minha consciência política foi despertada muito cedo, aos 13, 14 anos. E já aos 16 eu fui eleito numa chapa de esquerda, integrada por cristãos e comunistas, para a vice-presidência da UMES”.*

A primeira manifestação política de rua que Betto participou foi quando Jânio Quadros (janeiro de 1960 a agosto de 1961) renunciou à presidência e as forças progressistas exigiam sua volta.

Temíamos que os militares, como depois veio a acontecer, assumissem o poder. Foi a primeira vez que eu enfrentei, na Praça Sete em Belo Horizonte, a cavalaria do Exército, porque o presidente da UMES tinha se refugiado com medo de ser preso e eu assumi a liderança da entidade.

Daí veio minha atividade progressista, e claro, depois muito marcada por toda formação cristã na perspectiva da Teologia da Libertação e, principalmente, pela opção pelos pobres. Isso me levou a sempre trabalhar junto aos movimentos populares. Tanto no âmbito da Igreja Católica como das Comunidades Eclesiais de Base, e fui assessor por 22 anos da Pastoral Operária do ABC, quanto os vários movimentos populares, como o MST, CUT e a Central dos Movimentos Populares, do qual sou um dos fundadores. Assessoriei também a Frente Sandinista, na raiz da revolução na questão marxismo-cristianismo, e continuo fazendo esse trabalho. Ajudei a fundar o Centro de Educação Popular em Cuba, o Centro Martin Luther King e, agora em março (no ano da entrevista, 2022) tenho previsto uma assessoria na linha da educação popular do trabalho de base para o Partido Morena, que está no poder no México.

3.4.1 A língua do povo

Desde que saiu da prisão, no fim de 1973, Betto trabalha com educação popular. Nessa parte da narrativa ele faz uma autocrítica de suas experiências anteriores na esquerda: *“antes, eu tinha uma atuação de esquerda que hoje considero elitista, porque nós acreditávamos que o povo seguiria nosso exemplo de revolucionários, sem nos engajarmos no meio popular e fazermos o trabalho de base”.*

Mas uma grande virada de chave nessa percepção ocorreu quando ele saiu da prisão e foi pressionado a deixar o Brasil para se exilar. A pressão vinha tanto da repressão, quanto da família e também da igreja. *“Mas optei por ir para o trabalho de base. Fui morar numa favela em Vitória (ES) e a partir das minhas frequentes vindas a São Paulo eu me associei ao Cepis”.*

Fui integrado ao Cepis por essas pessoas que você citou no começo: o Ranulfo Peloso, a Celeste, o Pedro Pontual, o Paulo Vannucchi. Era uma equipe de altíssima qualidade, inspirada em Paulo Freire, com quem mantínhamos contato por correspondência e, depois que ele voltou do exílio pessoal, me tornei muito amigo do Paulo. Fomos até vizinhos aqui em São Paulo. Eu nunca ingressei em partido político, justamente por causa da demanda que eu tenho em relação ao movimento popular, aos sindicatos, e até mesmo partidos que me chamam para fazer trabalhos de educação popular, o trabalho de base.

A partir de 1985, isso se ampliou em Cuba. Em 80 eu havia iniciado um trabalho nesse sentido na Nicarágua, onde fiquei dez anos indo frequentemente para desenvolver esse trabalho. Depois Cuba, México e há outras solicitações na América Latina, inclusive na Argentina, onde ajudei a formar uma equipe de educação popular.

Em *A Mosca Azul* (2006), Frei Betto destacou a relevância dos trabalhos de educação política nos bairros ao abordar a greve do ABC, iniciada em julho de 1980 e que durou 41 dias: “a mobilização sindical sustentara-se nos movimentos de bairros. A paralisação se manteve graças às associações, aos clubes de mães, aos movimentos pastorais, aos que se organizavam pela conquista de moradia na cidade e de terra no campo” (Betto, 2006, p. 62).

Betto, que é autor de aproximadamente 70 livros, é uma pessoa preocupada também com a questão teórica, tanto para embasar as atividades quanto a escrita: “Sou um escritor compulsivo. Por outro lado, tive uma forte educação marxista, sem dogmatismo, sem fundamentalismo. O marxismo, para mim, é um método de análise da realidade, não é uma outra religião”.

Em seus livros, os conceitos teóricos são traduzidos em linguagem popular para que a leitura seja acessível a mais públicos leitores.

Uma das características das minhas obras literárias são as múltiplas cartilhas que eu produzi e continuo. A mais recente das cartilhas é a que eu fiz em Cuba, justamente para traduzir em linguagem mais popular o Plano de Soberania Alimentar e Educação Nutricional.

*É preciso falar a linguagem do povo. Eu não sou uma pessoa de origem popular, mas sou uma pessoa que tenho facilidade para escrever, graças ao jornalismo. Eu tenho um livro, *O Marxismo ainda é útil?*, justamente sobre a importância do método marxista para entendermos essa realidade na qual vivemos, a do sistema capitalista.*

*Antes do período da nossa prisão, mais duro da ditadura, no fim dos anos e início dos anos 70, a esquerda brasileira não tinha sensibilidade para o trabalho de base. Isso começou nas Comunidades Eclesiais de Base graças ao método Paulo Freire, que custou a ele a fama de idealista, porque muitos segmentos da esquerda já o criticaram a partir do primeiro livro dele, que de fato ainda não era um livro embasado no marxismo, acho que se chama *Educação como prática da liberdade*. Mas o *Pedagogia do Oprimido*, que é o clássico dele sim, é todo embasado na teoria marxista e é um livro fundamental, essencial para quem quer trabalhar com educação popular.*

Portanto, a esquerda tinha a concepção leninista do vanguardismo, de que bastaria uma boa direção revolucionária com muitos conceitos na cabeça para conduzir o proletariado à revolução. Tanto que foi um impacto muito forte a fundação do PT, em 1980, com proletários como vanguarda do proletariado. Isso para muitos

segmentos da esquerda tradicional, principalmente a vertente mais comunista, era um escalabro, sabe. Como que agora os proletários, que não têm curso universitário, não leram o Capital, etc, como querem ser a sua própria vanguarda? Então, é uma contradição enorme e hoje, a figura número 1 do PT é o Lula, um operário que não passou pela universidade, passou por capacitação profissional como operário. Então, isso derruba todos os mitos de que a formação acadêmica é essencial para fazer um bom militante, um bom revolucionário.

O livro Educação como Prática da Liberdade (1967), citado por Betto, tem inspiração no socialismo humanista, de acordo com Souza (2019) com base na filosofia política de Jacques Maritain e na filosofia da ação de Emmanuel Mounier.

De fato, para Maritain, a pessoa é um ser que se revela somente por uma prática político-social democrática em vista de seus direitos humanos na história. Será, pois, esse valor fundamental de se constituir e de agir como pessoa livre em todos os espaços e contextos sociais que lhe garantirá os direitos em prol do progresso social e de melhores condições de vida. (Souza, 2019, p. 182)

Enquanto ouço Betto narrar críticas da esquerda ao surgimento do PT, recordo de assistir suas palestras no Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região (SMetal), em 2018, quando ele contou a história de uma cozinheira e um médico perdidos numa selva.

Sim, uma cozinheira num curso que eu dei em Vitória achava que o médico era um gênio porque ele tinha cultura e ela não. Ai, eu lancei essa analogia dos dois perdidos numa mata e um frango. Ele, com toda cultura em medicina, morreria de fome e ela não, porque saberia como preparar esse frango. De fato, dependemos mais das culturas das cozinheiras e dos cozinheiros do que eles das nossas culturas, porque nós podemos prescindir de muitas coisas na vida, mas não da alimentação. Agora, a esquerda tem consciência do trabalho de base. Esse trabalho foi realizado intensamente nas décadas de 70, 80 e 90, mas a partir da chegada em instâncias de governo municipais, estaduais e federal esse trabalho veio, progressivamente, sendo abandonado, lamentavelmente. As equipes de educação popular foram se extinguindo pelo Brasil afora. Com exceção do MST, que valoriza muito o trabalho de base, que tem, inclusive, uma escola, a Florestan Fernandes, em Guararema (SP), dedicada à formação de militantes. Houve um hiato muito grande durante os 13 anos do governo do PT porque coincidiram com os Pontificados de João Paulo II e Bento XVI, que eram conservadores e isso fez refluir os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), que eram quem mais adotavam a pedagogia paulo freireana. Isso se refletiu no movimento sindical e nos mundos dos partidos de esquerda.

Aqui, sobre o recuo no trabalho de base, Betto traz para a reflexão um novo elemento, que é a influência do momento conservador dos pontificados entre os papas João Paulo II e Bento XVI como motivador do refluxo às pautas progressistas.

A crítica ao recuo das bases é um convite ou chamado para os movimentos populares da esquerda e partidos políticos reafirmarem seus compromissos com as comunidades que buscam representar, mantendo um diálogo aberto com a participação popular e com organização comunitária para a mobilização política. Para Pontual, Celeste, Ranulfo e Betto, essa reconexão tem que ser prioridade na agenda política e social.

3.4.2 Cristianismo fundamentalista ou pôr o pé na lama nos finais de semana

O trabalho de base foi progressivamente abandonado e esse espaço popular progressivamente ocupado pelo cristianismo fundamentalista, principalmente de vertente evangélica, o narcotráfico e as milícias. Então, agora no processo de preparação do Lula (eleição de 2022) é que o PT se dá conta, por meio da Fundação Perseu Abramo, a importância do trabalho de base e começam a formar Comitês Pró-Lula, que perdurariam após a posse como apoio ao governo. Agora, o problema é que muitos quadros da base popular foram absorvidos por essas instâncias de governo e não houve uma reprodução da formação de militantes. E o problema é que muitos educadores populares que saíram, muitos deles do meio popular mesmo, não querem voltar para a periferia, não querem pôr o pé na lama. E trabalhar com a base popular significa assumir muitos sacrifícios e um deles, muito marcante, é que praticamente a gente não tem fim de semana. Porque quando as pessoas da favela, da periferia e as pessoas da zona rural podem se reunir é no sábado ou domingo. E muita gente de esquerda, principalmente pessoal de formação mais classe média e classe alta quer o final de semana sagrado para ir para a praia, para o sítio, pro cinema, pro teatro. Então, abrir mão disso é um sacrifício. Essa é a questão. Eu lamento, por exemplo, que o Psol, que é uma dissidência do PT, e veio para trazer, como diz o próprio nome do partido, uma proposta socialista também não faz trabalho de base. Não faz formação de militância. Eu me lembro que houve um período no PT que para ser aceito como militante do partido era preciso passar por uma espécie de seleção ideológica. Hoje, não.

Quando Betto citou essa preparação e seleção de filiados, eu me lembrei de participar na sede do partido em Sorocaba, quando ainda cursava jornalismo, de algumas atividades como palestras e cursos. Cheguei a preencher um papel de filiação, em 2001. Conversei com o secretário do partido na época e ele me disse que para efetivar a filiação eu teria que participar de um curso sobre a formação do Partido e alguma palestra do tipo “como funciona a sociedade”. Refletindo com meus 21 botões de idade, desisti da filiação e continuei a ser simpatizante do partido apenas, militando em movimentos. Depois, como explicou Betto, essa seleção deixou de existir.

Houve casos excepcionais, de gente meio bandida que se inscreveu no PT por razões de interesse eleitoral. Eu não vejo a possibilidade de criarmos uma geração de militantes anticapitalistas e superar esse sistema genocida, excludente e opressor sem essa geração de militantes. Ou seja, o trabalho de base é um desafio a longo prazo, mas infelizmente, não vejo ânimo mesmo durante os períodos que estive no governo Lula. Nós deixamos lá e isso prosseguiu no governo Dilma uma proposta de uma grande rede de trabalho de base. A Rede de Educação Cidadã (Recid)³⁵. Nós chegamos a ter 800 educadores populares pagos pelo governo federal e mil voluntários para trabalhar principalmente com as famílias beneficiárias do Bolsa

³⁵ A RECID foi constituída no primeiro governo Lula, junto com o Programa Fome Zero, dentro da perspectiva de construção de uma política pública emancipatória, que fortalecesse a construção do poder popular, da organização de parte da sociedade civil, a parte historicamente excluída da construção de nosso projeto de sociedade. Em: <https://www.correiodobrasil.com.br/dialogo-participacao-e-emancipacao-num-proximo-governo-dilma/> Acesso em 20 nov. 2022.

Família, mas o próprio governo não dava importância. Então, não teve a ressonância que a gente gostaria. Ele durou até o fim do primeiro mandato da Dilma. Já no segundo mandato a coisa ficou mais complicada. Nos dois anos que estive em Lage, depois de fundar a Recid, eu tive muito apoio da iniciativa privada. Nenhum centavo do próprio governo federal, por incrível que pareça.

Apesar da articulação promovida pela Rede de Educação Cidadã (Recid) com atores sociais, entidades e movimentos populares, pode-se colocar em discussão de que forma o governo federal institucionaliza o trabalho de base. Indo além, de que forma pode permanecer um trabalho de base numa comunidade partindo de uma ação como política pública? Teria um tempo determinado de um mandato?

Em *O Marxismo ainda é Útil* (2019), Betto responde que só haverá libertação se nas pautas da esquerda, seja na instância governamental ou não, houver como prioridade a conscientização e a organização de movimentos populares, incluindo os chamados movimentos identitários, para escapar da ilusão de se reformar o capitalismo.

Mas, se coalizões políticas e interesses estão em jogo em qualquer governo, mesmo sendo o mais democrático que possamos imaginar, como sepultar o capitalismo com ações partindo da institucionalidade?

3.4.3 Educação popular e ação cultural

Quando indagado sobre a relação entre os dois conceitos deste subtítulo (educação popular e ação cultural), o entrevistado responde: *“Andam juntas, Fernanda. Na educação popular, o protagonismo é do próprio educando”*.

Betto conta que em São Bernardo do Campo houve atrito com um educador porque este dava noções de marxismo para operários das fábricas, que ficavam tentando anotar no caderno aqueles conceitos velhos, ao que Betto indagou: *“Como é que você vai dar esses conceitos sem ser assim?”*.

Eu peguei o grupo de 30 pessoas, dividiram em grupos de seis e pedi para cada um contar na roda a história do seu avô, do seu pai e a suas próprias histórias. Depois, escolher uma para ser relatada para toda a classe. No final dessa uma hora de conversa de grupo e o que as pessoas mais gostam de fazer é resgatar a memória pessoal, da família. Vieram seis indicados, um de cada grupo para relatar a sua história pessoal e, na medida que eles foram relatando, eu dividi a lousa em passado (avós), que muitos tinham uma pequena terra, os pais (presente) a pequena terra desapareceu, tomada pelo latifúndio, pelos grileiros, e a história do filho, que teve que migrar para procurar emprego em São Paulo para alugar sua mão de obra porque não restava meio de produção para ele. E com os períodos do tempo do avô, do pai e dele coloquei a história do companheiro Brasil. Perceberam que a história

de cada família é a história de um povo e começaram a perceber o que é meio de produção, o que é desapropriação, o que é exploração de mão de obra, ou seja, todos os conceitos surgiram a partir da experiência vivencial e da memória deles. Isso é educação popular.

Esse educador criticado por Betto é um dos muitos que não conseguiram superar a postura bancária, como descrito em *Pedagogia do Oprimido*, de Freire.

Chegavam no sindicato, no movimento popular dando lições. Portanto, como tem que partir deles, o cultural é fundamental. Quando a gente chega e fala “vamos dar um curso de formação política”, vai parecer meia dúzia de gatos pingados. Agora, se falar “vamos fazer aqui um seminário sobre música popular”, aquilo enche. “Vamos fazer aqui uma oficina de dança”, também enche. Ou seja, partir daquilo que motiva as pessoas e a partir disso, vamos entrando na questão da conscientização. São três fases que não são sequenciais, são interligadas: conscientização, organização e mobilização. Ao fazer uma, a gente já tá embutindo as outras. Você até pode fazer um curso de culinária – muitas mulheres das favelas trabalham como cozinheiras em casas de famílias, etc. – a partir da culinária você começa a debater a questão da fome e o preço dos alimentos, da inflação e por aí vai. Mas, é preciso partir deles, sempre. Quando o educador não tem sensibilidade para a escuta popular, para conhecer o terreno onde ele vai atuar, ele acaba, em nome da educação popular, em nome de Paulo Freire, fazendo educação bancária. E daí, não dá certo.

Todo engajamento nessa luta é para saciar a fome de pão e também de beleza, costuma dizer Frei Betto em suas palestras e livros, incluindo na entrevista para esta dissertação. A luta pela sobrevivência, aquela que mais preocupa o povo, não pode ser resolvida com o processo de educação popular, mas a de beleza sim. Segundo Betto: “o escritor cubano Onelio Jorge Cardoso que diz que o ser humano tem duas grandes fomes, a de pão e a de beleza”.

a gente pode, sim, capacitá-los para lutar melhor por essa sobrevivência que é a conquista de direitos, como as greves metalúrgicas, toda a história do movimento operário em busca de conquista de direito. Mas a questão da fome de beleza, que dá o sentido da nossa existência, isso sim, a educação popular pode e deve fazer, que é que por outro viés fazem os fundamentalistas cristãos. Eles imprimem um sentido à vida dessas pessoas muito pobres para que elas aceitem abnegadamente a opressão e joguem as suas esperanças para um outro nível. Nível do reino de Deus, nível do reino dos céus, enfim, pós-vida. Justamente esse é o trabalho da educação popular: saciar a fome de beleza. As pessoas têm muita carência de um sentido da sua vida e quando a gente imprime um sentido na vida a gente atenua as dificuldades da fome de pão porque quem tem um sentido enfrenta todas as dificuldades para levar adiante esse projeto, ou seja, quando você vai trabalhar no meio do povo você tá abrindo mão de muitos privilégios. Tá abrindo mão do seu domingo na praia, encontro com um amigo num sítio, ou em caso extremo quando você vai numa guerrilha você está arriscando a vida, enfrentando situações muito difíceis de sobrevivência, de carências de todo tipo, mas o que é que sustenta um Che Guevara, primeiro em Sierra Maestra em Cuba, depois nas selvas da Bolívia? Um sentido. Essa é a coisa mais importante na vida de cada um de nós.

Frei Betto foi chamado por Lula em seu primeiro mandato (2002) para coordenar o programa Fome Zero.³⁶ No livro *Mosca Azul* (2006), Betto deixou impressa a crítica ao recuo

³⁶ O Programa Fome Zero foi um programa social brasileiro criado em 2003 com o objetivo de combater a fome e a pobreza no país. Ele foi lançado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava empenhado

das bases por parte do Partido dos Trabalhadores (PT). Pelo programa, Betto empenhou-se na criação do “Talher Rede de educação cidadã:”

(...) inspirado pelo método Paulo Freire e envolvendo mais de 800 educadores populares em todo Brasil, atua junto aos beneficiários do Fome Zero para saciar-lhes não só a fome de pão, mas também a de beleza: fome de cidadania e cultura, participação política e protagonismo econômico (Betto, 2006, p. 125).³⁷

Sua trajetória demonstra que é daqueles militantes políticos que só se sente animado se estiver em luta pelo projeto coletivo de criar um mundo diferente, “*embora a gente saiba que isso é difícil. A nossa proposta de vida deve ser a de morrer semente, né, para que no futuro outras gerações possam colher*”.

em implementar políticas que reduzissem a desigualdade social e melhorassem as condições de vida das camadas mais vulneráveis da população. O Fome Zero visava a promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o acesso a alimentos básicos para todas as pessoas. Além disso, o programa tinha a intenção de criar oportunidades de geração de renda e emprego, melhorar a qualidade da educação e da saúde e estimular o desenvolvimento local.

³⁷ “Além de combinar 25 diferentes projetos de políticas públicas, do Bolsa-Escola à reforma agrária, há o propósito de promover a educação cidadã, saciando assim não só a fome de pão, mas também a de beleza”, descreve Betto em artigo para a Folha de São Paulo, na coluna Tendências/Debates, em 11 de dezembro de 2002. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1112200210.htm>. Acesso em 2 de junho de 2023.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta dissertação foi trazer as experiências e memórias de militantes políticos para refletir sobre o processo de formação na luta por direitos e sua contribuição com a formação, organização e ação nas comunidades de base, por meio de uma pedagogia da educação popular.

O envolvimento social e as ações políticas de Celeste Fon, Pedro Pontual, Ranulfo Peloso e Frei Betto colocaram em risco suas liberdades e suas próprias vidas. A opção pelo trabalho de base durante o período final da ditadura militar e dos primeiros anos da redemocratização do país demonstra uma determinação para a militância política que se mantém ativa. Ainda hoje revelam que os compromissos que assumiram com a transformação social continuam fortes como forma de re(existência).

Pedro Pontual assumiu em 2023, a função de diretor de Educação Popular na Secretaria Nacional de Participação Popular do terceiro governo Lula. Frei Betto é voluntário na mesma secretaria para auxiliar nas articulações do trabalho de base nas comunidades. Ranulfo Peloso também se mantém como educador popular em diálogo com os movimentos para conscientização política. Celeste está afastada do trabalho nas bases no momento, mas continua atenta e compartilhando seus conhecimentos e experiências, como fez para esta pesquisa.

Quando apresentei o projeto desta pesquisa ao Programa de Estudos da Condição Humana (PPGECH), em 2021, o pensamento que permeava minhas reflexões sobre lutas populares era saber o que era preciso para os movimentos populares não ficarem apenas na resistência, mas avançar na busca por direitos. Como se avança? A partir dessa indagação fui ouvir as narrativas para tentar respondê-la a partir das memórias e experiências de quem se engajou na luta democrática.

Além de já ter pesquisado processos de resistências, um contexto que me impulsionou ainda mais a chegar nessa indagação foi o período em que trabalhei na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região (2014-2019), quando publicávamos a Folha Metalúrgica. Era um período que tentávamos disputar a narrativa contra as reformas neoliberais trabalhista e previdenciária e a da terceirização irrestrita.

Eu via e acompanhava diretores e diretoras sindicais nas portas das fábricas entregando a Folha e tentando argumentar o quão prejudicial seria para as vidas dos trabalhadores e das trabalhadoras a aprovação dessas reformas. Mas o discurso e a desinformação que corriam na mídia e entre os patrões era assimilado. Eu desacreditava o quanto de esforço seria necessário para mobilizar aquelas pessoas para a realidade. Entendi que essa conscientização não viria

apenas pela informação. O que me responde às inquietações/questionamentos é a união da formação política e da educação popular, nas bases, para ações possíveis por direitos. Os entrevistados deixam claro que só formar e organizar não basta. É preciso uma ação possível, seja pela reivindicação de uma creche ou por trabalho digno. É essa experiência que vai levar a comunidade e o movimento popular a ir mais longe na luta pela democracia.

Essas memórias e experiências no trabalho de base são reflexo da vontade e determinação de mudar a realidade social, de acabar com a desigualdade, libertar o povo da exploração capitalista. As narrativas não carregam modelos a serem seguidos, mas um método de trabalho baseado no ver, julgar e agir, da influência dos padres franceses e do vento novo a partir do Concílio Vaticano II, colocado em prática pelas pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na pedagogia do oprimido de Paulo Freire e do marxismo.

Na entrevista, Ranulfo destaca que o termo comunidade vem da igreja e do marxismo que tem nos trabalhadores a base. Os trabalhos de alfabetização de adultos realizadas pelos entrevistados tinha como início a leitura do mundo freireana, a consciência da realidade, entendendo que a compreensão das raízes dos problemas leva à ação para a transformação social.

Nota-se a preocupação desses militantes políticos de não agirem sozinhos, tendo a reflexão como forma de buscar soluções de forma coletiva. E de que é preciso comunicar a que veio, lembrando da memória de Ranulfo quando os camponeses do Araguaia lhe afirmaram que os guerrilheiros nunca disseram o que queriam. Essa é uma chave para pensar a educação popular e a formação política. Mas era preciso não se precipitar: ler corretamente a realidade junto com o grupo, conhecer as pessoas e os problemas locais da comunidade.

Nesta contemporaneidade, na qual a sociedade brasileira sofreu com o processo acelerado de desmonte da educação formal e da ciência, ao mesmo tempo em que assistimos um crescimento de *Tik Tok*, *Youtube* e outras redes sociais formando opiniões, parece-me ainda mais necessário o estar junto pensando a coletividade.

O esforço para isso, para atrair a juventude por exemplo, é um horizonte a ser investigado. Frei Betto cita a autocrítica sobre atuação elitista e, portanto, a necessidade de se falar, na educação popular, a língua do povo, do povo jovem. Quais novos militantes estão surgindo e ainda irão surgir e que darão conta de seguir lutando para essa emancipação da sociedade?

Todos os entrevistados trazem, mesmo que não dito, o sacrifício da vida pessoal. Celeste, Pedro, Betto e Ranulfo realizavam trabalhos aos sábados, domingos e feriados, demonstrando o tamanho do empenho para uma sociedade sem opressão.

Estes relatos, portanto, não são apenas memórias. Como afirma Portelli (2016) a narrativa, por ser um processo dialógico, está mais para o presente em vez de apenas ser um testemunho do passado. Por isso surgem o esperançar, o otimismo de continuar a luta do povo, com as experiências vividas pontuando as fragilidades que eventualmente permeiam os processos eleitorais e institucionais da militância política.

Assim, a leitura crítica da sociedade, o protagonismo social, a educação libertadora e a transformação social sempre estiveram no horizonte desses militantes e suas experiências e memórias nos desafiam a refletir sobre a atuação dos movimentos populares e partidos políticos na atualidade.

Espero que esta dissertação possa ser lida e compreendida por diversos públicos. Não houve a pretensão de trazer uma fórmula para o trabalho de base no cenário atual. Como diz Bondía (2002, p.39), “o saber da experiência não pode beneficiar-se de qualquer alforria, quer dizer, ninguém pode aprender da experiência de outro, a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria”.

Por outro lado, esta dissertação aponta uma direção de comprometimento ético por uma realidade mais inclusiva, menos autoritária, mais respeitosa. Para isso há as memórias e experiências dessas pessoas que continuam na luta sob esse novo contexto em que, como afirma Marta Rovai (2020, p. 21) “tornou o passado estratégico em seus confrontos”.

Os relatos de Celeste, Pedro, Betto e Ranulfo demonstram uma cumplicidade com a história de luta do povo. A meu ver, essa percepção de como eles lidam com suas próprias experiências e memórias já é um guia contra práticas de jogos por interesses próprios, visibilidade e disputa por poder que também afligem movimentos populares e grupos políticos de esquerda. As narrativas dos entrevistados e da entrevistada trazem experiências e memórias sobre a militância política e a luta por uma sociedade sem opressão. Eu ressalto minha identificação com essas trajetórias por estarem imbuídas do desejo de mudança social, por memórias de um porvir mais justo e igualitário.

Pelos caminhos percorridos nesse exercício de Celeste, Pedro, Ranulfo e Frei Betto selecionarem fatos que se misturam aos sentimentos trazidos pelas memórias, há também autocrítica, reflexões e questionamentos sobre o percurso atual das esquerdas. Como educadores populares que navegaram juntos a dura maré da ditadura militar e que se engajaram em movimentos populares como as Comunidades Eclesiais de Base, focaram a crítica do recuo de base mais no Partido dos Trabalhadores, justamente por terem acompanhado o seu nascimento.

Tais ações dizem respeito a episódios relatados pelos entrevistados que contam as ações de repressão que marcaram suas juventudes. Ações estas que devem ser contadas e recontadas, pois “as coisas por sabidas se calam e por caladas se olvidam” (frase atribuída por Carlos Rodrigues Brandão a um camponês do sul do Chile).

Neste sentido, espero que esta pesquisa sobre memórias e experiências possa oferecer contribuições para novas pesquisas sobre as lutas emergentes e como essas narrativas podem ser reinterpretadas de acordo com inserções sociais e trajetórias de quem as observa e as lê, que possam vir mais escutas afetivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004.

AMEDEO LOMONACO, Silvonei José. “Fratelli tutti”, um ano depois: uma bússola para sonhar novamente. **Vatican News** (online), 3 out. 2021. Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-10/fratelli-tutti-um-ano-depois-uma-bussola-para-sonhar-novamente.html>. Acesso em 2 out. 2023.

ARAÚJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. **História Oral**, v. 15, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/256>. Acesso em 10 ago. 2023.

ARRERO JUNIOR, Roger Camacho. **Entre lágrimas, sorrisos e muita luta**: a inserção das mulheres nos espaços políticos do Brasil por meio das trajetórias de três militantes de esquerda – Lélia Abramo (1911 –2004), Luíza Erundina de Sousa (1934 –) e Irma Passoni (1943 –). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

BARBOSA, Imerson Alves. **A esquerda católica na formação do PT**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

BARROSO, Luis Roberto. A democracia sobre pressão. O que está acontecendo no mundo e no Brasil. **Revista do Centro Brasileiro de Relações Internacionais** – Cebris, n.1, ano 1, jan.-mar. 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/23/a-democracia-sob-pressao-o-que-esta-acontecendo-no-mundo-e-no-brasil> . Acesso em 5 ago. 2023.

BETTO, Frei. **A Mosca Azul**: reflexão sobre o poder. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

_____. **Por uma educação crítica e participativa**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2018.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr de 2002, pp. 28. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 3 abr. 2023.

BOFF, Leonardo. **Todo ponto de vista é a vista de um ponto**. Disponível em: http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/TextoparaOficinal_Pontodevista_LeonardoBoff.pdf . Acesso em 7 set. 2023.

BORAN, Jorge. **O senso crítico e o método ver-julgar-agir para pequenos grupos de base**. São Paulo, Ed. Loyola, 1977.

BOSI, Eclea. **Cultura de Massa e Cultura Popular**. Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/ Comissão Nacional da Verdade**. Vol. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em jul de 2022.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2007. **Revista de Estudos da Religião**, dez. 2008, pp. 9-47. Disponível em https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf. Acesso em 11 out. 2023.

CASALDÁLIGA, dom Pedro. **A cuia de gedeão: poemas e autos sacramentais sertanejos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

CATENACCI, V.. Cultura popular: entre a tradição e a transformação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 28–35, abr. 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/j/spp/a/VNzdj3bndNsGT3mHhwg5krk/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em 12 ago. 2023.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**, vol. 36, n o 71, pp. 131-154, 2016. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v36n71_006. Acesso em 25 ago. 2023.

DESLANDES, S. F. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 10, p. 3133–3136, out. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/qmYg4yygsjgWwmQ8MvHVM5N/#>. Acesso em 17 set. 2023.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memória, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. **Tempo**, v. 26, n. 2, p. 473–492, maio 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tem/a/WsPqMb4JJQ887DRsPgDzCxK/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 8 ago. 2023.

FERRAZ, A. S.. Novos rumos do sindicalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 86, p. 109–123, out. 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Wb4k5KRjBQMTBC7XDdSCzyv/#>. Acesso em 25 set. 2023.

ESTERCI, Neide; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Militância política e assessoria: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.

_____; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho**. 14ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2009.

_____. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GASPAR, Marco Aurélio Fernandes. **A Falta que faz a Mística**: Elementos para a retomada do trabalho de base nos movimentos populares (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2010. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-30072010-104834/publico/gaspar_do.pdf. Acesso em 20 mar.2022.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, 16(47), Ago. 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Acesso em 2 set. 2023.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1999.

GOULART, João. Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. MARCELINO, Wanielle Brito. (org). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de Acampamento**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LOPES, Bárbara. **Semeadores da utopia**: a história do Cepis – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

MACHADO, Rosana Pinheiro. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2020.

MARIZ, Cecília e MACHADO, Maria das Dores. Sincretismo e trânsito religioso: comparando carismáticos e pentecostais. *Comunicações do ISER*, n. 45: 24-34, 1994. Apud ORO, A. P.; ALVES, D. Renovação Carismática Católica: movimento de superação da oposição entre catolicismo e pentecostalismo? **Religião & Sociedade**, v. 33, n. 1, p. 122–144, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rs/a/ydp8rBvBTZv5YSmTCS9KNGx/?lang=pt>. Acesso em 14 set. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas**: História Oral aplicada. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 203- 222 – 2019.

OPERA MUNDI. Como organizar o povo? Frei Betto no 20 Minutos. **Opera Mundi**, 13 de abr. de 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/20-minutos/80117/como-organizar-o-povo-frei-betto-no-20-minutos>. Acesso em 16 de julho de 2023.

PAMPLONA, Pablo; MENDES, Carlos Eduardo. A Memória das Comunidades Eclesiais de Base à Luz da Psicologia da Libertação. **Estudos e pesquisa em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 665-681, ago. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000200016&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 12 ago. 2022.

PELOSO, Ranulfo (Org.). **Trabalho de base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

PERRUSO, Marco A. **Em busca do “novo”**: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.

PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge M.; MATHIAS, Suzeley Kalil. As Forças Armadas no Governo Bolsonaro. **Portal do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro>. Acessado em 7 de julho de 2022.

PERROT, Michelle. PATAI, Daphne. Construindo um eu: história oral de mulheres brasileiras. PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2009.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Editora Letra &Voz, 2010.

_____. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra & Voz, 2016.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira. **Imagens da Revolução**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2006.

Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. **Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que transformam**. Piauí: Editora Cancioneiro, 2021.

_____. **Osasco 1968**: a greve no feminino e no masculino. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em doi:10.11606/T.8.2012.tde-10012013-175034. Acesso em 2 fev. 2022.

Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. REIS, Tiago Siqueira *et al* (org.). **Coleção História do Tempo Presente**: Boa Vista, Editora

da UFRR, Curitiba, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5440936/mod_resource/content/1/cap%C3%ADtulo%20HIST%C3%93RIA%20P%C3%9ABLICA%20UM%20DESAFIO%20DEMOCR%C3%81TICO%20AOS%20HISTORIADORES%20%281%29.pdf

SANTANA, M. A.. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 103–120, out. 1999. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KCkbMh43JQFRsKGYBRXfXqm/#>. Acesso em 24 set. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SIQUEIRA, Gisele do Prado; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; TEODORO-SILVA, Wellington. A Conferência de Medellín: contexto político-elesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. Horizonte. *In Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 16, n. 50, p. 648-676, 31 ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p648> Acesso em 12 de junho de 2022.

SOUZA, Rogério Luiz de. O pensamento de Jacques Maritain e de Emmanuel Mounier no campo católico brasileiro e a educação libertadora de Paulo Freire. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 82, p. 177–198, set. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NmYFDCY9SdL43f3sW7VjH3s/#>. Acesso em 7 abr. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n. 5, 2002, p. 9-28.

VARIKAS, Eleni. O Pessoal é Político" Desventuras de uma Promessa Subversiva. *In: Revista Tempo 3*. Niterói, Relume Dumará, Junho 1997.

Documentário. **Porque Lutamos!** Resistência à Ditadura Militar. Direção: Fernanda Ikedo. Sorocaba: 2009. Duração: 55 minutos. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hRSC4x-93WI&t=1s>.

APÊNDICE - transcrição das entrevistas

Ranulfo Peloso da Silva – 11/2/2022 - 82 minutos. Entrevista remota por conta da pandemia de Covid-19.

Paraense, foi assessor da CUT e educador popular no Instituto Cajamar e no CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae.

Eu nasci em Santarém, no sul do Pará, bem no meio da Amazônia. Então, meu pai era uma pessoa que trabalhava com madeira, pescador, agricultor, ribeirinho e filho de uma negra escravizada. A minha mãe é da mesma região, também era da mesma condição e foram ser seringueiros. Eles eram operários rurais da Ford.

Havia uns padres franciscanos americanos - porque sempre quando tem uma empresa americana os missionários também são americanos. Eles incentivavam a ir para o seminário. Eu fui muito animado porque quem ia contava maravilhas.

Na minha casa tinha uma bíblia e um livro, né. E aí, quando eu fui pro colégio, tinha 1000 livros, tinha todos os jogos e todas as bolas, todos os jogos de salão. Imagina, rapidinho deu vocação.

Fiz o ginásio e foi na Paraíba, em Campina Grande, porque nesse tempo não havia colégio de formação na nossa região. Eu fui formado no seminário franciscano de Campina Grande, Paraíba, foram quatro anos.

Mas eu voltei a Santarém e fiz o colégio, servi o Exército, trabalhei. Aí, voltei para Pernambuco, aos 19 anos, para fazer filosofia e teologia. Só que isso calhou com muitas coisas além do mundo inteiro estar com muito ânimo para libertação. Havia a China em 1949 e Cuba, em 1959 e nos anos 60 toda a libertação das colônias da África. Havia toda a revolução cultural, toda revolução estudantil e no Brasil, as reformas de base e as ligas camponesas, tudo isso aí acontecendo.

Eu aprendi, por osmose, coisas muito importantes. Uma era a própria luta camponesa. Onde moramos a gente tinha que esconder pessoas da Liga, foi aí que a minha consciência virou, porque os padres falavam pra orar contra o comunismo: “vamos rezar pra acabar essa bagunça”. Quando eu chego lá, eu tenho todas as notícias ao contrário. Mortes de um montão de camponeses. Então, nesse tempo, além dessa efervescência no campo pela reforma agrária na lei ou na marra, João Goulart não era o que a igreja falava.

Eu lembro que não se falava em Paulo Freire, a primeira pessoa expulsa de Pernambuco. A gente tentava fazer educação de adultos e chamávamos de método analítico sintético, para não citar o nome do método dele. Eu fui conhecê-lo, pessoalmente, quando vim para São Paulo.

Trabalhar com alfabetização era uma forma de reagir à ditadura. Tinha a pastoral, encontro de irmãos, que foi a origem das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

Eu venho com o Concílio Vaticano II, com o Instituto Teológico, com Medellín, Teologia da Libertação, com o movimento estudantil e a revolução cultural no mundo. Aí, começaram as grandes pastorais. Então, dom Hélder começou a fazer o encontro de irmãos. Ele usava a rádio Olinda. Primeiro, a gente preparava os monitores e eu fui um desses monitores, formávamos um grupo de bairro. Num dia da semana a gente se reunia e escutava dom Helder falar: um caso acontecido, um caso da bíblia e o que nós vamos fazer. Eram três partes a reunião. Isso, no final é a origem da das CEBs.

Havia nesse tempo uma visão de que os comunistas eram ateus e comedores de criancinhas. Por outro lado, os cristãos achavam que os comunistas eram isso mesmo. E os comunistas achavam que os cristãos eram alienados.

De repente, quando fechou mesmo com o AI-5, no dia 13 de dezembro de 68, aí não tinha espaço para a esquerda e houve um comando - naquele tempo chamava 'desceu uma linha', dizendo que eles deviam ir para a igreja. Algumas, como a AP (Ação Popular), a JUC (Juventude universitária católica), que tinha como grande teórico o Betinho. Em 64, eles tinham sido expulsos da igreja, quando tinham a Ação Política dos Cristãos, e depois de expulsos, passam a chamar de Ação Popular e se ligam muito à visão chinesa, de Mao Tsé-Tung, no tempo da revolução cultural. Repara quantas coisas. Eu nasci num berço de ouro, nesse sentido.

Depois do AI-5 e foram pra igreja, os cristãos viram que os ateus não eram desumanos e os comunistas começaram a ver que os cristãos não eram descomprometidos. Aí, deu as comunidades de base.

Comunidade vinha da igreja e base da concepção marxista. Os trabalhadores são a base do mundo. Tanto que a grande música desse tempo é a pirâmide (letra no anexo), angolana, que todo mundo acha que é de dom Pedro Casaldáliga.

As CEBs foram um grande movimento popular. Eu não gosto de usar social. No Cepis nós não usamos essa terminologia social, usamos popular. Social, a UDR, que era matador de camponês também usa.

Aí que eu entrei nisso. Só me chamaram de educador quando vim para São Paulo, 30 anos depois, em 1985. Quando terminei teologia, eu e outro colega tínhamos feito um juramento

que quando terminássemos o curso voltaríamos para a nossa terra porque o costume era não voltar.

Aí nós voltamos, mas com essa ideia que entre cristianismo e socialismo não há contradição. Fomos morar num lugar e tinha todo um movimento, em Santarém, que tá registrado num filme, feito por uma moça da FASE (um movimento) sobre isso. Um filme de duas horas chamado Lamparina, que retrata um pouco essa luta.

Foram dez anos e começamos então a dizer que nosso trabalho é muito ao norte e muito camponês. É preciso que seja mais ao sul e que seja mais operário. Foi aí que eu vim para São Paulo.

Nesse processo das Comunidades Eclesiais de Base, que lá (em Recife) não chamava assim, chamava de encontro de irmãos, fazíamos assembleias. Nesse processo que eu fui aprendendo. Quando volto para Santarém já tenho outra visão, de transformar a sociedade, sem largar as convicções religiosas. Mas percebemos que essa história de ser padre tinha acabado. A ideia era organizar o povo. Entramos na luta comunitária e, depois, sindical até a fundação do partido.

Em 68 e 69 houve muita perseguição. Muitos companheiros do Inter eram organizados. As duas grandes tendências eram Vladimir Palmeira e Luis Travassos. Vladimir defendia que a luta devia ser dentro da universidade e o Luís Travassos disse que não, se fazia também na universidade, mas a luta era ligada à luta popular. Muitos companheiros nossos foram presos. Eu era suplente no diretório da faculdade de teologia e de tantos que foram mortos ou presos eu passei a ser presidente do diretório para você ter uma ideia.

Nunca fui preso, nem organizado clandestinamente. Não porque eu era contra os companheiros que foram para a luta armada, nós tínhamos a maior admiração. Mas, por intuição. Hoje, eu diria que era por convicção, que é preferível muitas pessoas ir a 30 por hora que algumas a 100. Sempre achei que os companheiros que iam estavam corretos, mas eu, pessoalmente, queria ir no processo de educação.

É o famoso devagar que eu tenho pressa. Muito mais consistente. Quando terminei teologia, em 72, tinha um ano que chamava o ano pastoral. No dia da colação eu fui o cara que falou da turma e fiz um discurso. Terminando, o dom Hélder me chamou e disse: você tá contratado para fazer um trabalho na Operação Esperança.

Dom Hélder nunca ganhou o prêmio Nobel da Paz, mas em compensação ele ganhava muitos prêmios alternativos e pegava esse dinheiro e comprava alguns engenhos e lá não se plantava cana. Era “agricultura branca”, cultura de subsistência. E aí, havia um chamado Taquari onde havia um colega - que morreu faz uns três anos -, ele disse: eu dou conta da

questão agrária e organizativa, mas não dou conta da religiosidade do povo. Então, ele pediu a dom Hélder que arranjasse alguém. Era o dia primeiro de dezembro de 72 e no dia seguinte eu estava nesse engenho. Era da Operação Esperança, que era uma entidade criada pelo dom Hélder. Eram 476 hectares.

Eu ia ficar seis meses pra discutir com as lideranças da comunidade sobre como se liga fé e compromisso social. Essa era a ideia. Só que no dia 29 de julho de 73 o meu colega que cuidava do gerenciamento da Operação Esperança foi preso, acusado e passou cinco meses sendo torturado. Aí, eu já tinha despedido do povo e já estava em Recife para pegar o ônibus até São Luís do Maranhão, eu soube e peguei o ônibus de volta. Entrei no engenho pela mata e fiquei mais seis meses, até que ele foi solto.

Como eu não era organizado, não podiam me acusar de nada. Aí, fui ser o cara que juntava as famílias. Mais tarde aprendi com Francisco de Assis que ele dizia o seguinte: pregue sempre o evangelho, se não tiver jeito use palavra. Passei a ter uma função política para não deixar dispersar aquele trabalho. O meu colega foi solto, cinco meses depois, por uma coincidência. No dia em que ele foi preso eu tinha tido uma reunião da Operação Esperança, no dia 29 de julho de 73 e aí ele e outro colega chamado Dida foram tomar um lanche pra voltar pra reunião. Aí, o DOI-CODI tava esperando ele no caminho, foi arrancado de dentro de um táxi. Falaram “operação índio terminada”, só que o cara do táxi era amigo do porteiro do centro de treinamento da diocese. Imediatamente ele interfonou para lá pro pessoal de dom Helder e falou “olha, eu não sei quem é, mas prenderam um amigo de vocês”. Dom Hélder botou a boca no mundo, né.

Até que ele chamou Sobral Pinto, advogado muito conhecido, conservador, mas extremamente honesto. Ele diz para dom Hélder interpelar judicialmente o comandante do Recife e o comandante do primeiro exército no Rio de Janeiro perguntando: onde está Vieira? Vocês estão com Antônio Vieira? Tem que ser na mesma hora, no mesmo momento. Aí, ele interpelou e no Rio de Janeiro disseram “sim, nós estamos com ele”. E Recife disse “não, nós não estamos com ele”. Dom Hélder divulgou “quem está mentindo?”. A partir daí Vieira deixou de apanhar. No final, ele foi solto no dia 18 de dezembro daquele ano. Aí, ele chega e eu volto para Santarém.

MOVIMENTO SINDICAL

Fomos realmente trabalhar no campo. Eu tinha clareza que tinha que organizar os trabalhadores. Cheguei e no mesmo dia me filiei ao sindicato. Levamos de três a quatro anos até começar a entrar realmente na discussão de organização do sindicato, que era

assistencialista, direitoso. Nós tentamos uma primeira eleição. Não sabíamos fazer. A mensagem o povo gostava, mas não ia. Fizemos uma segunda, perdemos e, na terceira, em 80, nós ganhamos. Eu era delegado representante junto à federação que fica em Belém. Mas, como era tudo muito pelego, nunca teve reunião, nunca assumi mesmo como delegado representante.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES

Mas, aí, veio o PT e nós tivemos muita dúvida de entrar no PT. A minha ficha era a 25. Levou tempo pra gente entrar porque a gente achava que o PT ia virar um partido eleitoral e não partido de organizar o povo.

A gente tinha dúvida, mas naquele tempo era o PT mesmo. Ele que deu o salto de qualidade. Dentro dele tinha um monte de partido, no final de contas. Mas predominavam os cristãos. Nossa cabeça, na eleição de 82, por exemplo, nós defendemos candidatos, mas sem fazer muita força para ganhar. A gente quer é ser referência para organizar o povo. Trazíamos essa ideia de quem segura é a base.

Se você ler o documento do quinto encontro, que foi em 85 ele começa assim: o PT é um partido socialista. A partir da queda do muro (pausa) aí se tivesse ganho em 89 (pausa). Eu, pessoalmente, a partir de 90 deixei de militar no PT. Eu não me ligo a partido, embora ache absolutamente necessário.

CEPIS

Em 90 eu entrei no Cepis, onde fiquei até 2005. Quando eu vim para São Paulo, vim pelo movimento sindical, fui trabalhar na CUT (Central Única dos Trabalhadores). Eu tinha claro que minha tarefa era formação. Nunca apareci como liderança.

Eu sempre gostei desse lugar assim, debaixo do palanque. Aí, eu fui trabalhar formação, só que quem dominava a formação era um grupo diferente. Nesse tempo foi fundado o Instituto Cajamar, em 87. Quando eu cheguei lá como educador, já começaram a me chamar de educador. Eu sempre faço pergunta. Então, perguntava: as pessoas vêm para cá para ir pra onde? Aí, falaram que não fazem essa pergunta aqui. Então, eu disse: então, eu tô fora. No dia que entrei no Cajamar eu já saí, não oficialmente, acabei ficando uns meses, mas assim já sem tesão, né, porque formação, pra mim tem que saber pra quê e pra quem?

Eu fiquei no gabinete de um vereador de São Paulo, o João Carlos. A ideia era transformar os comitês de campanha em núcleo do partido. Mera ilusão, nada a ver formação com eleição. Um dia cheguei no gabinete e o João Carlos tinha mudado, eu fui demitido e não tinha mas assessoria dele. Era campanha do Lula, em 89. Eu me ofereci para fazer campanha

no nordeste, naquela época não era muito forte o PT. Mas o Rochinha, de Pernambuco, não quis. Depois, entrei no Cepis por referência do trabalho de Santarém, que foram dez anos. A gente tinha dez mil sócios.

Pelo Cepis, mudei para São José em 1 de maio de 1990, logo após o Collor de Melo ter tomado posse. Nos anos 90 nós nos deslocamos para o campo, porque era onde estavam as grandes lutas. Antes da escola do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nós que cuidávamos da formação lá em Caçador, por dez anos.

Trabalhamos muito com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), com o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores), movimento de mulheres camponesas, mas depois começamos no sindical, com rodoviários do Paraná, com os trabalhadores da educação de Minas Gerais, sindicatos petroleiros da Bahia, com esses grupos.

O básico do Cepis era bancado pelo Instituto Sedes Sapientiae, a escola de psicologia.

A DECEPÇÃO

O abandono da formação, da educação popular e trabalho de base é dos anos 90. Com a queda do muro o pessoal disse que não dava para fazer transformação social. Então, vamos entrar na luta da institucionalidade. Até aí nenhum problema. Mas o problema foi que o institucional virou eleição, que significa que a única coisa feia é perder.

A derrota que a esquerda está tendo hoje [*lembrando que a entrevista foi feita em 2022, ano em que o Brasil vivia sob o governo de extrema-direita, de Jair Bolsonaro*], vem de 30 anos atrás, não é de agora.

Quando eu entrei no Cepis em 90 teve um cara que me falou assim: pô, nós estamos falando em presidência e vocês ainda estão falando em trabalho de base (ri).

Uma pausa na narrativa para Ranulfo falar que no Pará a conversa passa pra tu, ao invés de ser chamado de senhor. Antes de entrar no entendimento e experiências sobre trabalho de base, ele me fala sobre o pai, que também gostava de anotar tudo.

Meu pai era viciado em escrever as coisas. Ele gostava de anotar. Meu pai nunca foi pra escola. Aprendeu sozinho e lia loucamente. Dia tal aconteceu isso. Peguei essa mania. Posso te enviar umas historietas de trabalho de base. Ele era negro e artista. Minha irmã escreveu um livro sobre ele - Caboclo Félix³⁸. Ela se doutorou em “insistente” social. Agora está escrevendo sobre minha mãe.

³⁸ "Caboclo Félix, negras mãos entre o seringal e a arte" é fruto da busca pela trajetória de Milton Peloso, um caboclo amazônida nascido na comunidade do Piraquara, comunidade do município de Santarém. Todo o processo de elaboração do livro foi realizado de forma independente pela autora, filha do personagem principal da obra. O

TRABALHO DE BASE

Se há uma unanimidade no mundo inteiro é trabalho de base, pra direita ou pra esquerda. Você não conhece nenhuma empresa, nenhuma igreja, nenhum clube de futebol, nenhum sindicato, nenhum partido que não fale: é preciso trabalho de base. Todos dizem e com o mesmo objetivo. É preciso ter sustentação, é preciso ter continuidade e precisa garantir os objetivos.

A pergunta então é: qual a diferença do trabalho de base que vocês fazem?

Está na concepção, no jeito de entender e na metodologia, que Paulo Freire prefere chamar de pedagogia do oprimido. Ele não está falando uma pedagogia para o oprimido, mas qual é o caminho que o oprimido faz para se libertar. Tanto trabalho de base quanto a educação popular começaram no dia em que começou a exploração.

Eu achei um texto de 2500 anos do Lao-Tse que diz assim ó (lê): “imagino-te como uma parteira acompanhas o nascimento de alguém sem exibição ou espalhafato. Sua tarefa é facilitar o que está acontecendo, se deves assumir o comando faz de tal modo que auxilias a mãe desde que ela continue livre e responsável. Quando nascer a criança a mãe dirá com razão: nós três realizamos esse trabalho”.

Paulo Freire sistematizou, deu profundidade, deu caráter científico a uma prática milenar: a educação popular. Eu falo isso porque eu acho que o trabalho de base é a educação popular aplicada.

Na própria esquerda tem uma disputa sobre o conceito de trabalho de base. Uma vez encontrei uma pessoa muito conhecida que me falou “a gente vai lá e faz um trabalhinho de base”. Primeiro, diminuiu para trabalhinho. Segundo, provavelmente, estava falando em panfletagem, reunião, agitação e propaganda. Eu digo que essas são ações necessárias, mas isso não constitui o trabalho de base. Então, tem gente que reduz o trabalho de base a um evento. Como disse Plínio de Arruda Sampaio que em português a palavra é e-vento.

É como incêndio, quando termina só fica cinza. Eu disse que o trabalho de base é um processo e eu não conheço nenhum com menos de cinco anos, na minha opinião, sabe.

Claro que isso depende, um pouco, da conjuntura, que pode ser mais acelerado. Agora, há também no campo popular o basismo. É um elogio da ignorância, da incompetência e da espontaneidade. No fundo é o autoritarismo e é demagógico.

O trabalho de base é uma visão de um mundo e uma pedagogia. Quem faz trabalho de base é militante de uma organização. Por exemplo, o Levante Popular da Juventude. É preciso

livro faz parte do projeto social “Por Mais Cem Anos”, uma iniciativa dos irmãos da autora para homenagear seus pais, transformando a antiga casa da família num centro cultural

saber o que a organização quer? Fincar sua bandeira nas escolas e derrotar o capitalismo e, como dizia Florestan Fernandes, transformar pela raiz a estrutura da sociedade capitalista. A tradução da revolução, né.

Olha como Paulo Freire define a educação popular para você ver se não é a mesma coisa que trabalho de base. Ele tem um livrinho que é “O que fazer? Entrevistas com Paulo Freire”. No capítulo quinto ele vai dizer que a educação popular são todos os esforços de mobilização, de organização e de qualificação política, técnica e cultural que preparam as classes populares para o exercício do poder, que necessariamente deve conquistar.

Trabalho de base é uma estratégia político-organizativo. Base é sustentação, é aquele que anda com seus próprios pés.

CEBs

Trabalhamos com a coordenação das Comunidades Eclesiais de Base de São Paulo e a gente fez muita discussão. O povo vai pelo concreto, pelo imediato. Tem que resolver os problemas concretos. Agora, só isso não basta.

O grande problema do PT foi não ter feito o outro lado. Os programas sociais foram ótimos, mas foi feita uma pesquisa com o pessoal do Prouni e todos foram contra Lula. Por que? Não teve a politização. A consciência vem de algum fato que desperta, de algum exemplo, de alguma reflexão, de uma discussão, de uma admiração. Até a bíblia mesmo diz que a fé vem pelo ouvido. Ela não é espontânea. Pressupõe que a força é o povo, mas precisa ter fermento. Como é que se sabe quando você é o fermento? Quando você está no povo e quando o povo te reconhece. Pra acontecer isso precisamos resolver questões concretas e ao mesmo tempo politizar. Se o trabalho de base não resolver o povo vai embora. Pode ser cultura, religião, básicas, cotidianas do povo. Tem gente que começa com alfabetização. Na prisão se fazia trabalho de base.

O roteiro mais recente do Cepis sobre o trabalho de base é o método, *modus operandi*. Qual é o jeito de se fazer? É meter o corpo numa realidade concreta. Jesus armou sua tenda entre nós. A segunda coisa é priorizar. Priorizar ações, pessoas. Vai sempre partir do círculo pequeno para o grande, numa dialética, do partido para a multidão e da multidão para o partido. Outra coisa é envolver as pessoas como co-responsáveis, nunca é fazer para. A preposição é com. É como falou o padre Júlio Lancellotti “a gente dá a comida, mas a gente aponta um horizonte”.

E as tarefas permanentes: é preciso entrar em contato, é preciso conhecer o mapa, descobrir as entrelinhas, os militantes, que já estão lá. Nós só precisamos descobrir. A ação

pode ser pequena ou grande, depende do quanto o grupo aguenta. Se aguentar só fazer uma novena é pra ele. Vem o papel da formação política, da organização e uma hora você tem que dizer o que você quer.

Como eu aprendi isso? Teve uma guerrilha no estado do Pará, perto de Marabá. Em 1969, se juntou PCdoB e uma parte da AP e tentaram uma saída lá. O Exército matou um monte de gente. Eu sempre quis saber como é que o povo tinha visto isso. Mas, tinha que passar por quatro revistas para entrar na área. Quando foi afrouxando, um dia eu consegui entrar numa cidade chamada Palestina, que fica na região de São Geraldo, da guerrilha. Ficamos sentados a tarde inteira, conversando com o pessoal. E eu fiz a famosa pergunta: e aí, o que vocês acham desse pessoal aí? nem falei a palavra guerrilheiro. Aí, uns falaram ‘ah, vou tomar uma água’, ‘um café’, ‘vou no banheiro’. Pensei, ih errei. Tomamos uma cervejinha, tomamos duas, lá pelas nove da noite eu entrei com uma pergunta semelhante e me falaram “deixa eu falar uma coisa pra você. Esse pessoal era um pessoal muito bom. Eles não mexiam com as meninas. Não roubavam nossas galinhas. Até se faziam nossos compadres. Mas, um dia chegou aqui um cara chamado Curió e disse que eles eram cubanos e que iam tomar nossas terras. Aí, nós ajudamos a matar os guerrilheiros. Porque eles nunca disseram pra nós o que eles queriam”.

Celeste Fon – 8/3/2022. Entrevista remota por conta da pandemia de Covid-19.

De frente para o computador, Celeste Fon, que nasceu em 1944, ajusta a altura da cadeira em sua residência na cidade de Bragança Paulista (SP), antes de iniciarmos a entrevista via Google Meet, no dia 8 de março de 2022.

MEMÓRIAS PELA DEMOCRACIA

Eu vou contando e se ficar muito longo, aí você interrompe, tá, Fernanda, não se acanhe. Meu pai era chinês e minha mãe baiana. Então, nós somos, assim, migrantes. Nós migramos do Nordeste para São Paulo, parando um pouco no Rio, depois, viemos para São Paulo em 54 ou início de 55. Eu tinha 11 anos e aqui fomos trabalhando, dando nossa participação na década de 50.

Meus irmãos – eu, assim, não tive militância política antes da Anistia - mas meus dois irmãos Antonio Carlos e o Aton eles participaram, militaram na Ação Libertadora Nacional (ALN). Em 27 de setembro de 1969 nós morávamos na avenida Duque de Caxias, ali na região central de São Paulo e nossa casa foi invadida por policiais e levaram o Antonio Carlos preso, que tava em casa. O Aton não estava. E levaram eu e meu pai.

Nessa época, minha irmãzinha caçula Neci tinha três anos e eles queriam levar minha mãe também, mas aí eu pedi que não levasse porque tinha minha irmã, que ia fazer três anos no dia 3 de Outubro e isso foi dia 27 de setembro. Aí, eles não levaram minha mãe e minha irmãzinha. Levaram eu e meu pai.

Meu pai era bem doente, tinha problema cardíaco, tinha uma série de problemas. O Antonio Carlos eu não vi mais, porque foi preso, levaram antes da gente e eu e meu pai ficamos numa cela no Doi-Codi, ali na rua Tutóia. Ficamos o dia inteiro lá e meu irmão também tava lá, mas a gente só ouvia os gritos das torturas dele e de outros presos e tal. Não cheguei a ver ele no DOI-CODI no dia. À noite, umas oito horas da noite, eles libertaram meu pai e eu e fomos para a casa. Eu acho que daí começa um certo despertar maior para a luta. Se bem que a gente já sofria muito por sermos pobres, nordestinos e a gente sofria muita humilhação nos lugares que ia. Porque a gente era bem pobre.

Então, assim, a nossa vida, nossa luta, foi calcada em cima de uma base de pobreza, de discriminação, de humilhação muito grande. Mas o que eu aprendi depois, e que eu vi depois, é que só isso não basta pra despertar na gente uma iniciativa, um desejo de luta. A humilhação, acho que como a gente sofreu e tudo, deixa a gente cada vez mais subordinado, dependente, baixando a cabeça, porque era isso o que a gente fazia até para sobreviver. A gente precisava dos favores, de arrumar emprego.

Bom, o Antonio Carlos ficou preso e só foi libertado em dezembro. E o Aton, como não tava em casa, não sabíamos onde tava, foi preso depois, em dezembro no Rio de Janeiro e eu não sei porquê, tem coisas que até hoje me pergunto como é que me deu aquela coragem de fazer coisas que eu, agora teria certo receio ou faria de outro jeito, mas assim, quando meu irmão Antonio Carlos tava no DOI-CODI, eu trabalhava, nessa época no Banespa e trabalhava numa agência perto de casa. No dia que eles foram lá em casa e prenderam a gente, não fui trabalhar, lógico, porque fiquei o dia inteiro presa. No dia seguinte, eu entrava 7h no banco porque naquela época eu tinha entrado em psicologia na PUC, mas era assim, eu entrava 13h na PUC, na Monte Alegre, e eu saía 13h do Banespa, porque o horário era das 7h às 13h. Então, eu sempre chegava atrasada. Saía sem almoçar, mas chegava atrasada e tava difícil pra mim.

No dia seguinte, então, entrei mais cedo no banco, tinha o segurança lá, entrei na agência e tinha uma tia que morava no Rio de Janeiro. Aí, tinha uma moça que até hoje eu procuro, mas nunca mais encontrei, era Maria Lúcia, que trabalhava na matriz do banco. Ela entrava também no mesmo horário que eu. Eu liguei pra ela e pedi para passar um telegrama, tinha que ser cifrado, mandei assim “A foto saiu bem, não precisa vir”. Porque falei, se ele por acaso, aparecer na casa da minha tia, ela pode falar para ele do telegrama. Mas, na verdade, esse telegrama não

adiantou em nada. Minha tia viu, mas ele não foi na casa da minha tia. Então, essa Maria Lúcia é uma pessoa que nunca mais eu encontrei e é uma gratidão que tenho.

Como eu trabalhava no Banespa, atendia no balcão e tinha um cliente que ia na agência. Um dia ele entrou – como era ditadura e tinha um movimento da guerrilha, era tudo muito vigiado – eu lembro que o gerente chamou ele e depois ele saiu, cumprimentando e tal. Passou aquilo, mas ficou gravado. Era um cara que sempre ficava na paquera, do tipo que se acha o bonzão. Nesse dia, um dia depois que fui presa, ele apareceu e falou pro gerente que ele queria me levar para ir procurar meu irmão, o Aton. Eu falei que não ia, que não podia sair. Modestia à parte, eu tinha passado numa boa classificação no concurso e era uma boa funcionária, o gerente gostava de mim, e ele também não deixou ele me levar.

O que que eu descobri? Que esse cara ele era policial e ele queria, por meu intermédio, chegar no Aton. Como ele não conseguiu me levar, pôs um guarda na porta do prédio onde eu morava e combinou com o zelador que era para não deixar ninguém entrar e, se entrasse, para tomar nota do que era.

E ele começou então a ir lá em casa, começou a dizer que gostava muito de mim, que estava apaixonado, que sempre gostou, que ele podia ajudar a não deixar torturar meu irmão, o Antonio Carlos, que estava preso. O que que ele fez? Esse cara começou a me perseguir. Aí, um dia, falei pra ele: cuida do meu irmão lá na OBAN (Operação Bandeirantes), que foi o primeiro nome que deram ao DOI-CODI. Ele falou que ia ver lá para não deixarem torturar, mas eu sabia que era mentira.

No dia seguinte, mandei minha irmãzinha, minha mãe e meu pai para a casa da minha irmã, que era casada e morava na zona leste e aí, ele chegou lá em casa e não tinha ninguém. Eu tava trabalhando. Quando eu cheguei, ele tinha deixado uma sacola pendurada na maçaneta da porta com a roupa ensanguentada do Antonio Carlos. Toda suja de sangue e tal. Aquilo foi uma coisa, que até hoje a imagem tá ali, cravada. Aí, eu tirei antes que minha mãe chegasse, mas mesmo assim ela viu, porque chegou logo depois em casa. Esse cara continuou me perseguindo.

Aí, o banco queria me mandar embora. Falei, meu Deus, como eu vou fazer porque era o único salário que entrava. Aí, o gerente conseguiu me transferir para a biblioteca do banco. Por que para a biblioteca? Porque era um lugar que não tinha chance de fazer carreira no banco. Me mandaram pra lá e quando eu cheguei lá a bibliotecária chefe me chamou e falou, olha, você está nessas condições aqui. Você não pode receber ninguém, nem telefonema, nem visita de ninguém. Falei: tudo bem.

Aí, no dia seguinte, me chamaram e era aquele cara. Falei: como você entrou, me informaram que não podia receber visita. Ele disse assim: eu vim aqui porque amanhã, vou lá ver seu irmão e vou te levar para vê-lo. Falei, tá bom. Cheguei em casa e falei que amanhã o cara ia me levar para ver o Antonio Carlos, mas eu não sabia para onde ele ia me levar. Aí, meu pai falou que ia comigo – ele era bem frágil, pesava 40 quilos. Nós combinamos, meu pai foi me esperar na porta do banco e quando eu saí, tava meu pai e ele. Quando ele viu meu pai falou: “Não vai dar para ir hoje, tive que desmarcar” e deu uma desculpa, comprovando que a intenção dele não sei qual que era. Bom, daí tivemos que mudar lá para zona leste porque não tinha condições de pagar o aluguel de onde a gente morava, pois era meu irmão Antonio Carlos quem pagava.

Meu irmão Antonio Carlos ficou preso até dezembro. Minha irmã foi pra fila do DOPS para ver se conseguia visitar. Naquela época, minha irmã tinha se casado em agosto, um mês antes, e tinha se casado na igreja de São Domingos, dos Dominicanos, na Caiuby. Aí, ela foi pra fila do DOPS, pra ver se conseguia ver meu irmão, para ver como ele tava, porque tinha sido transferido do DOI-CODI pro Dops. Na fila, ela encontrou o padre que tinha feito o seu casamento porque estavam lá os dominicanos que tinham sido presos. Conversaram e, depois ela contou pra gente. Ficou na fila um tempão, mas não conseguiu ver. Mas soube que ele tava lá mesmo. Depois, ele foi transferido para o Tiradentes. A gente não conseguiu visitar no Tiradentes e, depois ele foi solto.

Quando eles foram lá em casa a gente tinha uma estante de livros, eles levaram tudo. Eu tinha um dinheiro que guardava na gaveta, não era muita coisa, vamos supor que hoje fosse equivalente a mil reais. Não sei como fiz isso na época, mas a dificuldade de ganhar era tão grande, que qualquer dinheiro era importante. Então, eu lembro que quando eu sai do DOI-CODI e fui pra casa com meu pai, falei: olha, invadiram minha casa, eu tenho um tanto de dinheiro (falei o valor) e precisa ver se alguém não pegou o dinheiro. E tava lá o dinheiro, quando cheguei em casa.

Outra coisa interessante dessa época é que quando eu voltei com meu pai do DOI-CODI, já era noite. Tanto que a gente não tinha dinheiro pra voltar, porque a gente tinha sido levado, aí eu perguntei: mas como a gente vai voltar? A pé até a Rua Duque de Caxias? Aí, botaram a gente num carro e nos mandaram. Quando eu cheguei, entrei e logo depois tocou a campainha. Era um prédio antigo na rua Duque de Caxias. Entrou um vizinho, um rapaz com ramallete de flor e falou: eu soube o que aconteceu com vocês. Você está bem? Trouxe para você. Eu estranhei bastante porque nunca tinha visto o rapaz. Eles usavam umas técnicas de querer conquistar. Falei: tá tudo bem, estamos aqui, mas meu irmão tá preso. Quando ele saiu, dei uma

busca na casa pra ver se não tinham deixado algum microfone. Não achei. Depois, descobri que esse rapaz era policial em outra cidade, no Paraná, parece. Nunca mais o vi.

Quando eu sai do DOI-CODI com meu pai, tinha um capitão Roberto que dizia que era crente, evangélico, e ele me deu um santinho. Falou que não queria estar fazendo aquilo. Antes, quando a gente tava lá preso, meu pai e eu, tinha outro capitão que foi lá interrogar a gente, dentro da cela, chamava-se capitão Dalmo. E ele falava a mesma coisa: Seu Fon, eu sei que o senhor tá doente, eu não queria estar nessa situação, mas eu sou obrigado. Foi passando o dia e meu pai lá, sem água, sem café, sem comer. A gente via passar um pessoal que estava sendo torturado, segurado por eles, com a cara suja de sangue e ouvíamos os gritos, podia ser até o grito do meu irmão porque grito de dor você não distingue né.

Então, tinha esse capitão Dalmo e esse capitão Roberto. Quando o Aton foi preso no Rio eu recebi uma informação que ele tinha sido preso, e que depois de um tempo, foi preso e torturado no Rio e tinha sido transferido pra São Paulo. Mandaram ele lá pro DOI-CODI. O que que eu fiz? Até hoje penso: liguei lá no DOI-CODI, pedi para chamar esse capitão Roberto e falei, olha: eu sei que meu irmão tá aí, preso. Ele falou: quem falou? Eu inventei que tinha saído no jornal do Rio de Janeiro. Ele gritou assim: esses filhos da puta dessa imprensa, desses jornalistas estragam todo o nosso trabalho. Mas, mesmo assim, eles torturaram ele lá. Pensei: pelo menos, matar não podem. Eu falei: eu vou aí amanhã (dá risada lembrando). Ele não respondeu nada. Eu fui no DOI-CODI (era 1969) pra tentar ver o Aton, sabia que não ia ver, peguei umas fotografias nossas, do casamento da minha irmã, da minha mãe e do meu pai, levei, levei pasta de dente, sabonete (ri), vamos ver se alguma coisa entrega. Chegaram as fotos, pelo menos. Depois, quando conseguimos ver o Aton ele falou que viu as fotografias.

Uma outra coisa também, não sei que força foi essa que meu, aquilo que eu falei - não é a opressão que faz você levantar, é outra coisa, o Lénin fala que vem de fora. Eu acredito que vem de fora. Eu falei que levaram os nossos livros todos e eu lembro que no dia que fui lá falei para esse capitão Roberto, que tinha entregado o santinho, falei que eu queria os livros de volta. Aí, ele falou: então, vem buscar não sei que dia. Mas não devolveram tudo, os livros que eram de comunicação de massa e de formação política não devolveram. Olha só que coisa! Depois, consegui alguns deles pela biblioteca do Banespa, que fazia intercâmbio com a Biblioteca do Exército e eu era responsável por fazer a lista do que queríamos e do que tínhamos para doar.

O capitão Roberto tinha falado que eu tinha que ir buscar. Pensei: como é que eu vou buscar esses livros? Consegui um amigo que tinha um carro, fomos lá, abarrotamos o fusquinha e trouxemos de volta. Nem tudo, né?

O Aton ficou preso no DOI-COD, depois foi para o Presídio Tiradentes, depois foi para a Casa de Detenção do Carandiru, depois foi para o Presídio Político, no Barro Branco, presídio esse que conseguiram com greve de fome e tudo mais. Chegava lá pra visitar e o Aton não tava, tinha sido levado pro Rio de Janeiro. Ficou muito tempo em presídios do Rio de Janeiro e uns dois anos, não sei ao certo, no presídio da Ilha Grande e era mais difícil a gente visitar. Minha mãe e meu pai não tinham condições. Eu ia pro Rio de Janeiro, algumas vezes.

Tinha algumas pessoas, que eu nem conhecia, familiares de presos que também estavam no Presídio da Ilha Grande, e que me abrigavam. Tem até uma que, depois, foi minha madrinha de casamento, eu tenho uma gratidão tão grande, porque ela me recebeu no dia de Natal e no dia seguinte ia ter visita. Passei o Natal com a família dela, da Fernandinha. Daí, ia para a Ilha Grande, tomava uma balsa, que os familiares que alugavam, acho que em Angra dos Reis e chegávamos na Ilha Grande, no lado oposto ao Presídio. O presídio ficava do lado do alto mar. Eu chegava acabada de tanto vomitar. Já éramos revistados ali, e subíamos num caminhão que levava a gente pro outro lado, onde ficava o presídio. A visita se dava num salão, onde tinha um palco. Ele ficou também em presídio chamado Bangu (parece que tinha Bangu 1 e Bangu 2), mas nesse eu nunca fui, porque se não me engano, as visitas eram na semana, ou ele ficava pouco tempo até ser transferido para outro.

No DOI-CODI na Rua Tutóia, não tinha visita. No Tiradentes, a visita era num pátio com todos os presos, depois eles separaram os presos. Um grupo tinha visita num dia e outro num outro dia, ou em pátios diferentes, não me lembro bem. Não sei porque me ficou a sensação de que esses grupos foram formados por critérios da classe social a que pertenciam. Os homens sempre tiveram visitas separadas das presas mulheres. Na Ilha Grande não tinha presas.

Esse cara que eu falei que era policial e ficava atrás de mim, depois que o Aton foi preso, ele parou de me procurar. Um dia, quando eu já estava morando na Vila Antonieta, porque tive que entregar o apartamento da Duque de Caxias, por não ter condições de pagar o aluguel, ao sair do Banco, encontrei-o na porta do Banco me esperando. Eu pegava o ônibus que ia para casa, ali no Parque Dom Pedro no ponto inicial. Eu falei que não morava mais na Duque de Caxias e ele me acompanhou até o ponto do ônibus e pôs o braço no meu ombro. Até hoje, quando me lembro, sinto nojo e arrepios de rejeição. Depois, nunca mais o vi. Graças a Deus, nunca mais! Eu não consigo lembrar o nome dele direito, acho que era Luís. Naquela época eu desenvolvi uma coisa que tinha coisas que eu não queria lembrar. Por questão emocional e por questão política e de segurança.

Só na década de 70, em 75 que começou o movimento por anistia. Aí, a gente começou. Nós os familiares dos presos nos encontrávamos quando íamos vê-los, quando íamos denunciar

as torturas, quando denunciávamos os desaparecimentos. A gente começou a formar um movimento, um grupo de familiares de presos políticos. Por exemplo, no Carandiru, não podia entrar com nada de comida, nem bala (e eles diziam que sentiam falta de açúcar). O que a gente fazia? A gente se reuniu e resolveu tentar passar doce pra eles. Pegávamos balinhas embrulhadas e escondíamos na boca. Então, algum doce a gente conseguia passar. Mas no Carandiru era um negócio terrível, porque a visita era uma mesa grande. A gente sentava, como a gente tá aqui (uma de frente com a outra) e os guardas aqui (do lado) e a gente conversava, não podia dizer nada que fosse suspeito. Era muito pouco tempo de visita e bem controlada. No Carandiru, os presos ficaram juntos com os presos comuns e, depois, conseguiram uma ala separada.

Acho que mais por acharem que os presos políticos estavam influenciando, formando os comuns. Os presos fizeram greve de fome e conseguiram um presídio político, foi o que a gente chamava Barro Branco. Era um presídio só para os presos políticos. Ficava ao lado de um quartel militar, onde tinha um presídio para os presos militares. Essa foi uma conquista. O Presídio tinha celas coletivas, que davam para um corredor, uma sala de refeições, uma cela forte com tranca para punição, um pátio e uma escada que dava para um salão, onde os presos montaram uma oficina para fazer artesanato, que vendíamos aqui fora para conseguir dinheiro para as famílias mais pobres. O Aton ficou preso dez anos. Ele foi preso em 69 e saiu em 79.

Depois você organiza (o texto), mas já vou contar porque se não depois vou esquecer. Quando teve a Anistia em agosto de 1979, o Aton não foi anistiado porque tinha que ter todos os processos já percorridos nos tribunais. E ele, nos processos dele, tinha sido condenado a 100 anos de prisão. Mas parece que tinham processos que não tinham sido julgados em todas as instâncias. Então, não pôde ser anistiado. Fiquei bem frustrada, pois tinha lutado tanto pela anistia! Ficou preso ele e mais alguns.

Aí, o Aton, acho que em novembro de 1979, consegui a liberdade condicional. Saiu e até eu que fui buscar, dirigia um Fusquinha nessa época. Fui para a porta do Presídio Barro Branco esperá-lo. Achei que ele seria libertado de lá. Mas, não. No caminho apareceram não sei quantos carros de polícia atrás de mim tocando a sirene, mas eu segui atrás do carro que os levava. Acho que se comunicaram e saíram do meu pé. Passado algum tempo depois, foram para prendê-lo novamente porque teve um ato, dizem que foi por isso, na ABI, que participou o Luis Carlos Prestes, que era sobre Marighella, não sei se era aniversário de morte dele. Aí, eu fui e um monte de gente também. Uma hora no discurso o Prestes fala que o Marighella foi um revolucionário equivocado. Não sei se foi essa palavra que ele usou, mas queria dizer isso.

Aí, o Aton lá do meio do povo gritou “Glória a Carlos Marighella”. E foi aquela tensão. Acabou o ato e tal. No dia seguinte, já foram atrás do Aton. Aí, foram em casa, mas ele não tava com a gente, ele tava com uma namorada que ele tinha. Foram lá em casa, cercaram a casa, na zona leste e parece que o Luis Eduardo Greengalg já tava informado e sei que conseguiram esconder ele e foram as cônegas de Santo Agostinho do Instituto Sedes Sapientiae, onde tem o Cepis (Centro de Educação Popular) que esconderam ele. Ficou lá escondido e os advogados foram para Brasília até que conseguiram reaver a liberdade condicional dele. E eu lembro que nessa época tive um problema de útero. Precisei retirar o útero e tava no hospital quando ele apareceu e daí que eu vi que ele tinha conseguido reaparecer, sair da clandestinidade. Depois, ele só foi anistiado com a Constituição de 1988.

Eu não tinha essa consciência de política, tinha uma visão de vida vivida, não tinha essa consciência de quem me explorava. Eu lembro que meu padrinho era um médico, lá em Salvador. Porque minha mãe falava: é um médico né, vai cuidar, tratar bem. Tinha essas coisas de você querer proteger por esse lado da pessoa que possa ampará-la. O padrinho da minha irmã era advogado, entendeu? Agora, meus dois irmãos já tinham essa consciência de classe.

Nós começamos a trabalhar muito cedo na vida, nós somos todos 1 ano e meio de diferença, só minha irmã caçula que não. Aí, o Antonio Carlos começou a procurar emprego para trabalhar, achou numa farmácia perto para entregar medicamentos. Depois, ele arrumou emprego de office boy na praça da Sé e passou o emprego da farmácia para o Aton. Um ano e meio de diferença entre eles. Depois, arrumou pro Aton também no escritório. E eu e minha irmã, não registradas, trabalhávamos para enrolar bombom na fábrica de chocolate na época da Páscoa, nas confecções de roupas, então, a gente começou a trabalhar com 11 anos nesses empregos que não eram registrados.

Na época eu tinha um namorado que estava preso também e quando o Aton foi para o Tiradentes tinha uma pequena organização das pessoas, um número grande de presos de classe média, de artistas, não como nós, mais pobres. Eu lembro que quando estava fazendo psicologia na PUC era um pessoal de classe média porque a faculdade era paga. Eu lembro que quando consegui visitar o Aton, pela primeira vez, no Tiradentes, eu encontrei uma colega de classe que estava lá porque o namorado dela tinha sido preso. Antes era todo mundo junto, depois, eles separaram os presos. Um grupo de presos tinha visita num dia, outro grupo tinha visita no outro. Então, o Aton não estava no mesmo grupo que o Frei Betto.

A gente morava na Duque de Caxias, quando foram lá em casa. O Aton tinha, uns dias antes, levado umas roupas de umas meninas que eram as pessoas que iam ficar escondidas em casa. Nessa época, a gente não conversava muito sobre isso, não ficava especulando. Até por

segurança nossa. Mas a gente sabia que eles estavam nessa militância, nessa luta contra a ditadura. Quando foram lá em casa, pegaram essas coisas e viram que eram de outras pessoas. Eu não cheguei a vê-las porque quando fui presa eles não tinham visto. Acho que depois que nos levaram presos, eles vasculharam o apartamento. O Virgílio Gomes da Silva, não sabíamos, mas eles sabiam que ele também ia para o apartamento. Quando eles invadiram nossa casa, entraram com o Chiquinho (Francisco Gomes da Silva) todo machucado e algemado, sentaram ele com um empurrão no sofá e falaram pra mim: você conhece esse cara? Eu falei: não. Aí, ele perguntava pro Chiquinho: você conhece ela? Ele falava que não.

Então, eles esperaram o Virgílio Gomes da Silva e mataram, acho que já mataram ali, em frente assim, a gente morava num prédio da Duque de Caxias com a avenida São João, e em frente tinha um terreno baldio, depois fizeram até um parquinho. E minha mãe falou – eu tava no DOI-CODI, então, não vi né - que quando Virgílio chegou já pegaram ele e foram batendo e minha mãe fala que mataram Virgílio naquele terreno baldio. Depois, jogaram Virgílio naquelas peruas, esqueci o nome, acho que chamava C14, e o levaram. Mas mamãe fala que ele já saiu morto dali, no dia 27 de setembro, porque viu como eles bateram nele. Hoje, sabemos que ele morreu torturado no DOI-CODI, mas minha mãe viu ele apanhar tanto, que achou que ele já estava morto.

Ela chegou a ver porque a janela da nossa casa dava de frente para esse terreno e foi no dia da invasão da minha casa. Eles ficaram ali e quando Virgílio chegou, o pegaram.

Voltando. Eu vou lembrando das coisas do movimento. Começou com os familiares e nas visitas a gente começou a conhecer pai de um, mãe de outro, namorada de um, entendeu? E formando um certo grupo de pessoas com o mesmo objetivo, que era denunciar a tortura, não deixar que nossos familiares fossem mortos. No começo era mais isso. Então, quando sabia que fulano foi tirado do presídio, já fazíamos alguma coisa para ver para onde ele foi. Até engraçado, porque tinha pai, mãe que era assim, não tinha consciência, tava ali pelo filho. Teve um pai que guardou a camisa ensanguentada do filho e a gente ia atrás de juiz, dos políticos, do dom Paulo que foi um salvador, madre Cristina, e ele, quando ia nesses encontros, levava a camisa e ficava levantando aquela camisa ensanguentada e quando ele falava dizia só sobre o filho dele.

SEDES SAPIENTIAE

Acho que foi pela mão do Luis Eduardo Greenghalg que nós chegamos na madre Cristina. Naquela época, o Sedes Sapientiae era na Caio Prado e a gente foi lá, a madre Cristina ficava na portaria do prédio, que era uma escola, né. Ela reservava uma sala pra gente e ficava de vigia na porta. Tinha uma professora que era a Maria Nilde Macelani que foi diretora do

Colégio de Aplicação, bem progressista, antes da ditadura. Ela também foi atingida pela ditadura.

Os familiares começaram a se reunir lá para traçar algumas formas de denúncias e de comunicação. A igreja católica ofereceu um aporte muito grande. Os padres nas zonas sul, leste, norte, deram um certo espaço e a gente denunciava as torturas, a gente pedia pra que as pessoas pudessem ir visitar.

A gente se reunia com eles, por exemplo, dom Angélico, na zona Leste, o Roberto, na zona sul. Uns padres nas periferias, eles que repassavam as denúncias, porque na época todo mundo achava que os opositores políticos à ditadura eram bandidos, terroristas (tinha um cartaz com algumas fotografias e nomes, com o título Terroristas) porque o povo não tinha informações sobre torturas, sobre os desaparecidos e a igreja conseguiu então através desse movimento de familiares ir levando a verdade às comunidades da periferia. Daí, depois de um tempo, começa a nascer o primeiro movimento de anistia com a Terezinha Zerbini. A gente apoiava, mas dizia que um movimento pela anistia não podia ser restrito às mulheres, porque era um movimento que tem que ser de todos né? De toda a sociedade. Tem que ser amplo, não pode fazer essa restrição de sexo.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, na rua Caio Prado, fundada na década de 1940, era só para mulheres. Na década de 1970, a faculdade foi para a PUC de São Paulo na Rua Monte Alegre e o prédio da Caio Prado cedido à PUC. A Faculdade, que era das Cônegas de Santo Agostinho, transformou-se, em 1977, no Instituto Sedes Sapientiae, na rua Ministro de Godói, sob a direção da Madre Cristina. Nossas reuniões no prédio da Rua Caio Prado passaram a ser na Ministro de Godói. Madre Cristina cedeu-nos a chave do Instituto para que pudéssemos fazer nossas reuniões na hora que pudéssemos.

O grupo de familiares de presos políticos e apoiadores que se reunia normalmente lá é que tinha mais mulheres que homens, porque você sabe, as mulheres se agregam mais, ainda mais quando envolve familiares.

E aí, a gente falava assim: semana que vem, nós vamos no Carandiru, todo mundo vai levar doce. Coisas assim que fosse possível para todo mundo, que não exigisse também muita consciência política. E lógico que daí, alguns de nós fomos também já dedicando tempo a uma consciência maior, porque a gente conversava muito com os presos, eles também orientavam a gente e também tinham os advogados, o Idibal Piveta, o Greeenghalg, a Eni Raimundo, no Rio de Janeiro – não sei você ouviu sobre ela, é uma mulher porreta que era advogada do meu irmão, o Zé Carlos Dias, o Ailton Soares, dentre outros, então começamos um certo movimento um pouco mais organizado.

Quando nasce o movimento de anistia começou aquela discussão em nível nacional, que era um movimento que não fosse só feminino. Aí, nasceu o primeiro CBA (Comitê Brasileiro de Anistia) no Rio de Janeiro, com a Eni, mulher porreta. Já com esse grupo de familiares e o grupo do pessoal da igreja, os advogados, aí começou também a voltar o pessoal exilado, alguns. Eu lembro que voltou o Fernando Henrique Cardoso, naquela época chamada de distensão né, Octavio Ianni, esses intelectuais que começaram a retornar ao Brasil porque eles tinham sido autoexilados, digamos. Junto com isso é que começa a nascer o Centro de Educação Popular (Cepis), que na verdade, no começo, não era Centro de Educação Popular, era Centro de Educação do Sedes Sapientiae porque o Instituto, as freiras, as cónegas, mudaram para Perdizes, construíram aqueles prédios das Perdizes e passaram a faculdade para a PUC (Pontifícia Universidade Católica) e a madre Cristina não queria mais faculdade. Aí, criou o Instituto Sedes Sapientiae, que é ainda hoje mais voltado para a área da psicologia.

A Madre Cristina era psicóloga e tudo mais. Na área da psicologia abrigou também muitos refugiados argentinos, chilenos. Muitos professores e profissionais lá, muitos são fugidos da ditadura desses países. No Centro de Educação tava a Maria Nilde Mascelani, o Paulo Vannucchi que já tinha saído da prisão (antes da anistia), e outras pessoas que criaram esse Centro de Educação. Eu lembro que na época tinha salas de homenagem, tinha a sala Alexandre Vannucchi Leme, por exemplo. Eu lembro a do Alexandre porque ele foi da ALN (Ação Libertadora Nacional), mesma organização dos meus irmãos. Não fui da ALN. Não fui de nenhuma organização partidária antes do PT.

O Centro de Educação começou a fazer debates com esses intelectuais que estavam voltando do exterior. Era o primeiro momento assim, de colocar um debate com temas mais progressistas, de esquerda. Eu lembro que daí veio Florestan Fernandes, fez debate, o Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, que eu me lembre mais, e lotava. Eu recebi um convite da Maria Valeria Resende, que é uma cónega de Santo Agostinho e ela hoje é escritora. Ela escreve muito bem, quando vc tiver tempo, procure os livros dela.

Inclusive, ela que escondeu o meu irmão, né, quando ele foi procurado a segunda vez. Aí, ela tava lá no Nordeste. Ela é da Paraíba e começou então a fazer um trabalho lá com o povo pobre, a partir da congregação. Agora não tá tão ativa, mas a congregação era muito inserida no meio popular. Ela tava em São Paulo e eu lembro que recebi, depois sumiu, deve estar por aí, um convite para discutir educação popular. Tinha um grupo de pessoas, alguns eu conhecia.

VOLTANDO PARA A ÉPOCA DA PSICOLOGIA NA PUC

Na PUC, quando eu fui presa, já pagava a PUC com muito sacrifício, porque eu ganhava do Banespa, mas ainda tinha ajuda do Antonio Carlos, do Aton, minha mãe costurava. Então, a gente tinha – aí, ficou só eu e minha mãe, mas minha mãe nem tinha condição de costurar, nem as freguesas queriam ir lá em casa, todo mundo fugia da gente. Todo mundo não podia nem ver que já saía correndo. Aí, eu tive que abandonar o curso de psicologia. E eu tinha entrado em geografia na USP. Depois de um tempo, não sei que ano foi, eu falei: bom, então, vou fazer matrícula em geografia. Depois, me matriculei e fiz geografia.

Eu me formei em geografia na USP e aí, nesse tempo, não lembro se eu tava ainda fazendo geografia porque, naquela época, eram cinco anos. Então, era muita coisa pra mim, movimento de anistia – porque além de tudo tinha a questão de segurança. Eu lembro que a gente mandou fazer uns folhetos CBA/SP e eu tinha aquele fusquinha que te falei, tinha comprado de um amigo, era um fusquinha velho - até um dia fundiu o motor lá na zona leste (ri). Aí, eu preguei esse adesivo (do CBA) quando criamos o CBA São Paulo. Juntou os familiares dos presos, esse pessoal das igrejas, os advogados, pessoal mais progressista, juntou esse pessoal e começamos a fazer as primeiras reuniões. Eu lembro que a Ruth Escobar cedeu o teatro dela pra gente fazer reunião no teatro. Começaram a surgir aos poucos movimentos negros. Aí, a gente conseguiu organizar o CBA incorporando os exilados, grupos de familiares, grupo de familiares de desaparecidos, e cada um tinha um voto nas decisões, como movimento da carestia, professores, etc. A coordenação/direção era formada por representantes dos grupos/movimentos. Os familiares dos presos era um desses grupos. E, além dos advogados, também tínhamos contato com nossos familiares e levávamos informações para o CBA. E vontade de lutar né? O movimento pela Anistia foi se tornando nacional, com a criação de CBAs em vários estados do Brasil.

Um dia numa reunião, como hoje também, né, todos os movimentos queriam entrar, estar na coordenação. Aí, tinha o pessoal de um movimento negro, na verdade, tinham vários movimentos negros que estavam surgindo e tinha um pessoal que tava assim, sabe, insistindo para fazer parte da coordenação. Explicávamos que a coordenação não podia ser muito grande, por isso estabelecemos critérios. Aí, eu lembro que o Pedro Pontual - você conhece o Pedro Pontual? Ele é albino - e não sei porque cargas d'água, foi o Pedro Pontual explicar e discutir porque aquelas pessoas daquele movimento negro não podiam ser incorporadas à coordenação. Aí, foi aquilo “seu branquelo”. gritavam essas pessoas. Ele tava lá na berlinda.

A gente começou a discutir e a organizar e depois de um tempo de luta, de compartilhar as notícias, resolvemos fazer o primeiro congresso - e já tinha CBAs em diversos Estados do Brasil. Em São Paulo, resolvemos fazer esse congresso da anistia para trazer todos os CBAs e

definir uma certa luta conjunta, para fazer um negócio mais organizado. Aí, para esse Congresso, montamos a secretaria. O IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), que fica na Rego Freitas, em São Paulo, cedeu a sede dele, o espaço, para organizarmos e algumas pessoas ficaram na organização. Eu, a Esther, irmã de um preso político que já faleceu, e outras pessoas ficamos na secretaria desse Congresso. A Esther lembro porque virou minha amiga, mas tinha várias outras pessoas. A gente fazia o credenciamento, mandava as coisas para outros Estados e tal.

Mas ainda era um momento de extrema vigilância, de medo, porque a gente viveu todo esse tempo sabendo que o inimigo estava ali presente. A gente ia para o IAB e fazia os contatos, imprimia, e o Sedes Sapientiae cedeu o espaço para fazer o Congresso. Nessa época, eu já tava começando a participar do Centro Popular de Educação, como voluntária. Tinha reuniões à noite, eu já ia para as reuniões. Aí, fizemos no Sedes o Primeiro Congresso pela Anistia. Os CBA's e os movimentos apresentavam projetos, propostas de luta, de organização. Foram criados grupos de discussão, um para discutir exilados, outro para discutir desaparecidos, para discutir os atingidos no movimento sindical, o movimento de igreja, o movimento popular, etc.

Foi organizado de uma certa forma para abarcar toda a sociedade que estava em luta e os que foram prejudicados e atingidos pela ditadura. Eu lembro, assim, que – eu gosto de contar essas coisas, mais ou menos engraçadas porque me faz lembrar de momentos que, nessa tensão toda, acaba se tornando engraçada – na divisão dos trabalhos ficou cada pessoa com certo trabalho no dia do Congresso. Aí, ficou eu e o Fermino Fecchio (Você conhece? Não?) É advogado, de igreja, foi ouvidor da polícia do Estado de S. Paulo, ganhou o XX prêmio de Direitos Humanos da OAB. Um cara de bom humor, muito legal. Faz tempo que não o vejo. A gente tinha pastas de A a Z com todas as credenciais para ver quem entrava lá, né. Então, era eu e o Firmino para controlar isso. Eu segurava a pasta durante um tempo, depois ele. Quando eu falava assim: vou ao banheiro, ele ficava na porta com a pasta, porque ninguém podia pegar de jeito nenhum. Então, foi uma cena engraçada, ele falou: Celeste, vou ao banheiro, você vai ter que segurar a pasta. E eu fiquei ali fora na porta do banheiro segurando a preciosa pasta.

A Esther era muito bonitinha, loirinha, olhos verdes. Aí, quando a gente estava no IAB, organizando o Congresso, tinha que por todas as cartas pelo correio, mas o correio era um negócio bem controlado. Correio nacional, né. Naquela época, quem era presidente dos correios era militar, quem eram diretores das agências eram militares. A gente falava: como a gente vai fazer? A gente punha no remetente CBA São Paulo e falava assim: vai você Esther na frente, porque a gente ia numa agência perto do IAB e aí, tinha um rapaz (rindo), a gente falava para ela ir pra frente porque enquanto o cara ia ficar paquerando ela, a gente vai passando os

envelopes e se perguntasse alguma coisa, a gente fala que era da Companhia Brasileira de Alumínio, qualquer coisa assim.

Teve esse Primeiro Congresso de Anistia, realizado no Instituto Sedes Sapientiae e depois outros congressos, em outros estados. O encerramento desse Primeiro Congresso de Anistia foi na PUC-SP. Foi uma atividade de celebração, muito festiva de conclusão de um trabalho. Levamos todas as coisas para a PUC, e lá fizemos o encerramento. Já tinham muitos debates sobre anistia, a PUC também promoveu vários debates e a anistia começou a ganhar corpo não só no Brasil.

A palavra anistia começou a aparecer nos jornais, muitas notícias. Pesquisamos muito sobre anistia anterior, como por exemplo a da ditadura Vargas, como aprendizado para a nossa luta. Então, investigamos muito isso. Os presos começaram a escrever, muitas denúncias. Tem um livro que levamos pra fora, que alguns presos políticos da ALN escreveram, à mão, sobre a Repressão Militar-policial no Brasil e que o Vidal, exilado político, datilografou e o fez retornar ao Brasil, numa capa azul (esse livro doei para a Biblioteca da Universidade de Campinas. Os presos deram-lhe o nome de João para poder se referir a ele sem identificá-lo. Em 2016, com prefácio de Bernardo Kucinski, a Editora Expressão Popular o publicou (a foto da edição clandestina impressa fora do país consta da edição da Expressão Popular).

Os presos escreveram também relatórios de denúncias, com nomes de torturados e torturadores, que eram referidos com os nomes de Bagulho para o menor e Bagulhão para o maior. Lembro-me que fomos entregar uma cópia do “bagulhão” para o o jurista Sobral Pinto, que estava hospedado num hotel que ficava ao lado do prédio onde trabalhei no Banespa (hoje Santander) na Ladeira Dr. Falcão.

Começamos também um trabalho pelo CBA de envio de notícias para o exterior e pedido de apoio. Contamos com a igreja, com intelectuais, com familiares e o movimento de anistia começou a absorver um pouco do movimento sindical que começava a se reorganizar. Trabalhadores que haviam participado da greve de Osasco, uma das últimas greves realizadas na ditadura, começaram a participar do movimento de anistia. O movimento de anistia conseguiu incorporar muita gente, que depois foram militar e se filiar aos diferentes partidos que se organizavam ou saiam da clandestinidade.

QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA

- Bom, que mais? Vai perguntando, Fernanda.

- Como era o debate com a sociedade civil que não tinha familiares presos?

Ah, sim, aí era com as igrejas católicas nas periferias, com os professores nas escolas... Com esse movimento de anistia muitas lideranças, digamos, políticas e de movimentos começaram também a se reorganizar. Aí, começa também a discussão sobre a formação do PT e da educação popular. Quando teve a anistia, e só alguns ainda estavam presos, os exilados estavam retornando, continuou nos CBAs a luta infinita pela elucidação das mortes e desaparecimentos dos militantes políticos. É lógico que muitos deixaram os CBAs e foram trabalhar na organização de outros movimentos, do movimento sindical, do próprio movimento político, dos partidos, movimentos populares, etc.

Meu irmão ficou preso ainda, mas aí eu já não tinha tanta participação no movimento de anistia porque já estava me engajando no trabalho de educação popular. Continuei participando do CBA, mas não era uma participação que exigia tanto de mim. Lembro de uma pessoa que eu admirava muito, no movimento de anistia, dona Maria Augusta Capistrano, que tinha o marido desaparecido e o filho exilado. Ela era mãe do Davi Capistrano Filho, exilado político, que depois foi prefeito de Santos. Eu fiz um trabalho, pelo CEPIS, junto ao movimento de moradia naquela cidade, quando ele era prefeito. Tanto Maria Augusta como Davi já morreram.

Inclusive, criou depois o logotipo. Mas, começamos a sair para a periferia. Através de quem? Desses padres, que eu falei que participava do movimento de anistia como dom Pedro Casaldáliga, que conforme o movimento vai se ampliando, dom Tomas Balduino, esses padres, freis, bispos, como dom Paulo. Sou uma pessoa assim, eu não era católica atuante. Sou católica, fui batizada, mas durante um tempo da minha vida eu não gostava muito.

A EDUCAÇÃO POPULAR

Era através desses padres que a gente entrava nos bairros. Então, o CEPIS nasce formado por militantes da igreja, por algumas pessoas que vieram do movimento da guerrilha, dos presos políticos e alguns intelectuais e estudantes. Mas a entrada do CEPIS foi pelas mãos da igreja católica. Depois que a gente vai expandir para o movimento sindical. E aí, como que era? Eu, na verdade, no começo do CEPIS, era voluntária. Então, eu ia aos bairros à noite e final de semana, e às reuniões de equipe à noite, após sair do trabalho.

Comecei a aprender com eles também a fazer educação popular. A gente ia sempre em dupla, trabalhei com Paulo Maldos, que foi um educador do Cepis. Depois, ele participou do governo Lula e com o Milton Simonetti, que morreu um tempo atrás, de Covid. E, depois, fui em algumas reuniões com a Renata Villas Boas, ex-mulher do Paulo Vannucchi. Então, foi com esse pessoal. Em alguns, eu ia sozinha.

A região que me deram foi a do ABC paulista. Era o cardeal dom Claudio Humes. Vou contar umas coisas engraçadas também, tá bom? Como eu te falei, vivi muito tempo fora da igreja, de missa. O que eu tinha na minha cabeça era o Pai Nosso, que aprendi quando fiz a primeira comunhão e as inovações da missa não conhecia. Aí, eu fui lá no ABC e era assim: antes da reunião fazia aquela roda e fazia o Pai Nosso, uma pessoa falava, oferecia o dia. Fui rezar o primeiro Pai Nosso da minha vida depois de não sei quantos anos. Na minha época, era assim: “perdoai as nossas dívidas, assim como nós perdoamos os nossos devedores”. Por questão financeira, a igreja acusada de que estava perdoando – acho que foi por isso – mudou para “perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos os que nos têm ofendido”. Mas eu não sabia disso. Tô eu lá de mão dada, na roda, todo mundo olhou pra mim, eu fiquei calada, aí aprendi, né. Outra coisa que o Paulo Maldos fala, mas acho que é brincadeira dele, que ao invés de fazer o Pai Nosso (mostra o sinal da cruz) disse que fez o contrário.

Foi verdade que uma vez fui na casa de uma amiga, ela tinha ido na igreja, e o marido falou assim: ela tá na igreja numa missa de sétimo dia Era pertinho, falei: então, vou lá. Sentei lá, a missa já tava acontecendo, um rapaz que tava do meu lado falou assim: você é a Celeste? Eu falei, sou. Lembra, nós estudamos juntos. Sou fulano de tal. Eu falei, legal, conversamos. Daqui a pouco, ele aperta minha mão porque na missa as pessoas se cumprimentam. Ele foi e me cumprimentou. Eu falei: já vai embora? (gargalha) Ele olhou pra mim, quando olhei tava todo mundo se cumprimentando. Eu queria enfiar a cabeça debaixo do banco. Tive esses meus desacertos quando comecei a trabalhar com a igreja.

Tinha reuniões que tinham um grupo que chamavam de eixinho, com algumas comunidades e o eixão, que abarcava mais regiões, na Diocese do dom Claudio Humes.

Comecei a aprender isso, que tinha que fazer oração, que tinha que agradecer e tal. Comecei a aprender também a fazer educação popular. Ou seja, as pessoas falavam quem eram, o que faziam e a gente ia então, introduzindo questões, compartilhando as informações e começavam a surgir as lideranças, nas oportunidades de se manifestar. Pra mim, eu aprendi que educação popular tem o primeiro momento, que é esse de você se conhecer e eles nos conhecerem para criar uma certa confiança mútua. Eu lembro na escola, da professora falar e, no início, a gente sofreu, particularmente, sofri muita discriminação, muita humilhação. Vou fazer uns parênteses.

Eu era muito boa em matemática na época da escola. A gente chegou em São Paulo em 1954 ou 1955, eu lembro que foi aniversário da cidade de São Paulo de 400 anos, aí, minha mãe, pra ela, esse negócio de estudar era prioridade. Ela forçava a gente. Mas a gente não tinha muita condição e aí surgiu um concurso que era Colméia, uma instituição na rua Pamplona.

Distribuíram esse panfleto no Grupo Escolar da Freguesia do Ó, onde estávamos no antigo primário. Levamos para a casa, minha mãe falou: vocês vão fazer.

Eu e minha irmã Célia fizemos e passamos. O que que era? Eles pagavam o ensino do ginásio, que naquela época era da 5ª a 8ª série, e que corresponde hoje ao fundamental II, em qualquer colégio que meus pais escolhessem. Naquela época, as melhores escolas eram as católicas. Minha mãe, o grande sonho dela era que a gente estudasse numa escola católica. Aí, nessa época, a gente se mudou para a Vila Guilherme, divisa com V. Maria. Na av. Celso Garcia tinha o Colégio Sagrado Coração de Jesus, das freiras salesianas. Minha mãe escolheu lá.

Mas lá era escola de rico, só estudava quem podia pagar. E era assim, uniforme que era aquele casaco, saia plissada, sapato de verniz, blusa branca e aí? Minha mãe era costureira e fez o uniforme. Não era bonito como os outros, porque aqueles eram feitos por alfaiate e tecido de melhor qualidade. E o sapato tinha que ser preto de verniz, não podia ser outro. Minha mãe achou um baratinho para nós. Não, nessa época, a gente morava na Vila Maria, aí a gente foi estudar nessa escola. Tinha a nota mínima para manter a bolsa de estudo, que era 7. Se tivesse alguma matéria abaixo de 7 cortavam a bolsa, então, era um terror pra gente. A gente vivia tensa o tempo todo. A gente estudava, eu tinha uma certa facilidade na época, hoje, acho que não tenho mais, em matemática. E as freiras eram de uma ruindade terrível.

A professora de matemática não era freira. Tinha uma menina, filha de um diretor de empresa, ela também era boa em matemática. Um dia fizemos uma prova e ela foi devolver a prova e falou assim que todo mundo tinha ido mal. A maior nota foi 8. Aí, a menina perguntou e a Fon? Ela não respondeu nada. Entregou a prova. A outra menina tinha tirado 8 e eu tinha tirado 8,5. Entendeu?

E outra coisa também, as freiras – tô tomando muito tempo, Fernanda? Não? Posso contar? – contando essa coisa da igreja, que não tinha nada de Comunidade Eclesial de Base, Teologia da Libertação, Puebla, não tinha nada disso nessa época, era bem reacionária. Aí, eu lembro que minha mãe fez a saia da gente e a gente tinha que usar uma roupa fina, que se chamava combinação, que se vestia por baixo da roupa para que, se levantássemos os braços, não vissem nossa pele da barriga, já que a blusa era curta e ficava pra fora da saia. Mas, tanto gasto com o uniforme não deu pra fazer também essa combinação. Aí mamãe fez uma anágua que se usava da cintura pra baixo. Eu gostava de pular corda, adorava, na hora do recreio, então, uma hora a gente batia corda e outra hora a gente pulava, dividia entre as meninas, porque era só de meninas a escola.

Um dia, eu tô lá e quando levantei o braço para levantar a corda, minha blusa levanta e aparece minha barriga. Daqui a pouco chega a freira – nossa, eu me lembro disso até hoje, é um

negócio que fica ali marcado – ela fala assim: porque você veio sem a combinação? Eu respondi: Eu vim - e levantei a barra da saia. Ela pegou a mão e levantou minha blusa com toda a força e falou assim: não, eu vi que você tava pulando corda e apareceu sua barriga. Era escola só de meninas, eu tinha uns 12, 13 anos. Aí ela falou assim: você vai para a casa e só volta quando estiver com a roupa completa. Você conta isso hoje e parece que é mentira, mas existiu. Cheguei para minha irmã apavorada e falei que a freira tinha me mandado embora pra casa. Falei para ela não levantar o braço porque ela descobriu que a gente tava só com anágua. Você sabe que depois eu fui noutro dia só com anágua porque não tinha combinação. Mas a partir desse dia, nunca mais pude brincar de pular corda no recreio. Ficava sentada lá, com medo de levantar o braço e aparecer a barriga.

Voltando, né? O movimento sindical começou a retomar a organização, toda a história do Lula. Você já leu o livro do Fernando Morais? Então, eu estava ali naqueles acontecimentos. Começamos a seguir juntos, nas reuniões de Comunidades Eclesiais de Base, a gente discutia o movimento sindical, participei, organizamos as cestas básicas para o pessoal que estava em greve. Eu lembro de um dia quando estava para suspender a greve, foi uma coisa que marcou bastante, tinha um rapaz lá, que morava num lugar atrás da igreja, que era uma favela. Ele morava lá e era metalúrgico. Ele tava em greve. Então, a gente se reunia com os metalúrgicos em greve, falava e organizava o dia a dia. E eu lembro um dia que ele falou assim: eu tenho um negócio assim que eu vou falar pra vocês. Não sei como vocês vão aceitar. Eu vou ter que suspender a greve. Porque ele morava numa favela, ele tinha não sei quantos filhos, mesmo com o pouco alimento que dava não era suficiente e parece que a mulher dele estava com câncer. Tinha uma história bem forte assim. Aí, a gente falou, tudo bem, pode voltar. Eu lembro até que falei pra ele assim: você é uma pessoa de – não lembro a palavra que falei – você poderia ter furado a greve sem ter falado nada pra gente. A decisão é sua, mas você teve a honradez. A gente tá aqui, se precisar. Eu lembro até a fisionomia dele falando isso.

E tem essas coisas também na luta, viu. Parece que é tudo certinho. Nem todo mundo que a gente pode achar que é sem caráter, é. Tem essas histórias. Por isso, estou contando pra você. Acho que isso também faz a gente entender o que é o povo. Não é aquele coitadinho, não é aquele que não sabe nada, mas também não é aquele que sabe tudo.

A educação popular teve um período, que eu acho que – não sei se foi necessário ou se foi equívoco – mas, quero dizer que teve uma época que “o povo sabe tudo”. O povo sabe muita coisa, mas não sabe tudo, nem o que é necessário para ele adquirir consciência e sair pra luta. Eu acho que a educação popular tem que ter esse objetivo.

Acho que Lênin tá certo, a consciência política vem de fora. Porque o povo, inclusive o povo pobre, tá trabalhando para conseguir pagar aluguel, ou pagar a prestação da casa, ou pra comprar o remédio etc. Está envolvido nisso. Por isso, temos esse desastre de votar em porcarias que aparecem porque essa consciência não é fácil de conseguir. Consciência de classe não é fácil. Não é porque sofre muito que adquire. Não adquire. O máximo que pode fazer é se rebelar, mas em termo de consciência, de entender a sociedade, de entender o outro, de entender a história social, não é possível. A consciência política de cada um não vem espontaneamente com o sofrimento; não vem. Aprendi, por experiência própria, que a pobreza, a discriminação, a exploração podem formar revoltados. Mas só a educação, a formação política pode criar revolucionários.

Acho que não lhe falei, mas também fiquei presa no DOPS, por cerca de seis horas. Se não me engano foi em 1978, mas não me lembro a data certa. Ocorreu o seguinte: sou formada em Geografia pela USP e dava aula à noite, como professora substituta, no Colégio Dom Pedro, que ficava no Parque Dom Pedro, em São Paulo. O Manoel Cyrillo, preso político, disse que tinha uns atlas e pediu para que sua mãe trouxesse no dia de visita pra me dar. A mãe dele trouxe, deixou na portaria do presídio, para que eu pegasse no fim da visita.

Nesse dia ela saiu mais cedo da visita. Quando eu saí e fui pegar os atlas, eles me prenderam, me puseram dentro de um carro de polícia que estava na porta e me levaram para o Dops. Por sorte, outros familiares que estavam saindo da visita viram e deram o alarme. Eu gritei: estão me prendendo! No Dops me deixaram primeiro numa sala escura por muito tempo e depois entrou primeiro um policial para fazer meu “cadastro” (nome completo, residência, data de nascimento etc.) Quando perguntou em que eu trabalhava, eu disse que era bancária e professora de Geografia. Aí ele falou: vou por só bancária, porque professora é mais subversivo. Ele saiu. Fiquei mais um tempão sozinha na sala, depois entrou outro policial (todos estavam a paisana) e começou a dizer que tinha me visto em não sei qual passeata, que sabia que eu também era terrorista, que movimento de anistia não ia dar em nada etc. Depois me retirou dessa sala e me levaram para o porão, onde me fotografaram de perfil, de frente, de corpo inteiro... e então trouxeram os atlas e me mostraram as gravuras que estavam dentro. Me lembro que algumas eram do Lenin falando ao povo, outra o Lenin cercado de crianças, outra chutando o Hitler... e um mapa do avanço da guerrilha no Vietnã, guerra que já tinha acabado em 1975, com a derrota dos Estados Unidos.

Eu nem sabia que tinha essas gravuras nos atlas porque nem tinha chegado a pegá-los. Enquanto isso, o pessoal lá fora buscava me libertar. Minha cunhada Denise Fon, jornalista, trabalhava, se não me engano no Associated Press e tinha o contato do Erasmo Dias, Secretário

de Segurança em São Paulo. Aquele que mandou invadir a PUC e tocar fogo. Ela contatou ele e ele apareceu lá no DOPS. O motivo da minha prisão era tão ridículo, que até ele folheava as gravuras e ria. Aí eu fui solta e do outro lado da rua estavam minha cunhada, meu irmão Antonio Carlos e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh.

Outra coisa interessante, tem a ver com a discriminação das mulheres, na época. Eu e minha irmã Celia entramos no Banespa em 1968. A idade máxima para prestar o concurso era 25 anos e era o primeiro concurso aberto às mulheres. Antes só homens trabalhavam no Banespa, exceto é claro, as filhas de militares, como era o caso da minha chefe na Biblioteca. Mas essas não eram concursadas. O concurso era para auxiliar e não escriturário, que era o início do quadro de carreira do Banespa. E, pasme, não podíamos casar, se não éramos demitidas. Foi o que aconteceu com minha irmã Celia, que entrou em 1968 e teve que sair em 1969 porque casou em agosto. Em 1969, abriram então, pela primeira vez, concurso para escriturário, mas só as mulheres que já trabalhávamos lá pudemos fazer. Eu fiz, passei com uma boa colocação, mas minha carreira ficou estancada, embora não tenha sido demitida.

Nesse final da década de 1960, as mulheres começaram a usar calças compridas. Tinha um rapaz que trabalhava na Biblioteca, o Osvaldo, que num dia, quando surgiu o assunto, ele disse que não deixava a mulher dele usar calça comprida, porque era vestimenta de prostituta. Quando contei isso pra minha nora, ela ficou estupefata. Gosto de lembrar esses fatos para ver que a luta das mulheres avança a passos lentos, mas avança e que as vitórias, as conquistas, assim como as derrotas são fontes de aprendizado na luta.

Pedro Pontual 25/04/2022 - entrevista na *kitnet* perto da R. Maria Antonia-SP

Eu diria que o despertar da minha consciência de classe começou na adolescência. Tive o privilégio de estudar a segunda parte do ensino fundamental, ginásio na época, e o ensino médio na escola pública que foi a experiência mais progressista que se fez até hoje na rede pública no Estado de São Paulo, a experiência dos Colégios Vocacionais.

Eu estudei no Osvaldo Aranha, aqui em São Paulo, uma experiência coordenada pela professora Maria Nilde Marcelani, educadora muito significativa na história da resistência e foi lá no Vocacional que eu me despertei, diria que para a importância da ação em relação à luta de classes.

Você sabe que o Vocacional foi expressamente reprimido em 1969, a experiência foi interrompida pela ditadura militar, houve ocupação dos cinco, seis colégios que tinha no Estado de São Paulo, ocupados pelo Exército, professores presos, pais de alunos presos e tudo que foi

despertado nos estudos do meio que a gente fez. Entrevistávamos trabalhadores e, ao mesmo tempo, empresários, todo um despertar da consciência crítica.

Foi tão forte que o coronel do Exército que conduziu o inquérito policial militar a respeito do Vocacional declarou numa matéria que a Revista Visão fez com a Maria Nilde (capa da edição): olha, o Vocacional do ponto de vista de técnicas pedagógicas era muito interessante, muito bom, o único grande problema é que ele despertava pra luta de classes. Então, ele pegou direitinho o cerne da questão. (risos)

Acho que começou ali minha sensibilização. Depois, eu ingressei na Universidade, na PUC, no curso de psicologia e eu já fui para esse curso voltado para questão da educação. Nunca pensei em trabalhar com clínica e na PUC a gente tinha um núcleo de psicologia educacional e social com pessoas muito comprometidas com trabalho de base e educação popular. Entre elas, a própria Maria Nilde Macelani, tinha o padre Abilia, Neri, tinha Silvia Leng, da psicologia social. Um time ali muito comprometido com essa perspectiva e o meu trabalho de estágio na faculdade foi justamente um núcleo de favela na zona sul de São Paulo, no bairro Rio Bonito, próximo da Cidade Dutra.

Ali foi a minha primeira experiência de trabalho de base, que eu fiz junto com uma educadora que tinha trabalhado na prelazia de São Felix do Araguaia, a Erly Pires. Ela trabalhava no escritório que a Maria Nilde criou depois que ela foi afastada do Vocacional e criou o Renov (Relações Educacionais), que era um espaço de resistência também à ditadura e fazia trabalhos na área de educação. Erly trabalhava lá, eu era estagiário da Nilde na faculdade. Então, a gente tinha uma classe de alfabetização de adultos, todas as noites fazíamos alfabetização e no fim de semana a gente trabalhava com organização da comunidade da favela, levantamento de necessidades, temas geradores para organizar a comunidade, tudo com base em Paulo Freire.

Então, essa foi minha primeira escola, esse trabalho no núcleo da favela no Rio Bonito e, a partir desse trabalho, eu passei a me engajar naquilo que era o espaço principal daquele período da ditadura, (fiz o curso de psicologia de 72 a 76): o engajamento nas pastorais sociais da Arquidiocese de São Paulo, com o cardeal dom Paulo Evaristo, todo estímulo, organização popular, de base, popular. Eu me engajei ali, na região sul com a pastoral de trabalhos em direitos humanos, pastoral operária e com o primeiro grande movimento popular urbano naquele período, que foi o Custo de Vida, movimento contra a carestia, que foi minha experiência direta de participação na construção de um movimento social. Eu era militante do movimento, participava de reuniões, de todo processo do movimento. Meu início de militância.

Os referenciais teóricos do ponto de vista da educação popular, tínhamos dois grandes referenciais naquele momento, que eram o Paulo Freire e também o Carlos Rodrigues Brandão, que já tinha suas primeiras publicações. Ele publicou Educação Popular e Conscientização, que a gente lá no Cepis estudou bastante. Porque eu também me engajei na criação do Cepis em 1975. Tem aquela primeira etapa, que é o Centro de Educação Alexandre Vannucchi Leme. Depois, virou o Cepis. Então, tinha o Carlos Rodrigues Brandão, o Luis Eduardo Vanderlei, que tinha trabalhado no MEB (Movimento de Educação de Base) - tinha feito a tese de doutorado dele sobre o MEB, uma experiência extremamente significativa sobre trabalho de base e educação popular.

Do ponto de vista de uma análise mais sociológica dos movimentos sociais, nossa grande referência foi o livro do Éder Sader, Quando os novos personagens entram em cena. E também a gente começava a ter acesso a uma literatura latino-americana de educação popular. Tinha um grupo no Peru, uma ONG parecida com o Cepis que é o grupo TAREA. Lá tinha o Oscar Jara, que naquele momento ainda estava no Peru. Hoje, ele vive na Costa Rica. Tinha o Manuel Inghes, que era coordenador do TAREA.

Na verdade, a gente já nasceu como uma crítica. Educação popular é, na verdade, uma crítica ao vanguardismo, principalmente a educação popular fundamentada em Paulo Freire. Você tem outras vertentes da educação popular, que de alguma maneira, tem uma certa inspiração vanguardista. Mas, de base freiriana, já nasce com uma crítica ao vanguardismo. Lá no Cepis, a gente tinha uma coisa que foi muito interessante na equipe, tanto pessoas que fizeram essa trajetória trabalho de base, educação popular e você tinha pessoas que tinham feito a trajetória da luta armada, mas que passaram a fazer uma autocrítica dessa trajetória, que é o caso do Paulo Vannucchi, que era da nossa equipe, como Paulo Vitar Venceslau, a Celeste e todas essas pessoas, de alguma maneira, estavam num momento de autocrítica do vanguardismo que significou a opção pela luta armada.

Foi, exatamente, porque ali a gente montou uma equipe interdisciplinar. Estava o Frei Betto, o Paulo Vannucchi, a Celeste, o Paulo Maldos que vem junto comigo da faculdade de psicologia. E tinham outras pessoas como a Renata, Cissa, minha companheira, que eram voluntárias naquele período.

A gente passou a ampliar, digamos, a nossa visão sobre o trabalho de base para outras esferas. Então, a gente tinha um trabalho em São Paulo, nosso território principal e a nossa ação se dava através de uma assessoria político-pedagógica e teológica aos movimentos sociais e pastorais sociais. A gente estruturou um curso de formação que trabalhava a questão da fé e política, análise da realidade, de história da sociedade, a questão do planejamento do trabalho

de base e a gente desenvolveu esse curso em vários bairros da periferia de São Paulo. Mas, a gente também começou a atuar a partir de um determinado momento, quando surgiu o sindicalismo combativo, as oposições sindicais, começamos a atuar também na área sindical, com processos de formação.

Iniciamos um processo a partir dessa experiência, aqui - com a oposição metalúrgica em São Paulo e o sindicato do ABC - iniciamos um processo de intercâmbio de experiências do sindicalismo rural, em especial, com a experiências que estavam se desenhando lá em Santarém, no Pará, de onde surgiram lideranças muito importantes. Tem um filme muito interessante que se chama *Lamparina*, um filme que o pessoal de Santarém fez com assessoria da ONG Fase. Fizeram um filme de como organizar o trabalho de base na área rural a partir da experiência do sindicato de Santarém. Eu usei demais esse filme para discutir metodologia de trabalho de base. Então, a gente foi ampliando, né. A ideia era nossa contribuição como o trabalho e a organização das comunidades era justamente de uma assessoria político-pedagógica que pudesse contribuir para que esses movimentos se organizassem melhor e ampliassem sua compreensão da realidade social.

Sim, compreender para transformar. Estamos falando do Cepis em 75, 77 e aí, fiquei lá até 86. Pegou o início do processo de redemocratização e fiquei até 86 porque nesse ano eu participei do processo de criação de um espaço de formação que foi extremamente importante no período de redemocratização porque foi coincidindo com o período da Constituinte, de 86 a 88,

Trabalhei muito com as emendas populares que se referem justamente aos capítulos relativos à participação popular nas políticas públicas e, a gente, naquele período criou o Instituto Cajamar. Junto com Paulo Freire, com o pessoal do Paulo Bargas, que era do sindicato de São Bernardo, Aloisio Mercadante, Vladimir Pomar, pai do Valter Pomar, que está hoje no PT, Gilberto Carvalho e um grupo de pessoas intelectuais e dirigentes sindicais, do movimento popular que criaram espaço de formação. Ficava lá no KM 46,5 da Via Anhanguera, e fazia formação de dirigentes sindicais, do movimento popular e dirigentes políticos. Era um espaço também de elaboração teórica dos dirigentes para aquele momento muito crucial com a redemocratização em que o PT estava nascendo, começava a ocupar alguns postos de institucionalidade, prefeituras. Tinha o processo da Constituinte em que esses dirigentes todos estavam desafiados a apresentar propostas para o país, né, propostas de políticas públicas, alternativas de desenvolvimento e o Cajamar foi um dos espaços que reuniu todas esses dirigentes. Fizemos seminários lá muito interessantes como sobre os 70 anos do Socialismo (17

a 87), fazendo um balanço crítico do socialismo. Participaram pessoas como o próprio Prestes, ainda era vivo, o dirigente do PCdoB João Amazonas.

Foi a experiência da época semelhante ao que é hoje a ENFF. Tinha também outras escolas mais sindicais, ligadas à CUT, também se criando, uma no Nordeste, outra em Minas Gerais, a Sete de Outubro, uma em Santa Catarina. Agora, o Cajamar era o espaço que reunia os três movimentos: o sindical, o popular e o político-partidário. O Cajamar durou de 86 a 97 e nós convidamos o Paulo Freire para ser o presidente do Instituto. Ele aceitou com um pedido de que não fosse uma presidência formal, que ele realmente fosse participante, nos ambientasse nos projetos políticos pedagógicos do Instituto e assim o fez. Participou durante dois anos, antes dele ser convidado para ser secretário municipal no governo da Luiza Erundina. De 86 a 88 ele participou bastante no Cajamar. Paulo Freire foi presidente até 1997, encerramento do Instituto.

Uma razão mais objetiva foi a crise de financiamento. Ele se mantinha muito a partir da cooperação internacional, principalmente por meio do movimento sindical, centrais sindicais europeias, projetos que eles apoiavam de formação e de outras organizações. Nesse momento, com a queda das experiências do Leste Europeu, do fim do socialismo, essas cooperações internacionais passaram a ter outras prioridades no mundo. Mas, eu considero que o principal motivo foi uma falta de clareza particularmente dos dirigentes do PT, que eram dirigentes do Instituto também, sobre a importância da continuidade daquele processo.

Foi um momento em que o PT começa a se dedicar mais à ação do plano da Institucionalidade, dos governos e passou a subestimar a importância de instituições, eu diria estratégicas, que tem tempos históricos muito maiores que os tempos de governos e que são essenciais. É muito interessante, você sabe que hoje eu encontro com muita gente que passou pelos cursos de Cajamar, foram milhares de militantes. E todos eles repetem a mesma frase “que falta faz o Cajamar”.

Essa questão precisa ser bem qualificada. Porque o problema está não na institucionalização em si, porque o PT já nasce afirmando que era necessário combinar a luta social com a luta institucional. Sempre parte da definição estratégica do PT. No meu ponto de vista, não foi equivocado o PT buscar ocupar postos na institucionalidade. O problema foi a outra perna ser deixada para trás.

Mas, eu acho que a razão do afastamento do trabalho de base foi muito mais essa ocupação no plano da institucionalidade, diria assim, sem uma visão estratégica. Então, a maior parte dos militantes, quando convidados a ocupar postos – quando eu falo institucionalizar, não estou falando só governos não, mas mandatos parlamentares – você tem problemas também de movimentos que se institucionalizaram e que se burocratizaram. Isso provoca um afastamento

também da base. Então, eu acho que foi mais esse processo que fez com que houvesse um afastamento da ocupação de espaços nos territórios. Acho que as ONGS que se dedicavam ao trabalho de base passaram a ter um outro tipo de estratégia, de disputar opinião pública, de construir processos de elaboração mais teórica e também perderam terreno as ONGs que tinham enraizamento mais no trabalho de base. Você vê, na cidade de São Paulo, as ONGs que tinham trabalho de base, muitas desapareceram. E isso coincidiu, justamente, com a crise nas próprias Comunidades Eclesiais de Base e você sabe que terreno vazio é ocupada por outras.

Num contexto de extrema “desproteção” do Estado em relação aos territórios populares, num contexto de ocupação em parte desses territórios também por práticas de violências, narcotráfico, tudo isso muito misturado, aí também crescem as igrejas neopentecostais que acabam sendo um espaço de acolhimento para as pessoas, com uma ideologia conservadora.

Você tinha setores na esquerda que faziam essa crítica. O próprio Frei Betto sempre foi uma voz muito forte nesse sentido, desse alerta. Você tinha setores da igreja católica que começaram a perceber também que foi ocupada por setores conservadores. Então, você tinha setores que faziam essa autocrítica. Agora, eu acho que isso adquire força pra valer, nós fomos obrigados, amplamente, toda esquerda, foi com o golpe de 2016. Foi um momento que “caiu a ficha”.

Na verdade, a coisa começa com as manifestações de 2013. Acreditando que fosse um processo de insurreição popular e acabou sendo apropriado pela direita, com exceção feita a alguns setores ou experiências que foram no sentido contrário, como no caso da ocupação das escolas em São Paulo. Um desdobramento pela esquerda de 2013. Mas eu acho que o grande divisor de águas foi o golpe de 2016, caiu a ficha quando emerge na sociedade uma nova força política de direita e extrema-direita. Os territórios, muitos depoimentos dos territórios populares ocupados – como a gente falou – pelas neopentecostais.

Acho que um caso bem emblemático para ser estudado, até te recomendo a leitura – saiu o livro Fé e Política, um estudo sobre o surgimento das Comunidades Eclesiais em Embu das Artes. O livro tem prefácio do Paulo Vannucchi e tem depoimentos de várias lideranças da época. Da Ana Dias, mulher do Santos Dias, da Emma Passoni. Embu foi das áreas de SP uma das mais influenciadas por essa visão da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base e em 2000 elege um prefeito pelo PT, Geraldo Cruz, que fez uma denúncia na Câmara dos Vereadores, todos os outros vereadores foram cassados, ele não. Candidatou-se e foi eleito. O PT governa Embu de 2000 até 2016. Eu fui trabalhar na prefeitura, de 2008 a 2010. Mas, quem sucedeu? Um cara chamado Nei Santos, atual prefeito, reeleito, em 2020, que todo mundo sabe que é ligado ao PCC. Ele chegou a ser preso. Foram na casa dele, tinha várias Ferraris. E hoje,

o Embu das Artes tá na mão desse cara. Qual era o trabalho dele? Eu sei porque eu era secretário de participação e cidadania, e lá tinha vários tipos de demanda e a gente chegou a receber a figura do cara querendo verbas para as associações comunitárias. Ele chegava nas associações com caminhões de brinquedos no Dia das Crianças e distribuía. Hoje, Embu, aquele trabalho todo das comunidades entrou num refluxo muito grande. E tá na mão dessa direita. É um caso para ser estudado.

O aprofundamento da pobreza que se teve nos anos recentes, com ampliação da desigualdade e o fato de a gente, com nossos governos, não ter conseguido fazer um trabalho de disputa de hegemonia político e cultural na sociedade, com uma outra visão de mundo, de uma proposta de transformação social, não ter conseguido fazer essa disputa de hegemonia faz com que essas classes populares virem presas desse populismo autoritário de direita. Agora, é claro que isso não pode ser também tomado em termos absolutos, porque continuamos a ter movimentos sociais extremamente importantes, como a experiência do MST, que ao longo de todos esses anos continuou resistindo, organizando, continuou formando, criou não só a Florestan Fernandes, como diversos espaços de formação. Tem o MTST também, aqui na área urbana, tem setores do movimento sindical que continuaram buscando e tem um conjunto de novas práticas de trabalho de base e organização, numa perspectiva, digamos, transformadora, que se construíram a partir de outras formas de organização, na área da juventude, movimento que surgiu com o hip hop na periferia da cidade de SP, depois, essas outras formas de linguagem que estão surgindo, os slams, enfim.

As ações culturais, hoje, são uma das principais formas de organização, né. Você tem hoje também essa experiência no terreno da educação, dos chamados de cursinhos populares, preparar os jovens para o Enem, para a faculdade, a partir de uma visão progressista. Tem as práticas de economia solidária, as práticas ligadas à agroecologia. Acho que continuou havendo trabalho de base, pessoas tentando reinventar esse trabalho de base. Acontece que a gente, de 2016 para cá, sobretudo, começa a tomar consciência de que o buraco era muito grande. Muito maior que a gente imaginava, pelo menos do que eu imaginava. E também emerge na cena pública essa força de extrema-direita.

Isso faz parte de um contexto internacional. Só ver os resultados (ontem) da França, embora, tenha ganhado o Macron, a Le Pen se consolidou como alternativa de extrema direita. Isso tá no mundo inteiro. Na Hungria. Agora, eu tenho uma visão otimista a médio e longo prazo.

Percorrendo periferias de São Paulo e outros Estados também, tenho participado de encontros de educação popular na Amazônia, Pará, a quantidade de formas de organização de

base, de trabalho popular, de pessoas tentando recriar a educação popular é muito grande. E mesmo agora, na Pandemia, foi graças a uma certa tradição de solidariedade que existe na sociedade e uma cultura de solidariedade, que as consequências não foram mais trágicas do que são, poderiam ter sido mais trágicas, porque houve laços de ajuda mútua.

A grande questão é que todas essas experiências com nuances diferentes, umas mais numa linha existencial, outras com características mais políticas, todas elas estão muito atomizadas, quase embaixo do nível da água. E atomizadas. A gente não tem, ainda, uma sinergia entre essas experiências com força suficiente para torná-las capazes de interferir numa mudança política mais estrutural da sociedade. Na luta contra o racismo, esse filme que está passando, Medida Provisória, uma das melhores coisas que já vi recentemente, é uma denúncia fortíssima contra o racismo, mas ao mesmo tempo mostra os processos de resistência, tem lutas de mulheres feministas, mas tudo muito atomizados.

Eu costumo fazer um paralelo que a educação popular, quando surgiu de uma maneira mais definida, como a gente pensa hoje, foi nos anos 60. Naquele período estava fortemente vinculada ao tema da cultura. Se pegar as experiências de Paulo Freire em Recife, Angicos etc. todas elas estavam ligadas ao movimento de cultura popular. O Brandão, inclusive, ele tem alertado que naquele período não se falava ainda em educação popular, se falava em cultura popular, trabalho de base e cultura popular. O período de educação popular vai surgir mais a frente. Mas, o paralelo que eu faço é o seguinte: assim como o tema da cultura foi tão importante naquele momento eu penso que hoje ele volta a adquirir uma centralidade para o processo de reconfiguração da sociedade, reconfiguração do trabalho de base.

Uma pessoa que tem trabalhado muito com esse tema e respeito muito ele é o Célio Turino. Foi o principal idealizador dos pontos de cultura durante o governo Lula. Ele tem trabalhado como usar a cultura e a comunicação como maneiras de você fazer educação popular, fazer educação política, construir uma visão de bem comum, de bem viver.

Eles conseguem tocar na subjetividade das pessoas e essa é uma questão central. Essa capacidade para tocar nos corações das pessoas é um elemento central pra mudança de consciência das pessoas.

CONSTRUÇÃO DE REDES

Eu acho que o caminho, hoje, é a construção de redes. É através de um processo de construção de redes. Por exemplo: as experiências dos cursinhos populares são, em si, bastante atomizadas, mas você tem redes hoje que articulam essas experiências. Rede Emancipa, que chegou a criar até uma universidade, mais ligada ao Psol, tem uma mais ligada ao PT, outra

rede. Por exemplo: os Pontos de Cultura, diversos continuam articulados em rede, apesar de não terem mais apoio do governo. Você tem a rede de experiências de economia solidária no Brasil todo. Então, penso que hoje o grande caminho é essa construção de redes para fazer sinergia. Agora, como essas redes vão se entrelaçar, tem até experiências do plano institucional, as experiências de mandatos coletivos, que é essa tentativa de tentar renovar o fazer político, que surgiu mais recentemente. Tem uma articulação nacional que reúne essas experiências - Ocupa Política. Acho que o estágio que nós estamos é esse, de construção de redes. Depois, o que vai se criar a partir daí, quais vão ser as formas de representação desse universo na política é difícil prever.

Aí, tem essa questão que é uma outra forma de comunicação extremamente importante. Quando eu trabalhei lá no governo federal, no primeiro mandato da Dilma, na Secretaria Geral da Presidência, no depto de Participação Social, nós tínhamos um rapaz que trabalhava comigo, que era fera nas redes sociais, que é o Ricardo Popp. Na Amazônia criou uma experiência bacana de jovens que queriam se comunicar de municípios muito distantes, de muito difícil acesso e que a gente através das redes sociais, criamos um projeto Web Cidadania de Xingu. Era uma forma - se comunicavam pela web e se articulavam como rede, como espaço. Agora, acho que essa questão das redes sociais tem uma importância muito grande. (*Refere-se às redes sociais digitais*). Do ponto de vista progressista, emancipador, eu acho que nós estamos engatinhando.

E a direita se antecipou muito mais na ocupação desses espaços, mas tinha muito mais recurso para fazer isso. Eu acho que além de recursos ela teve a visão do poder antes de nós. E se preparou para isso. Hoje, muito difícil enfrentar essa produção de *fake news*, com base nos algoritmos e a capacidade multiplicadora que tem. É uma luta muito desigual.

Uma primeira coisa é esse assunto que estamos conversando, entender o papel dessas redes sociais como espaços de articulação das pessoas, espaços de participação das pessoas e construir uma estratégia de ocupação desses espaços. Isso é um primeiro desafio. Um segundo desafio é, justamente, uma estratégia mais clara de disputa de hegemonia política e cultural na sociedade. Porque, de certa maneira, lá no período da ditadura, você tinha a disputa com o regime militar, com as forças que apoiaram o regime militar, mas no âmbito da base da sociedade.

A minha companheira Cissa, que participou do Cepis lá atrás, não éramos companheiros naquela época, éramos amigos. Ela hoje faz parte de um coletivo que chama Flores para a Democracia. Surgiu em 2018 com quatro mulheres aposentadas, Cissa era uma delas, indignadas com o que estava acontecendo, golpe, prisão do Lula, começaram a querer a fazer

um trabalho de base e começaram a pensar que outras linguagens poderiam ser utilizadas para tocar nessa questão da subjetividade. A partir de uma experiência que tinha em Minas Gerais, elas começaram a trabalhar com a ideia de partir das flores, de criar junto flores com papel crepom e graveto. Ensinar as mulheres a fazer essas flores e nas flores colocar filipetas com mensagens a respeito da luta pelos direitos, pelos direitos humanos e esse instrumento dessas flores servia tanto para organizar mulheres quanto para dialogar com aquela parcela de mulheres que não estavam organizadas em nada, passavam na frente do metrô, na praça pública.

Elas fizeram como base territorial de trabalho o Largo da Batata, em Pinheiros. Toda quinta-feira à tarde, como as mães das praças de Maio (risos), vão todas as quintas, às 16h ocupam umas mesas e ficam fazendo flores com papel crepom até hoje. Só na pandemia que suspenderam o presencial, mas continuaram se articulando pela internet, encontrando formas de apoiar as comunidades.

Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto - 9/02/2022. Entrevista realizada online pelo Google Meet.

Eu nasci numa família de classe média burguesa e de tradição conservadora, porque do lado paterno era marcadamente de militares. Inclusive, isso influi em mim. Meu avô era militar, eu tinha dois tios gerais e, um deles, inclusive, era diretor do Colégio Militar de Belo Horizonte, e eu tentei também ser militar. Cheguei a fazer o vestibulinho para ingressar no Colégio Militar e veja que não havia nenhum nepotismo porque eu não consegui ser aprovado. As disciplinas mais fortes eram matemática e português. Depois, vinha história e geografia. Não fui aprovado em geografia. E meu tio nem para dar um jeitinho de eu ser incorporado à escola (risos). Foi a minha salvação.

A minha consciência política nasce no meu ingresso na Ação Católica, na Juventude Estudantil Católica (JEC), quando eu tinha 13 anos. Era um ingresso precoce, geralmente a JEC aceitava estudantes a partir dos 15 ou 16 anos. E a JEC já tinha em Belo Horizonte uma forte conotação progressista, porque era acompanhada e assessorada pelos frades dominicanos que foram formados na França. Os dominicanos franceses tiveram muita sintonia com a Resistência Francesa durante a ocupação nazista e, sobretudo, com o Partido Comunista Francês. Na JEC de Belo Horizonte participaram Betinho, depois, Henfil que foi meu companheiro também nesse período e que também entrou com 13 anos.

Nós lutávamos por resgatar a União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES) de Belo Horizonte que estava nas mãos da direita e atuávamos também junto com a Juventude Comunista. Então, a minha consciência política foi despertada muito cedo, aos 13, 14 anos. E já aos 16 eu fui eleito numa chapa de esquerda, integrada por cristãos e comunistas, para a vice-presidência da UMES.

Então, a minha atuação veio daí. A primeira manifestação política de rua que eu participei foi justamente quando Jânio Quadros renunciou à presidência e as forças progressistas exigiam a volta dele. Temíamos que os militares, como depois veio a acontecer, assumissem o poder. Foi a primeira vez que eu enfrentei, na Praça Sete, em Belo Horizonte, a cavalaria do Exército, porque o presidente da UMES tinha se refugiado com medo de ser preso e eu assumi a liderança da entidade.

Daí veio minha atividade progressista, e claro, depois, muito marcada por toda formação cristã, na perspectiva da Teologia da Libertação e, principalmente, pela opção pelos pobres. Isso me levou a sempre trabalhar junto aos movimentos populares. Tanto no âmbito da Igreja Católica, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e fui assessor por 22 anos da Pastoral Operária do ABC, quanto os vários movimentos populares, como o MST (Movimento Sem-Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a Central dos Movimentos Populares, da qual sou um dos fundadores. Assessoriei também a Frente Sandinista, na raiz da revolução, na questão marxismo-cristianismo e continuo fazendo esse trabalho. Ajudei a fundar o Centro de Educação Popular em Cuba, o Centro Martin Luther King e, agora, em março tenho prevista uma assessoria na linha da educação popular do trabalho de base para o Partido Morena, que está no poder no México.

Trabalhei muitos anos com educação popular, desde que sai da prisão, no fim de 1973. Antes, eu tinha uma atuação de esquerda que hoje considero elitista, porque nós acreditávamos que o povo seguiria nosso exemplo de revolucionários, sem nos engajarmos no meio popular e fazermos o trabalho de base. A partir dessa autocrítica, quando eu saí da prisão, fui muito pressionado para viver fora do Brasil, me exilar, tanto pela repressão quanto pela família e também pela igreja, mas optei por ir para o trabalho de base. Fui morar numa favela em Vitória (ES) e, a partir das minhas frequentes vindas a São Paulo, eu me associei ao CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae).

Integrado por essas pessoas que você citou no começo, o Ranulfo Peloso, a Celeste, o Pedro Pontual, o Paulo Vannucchi. Era uma equipe de altíssima qualidade, inspirada em Paulo Freire, com quem mantínhamos contato por correspondência e, depois que ele voltou do exílio pessoal, me tornei muito amigo do Paulo. Fomos até vizinhos aqui em São Paulo. Eu nunca

ingressei em partido político, justamente por causa da demanda que eu tenho em relação ao movimento popular, aos sindicatos, e até mesmo partidos que me chamam para fazer trabalhos de educação popular, o trabalho de base.

A partir de 1985, isso se ampliou em Cuba. Em 80 eu havia iniciado um trabalho nesse sentido na Nicarágua, onde fiquei dez anos indo frequentemente para desenvolver esse trabalho. Depois Cuba, México e há outras solicitações na América Latina, inclusive, na Argentina, onde ajudei a formar uma equipe de educação popular.

De fato, sou uma pessoa preocupada também com a questão teórica para me embasar bem nas atividades, nos meus escritos. Sou um escritor compulsivo, como você sabe, já são 70 livros e, possivelmente, este ano sairão mais três. Por outro lado, tive uma forte educação marxista, sem dogmatismo, sem fundamentalismo. O marxismo, para mim, é um método de análise da realidade, não é uma outra religião.

Também sempre me preocupei em traduzir esses conceitos teóricos em linguagem popular. Uma das características das minhas obras literárias são as múltiplas cartilhas que produzi e continuo. A mais recente das cartilhas é a que eu fiz em Cuba, justamente para traduzir em linguagem mais popular o Plano de Soberania Alimentar e Educação Nutricional.

É preciso falar a linguagem do povo. Eu não sou uma pessoa de origem popular, mas sou uma pessoa que tenho facilidade para escrever, graças ao jornalismo. Tenho um livro - O Marxismo ainda é útil? - justamente sobre a importância do método marxista para entendermos essa realidade na qual vivemos, a do sistema capitalista.

Antes do período da nossa prisão, mais duro da ditadura, no fim dos anos e início dos anos 70, a esquerda brasileira não tinha sensibilidade para o trabalho de base. Isso começou nas Comunidades Eclesiais de Base, graças ao método Paulo Freire, que custou a ele a fama de idealista, porque muitos segmentos da esquerda já o criticaram a partir do primeiro livro dele, que de fato ainda não era um livro embasado no marxismo. Acho que se chama Educação como prática da liberdade. Mas, o Pedagogia do Oprimido, que é o clássico dele sim, é todo embasado na teoria marxista e é um livro fundamental, essencial para quem quer trabalhar com educação popular.

Portanto, a esquerda tinha a concepção leninista do vanguardismo, de que bastaria uma boa direção revolucionária, com muitos conceitos na cabeça para conduzir o proletariado à revolução. Tanto que foi um impacto muito forte a fundação do PT, em 1980 com proletários como vanguarda do proletariado. Isso para muitos segmentos da esquerda tradicional, principalmente a vertente mais comunista, era um escalabro, sabe. Como que agora os proletários, que não têm curso universitário, não leram o Capital, etc como querem ser a sua

própria vanguarda. Então, é uma contradição enorme e hoje, a figura número 1 do PT é o Lula, um operário que não passou pela universidade, passou por capacitação profissional como operário. Então, isso derruba todos os mitos de que a formação acadêmica é essencial para fazer um bom militante, um bom revolucionário.

Uma cozinheira num curso que eu dei em Vitória achava que o médico era um gênio porque ele tinha cultura e ela não. Aí, eu lancei essa analogia dos dois perdidos numa mata e um frango. Ele, com toda cultura em medicina, morreria de fome e ela não porque saberia como preparar esse frango. De fato, dependemos mais das culturas das cozinheiras e dos cozinheiros do que eles das nossas culturas, porque nós podemos prescindir de muitas coisas na vida, mas não da alimentação.

Agora a esquerda tem consciência do trabalho de base. Esse trabalho foi realizado intensamente nas décadas de 70, 80 e 90, mas a partir da chegada em instâncias de governo municipais, estaduais e federal esse trabalho veio, progressivamente, sendo abandonado, lamentavelmente. As equipes de educação popular foram se extinguindo pelo Brasil afora. Com exceção do MST, que valoriza muito o trabalho de base, que tem, inclusive, uma escola, a Florestan Fernandes, em Guararema (SP), dedicada à formação de militantes. Houve um hiato muito grande durante os 13 anos do governo do PT porque coincidiram com os Pontificados de João Paulo II e Bento XVI, que eram conservadores e isso fez refluir os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), que eram quem mais adotava a pedagogia paulo freireana. Isso se refletiu no movimento sindical e nos mundos dos partidos de esquerda. O trabalho de base foi, progressivamente, abandonado e esse espaço popular, progressivamente, ocupado pelo cristianismo fundamentalista, principalmente de vertente evangélica, o narcotráfico e as milícias.

Agora no processo de preparação do Lula (eleição de 2022) é que o PT se dá conta, por meio da Fundação Perseu Abramo, da importância do trabalho de base e começam a formar Comitês Pró-Lula, que perdurariam após a posse como apoio ao governo. O problema é que muitos quadros da base popular foram absorvidos por essas instâncias de governo e não houve uma reprodução da formação de militantes. E o problema é que muitos educadores populares que saíram, muitos deles do meio popular mesmo, não querem voltar para a periferia, não querem por o pé na lama. E trabalhar com a base popular significa assumir muitos sacrifícios e um deles, muito marcante, é que praticamente a gente não tem fim de semana porque quando as pessoas da favela, da periferia e as pessoas da zona rural podem se reunir é no sábado ou domingo. E muita gente de esquerda, principalmente pessoal de formação mais classe média e

classe alta quer o final de semana sagrado para ir para a praia, para o sítio, pro cinema, pro teatro. Então, abrir mão disso é um sacrifício.

Essa é a questão. Eu lamento, por exemplo, que o Psol, que é uma dissidência do PT e veio para trazer, como diz o próprio nome do partido, uma proposta socialista também não faz trabalho de base. Não faz formação de militância. Eu me lembro que houve um período no PT que para ser aceito como militante do partido era preciso passar por uma espécie de seleção ideológica. Hoje, não. Houve casos, excepcionais, de gente meio bandida que se inscreveu no PT por razões de interesse eleitoral. Eu não vejo a possibilidade de criarmos uma geração de militantes anticapitalistas e superar esse sistema genocida, excludente e opressor sem essa geração de militantes.

Ou seja, o trabalho de base é um desafio a longo prazo, mas infelizmente não vejo ânimo mesmo durante os períodos que estive no governo Lula. Nós deixamos lá, e isso prosseguiu no governo Dilma, uma proposta de uma grande rede de trabalho de base - RECID (Rede de Educação Cidadã)³⁹. Devo lembrar você que quando você for fazer um doutorado é preciso alguém se debruçar sobre essa experiência, que foi extremamente rica e nunca ninguém escreveu sobre ela. Nós chegamos a ter 800 educadores populares pagos pelo governo federal e mil voluntários para trabalhar, principalmente, com as famílias beneficiárias do Bolsa Família, mas o próprio governo não dava importância. Então, não teve a ressonância que a gente gostaria.

Ele durou até o fim do primeiro mandato da Dilma (22:54). Já no segundo mandato a coisa ficou mais complicada. Nos dois anos que estive em Lage, depois de fundar a Recid, eu tive muito apoio da iniciativa privada. Nenhum centavo do próprio governo federal, por incrível que pareça. Aí, quando eu saí, assumiu o posto de comando do projeto o sr Viunueker e ele conseguiu com a vinda do Mantega algum orçamento. Mas eu tive que recorrer sempre à iniciativa privada para tocar esse trabalho.

Há uma confiança no poder institucional e ao mesmo tempo há uma falta hoje de pessoas que estejam bem integradas da importância desse trabalho de base. Agora, com a comemoração dos 100 anos do nascimento do Paulo Freire, ressurgiu um interesse pelas obras dele, mas não sei o quanto isso sensibilizou militantes para se assumirem enquanto educadores populares e como eu disse, no Brasil tinha centenas de equipes de educação popular e que foram desaparecendo. Inclusive, os sindicatos tinham. Eu cheguei a dar curso de educação popular no

³⁹ Constituída no primeiro governo Lula, junto com o Programa Fome Zero, dentro da perspectiva de construção de uma política pública emancipatória, que fortalecesse a construção do poder popular, da organização de parte da sociedade civil, a parte historicamente excluída da construção de nosso projeto de sociedade. Em: <https://www.correiodobrasil.com.br/dialogo-participacao-e-emancipacao-num-proximo-governo-dilma/> Acesso em 20/11/2022.

sindicato dos metalúrgicos do ABC e também para outros sindicatos do Brasil. Havia um número enorme de escolas mesmo dedicadas à formação de militantes de todo o país. Hoje, restam poucos, sei que o Cepis continua. Mas é uma raridade.

Na educação popular, o protagonismo é do próprio educando. Conheci educadores populares que não conseguiam superar a postura bancária. Chegavam no sindicato, no movimento popular dando lições. Portanto, como tem que partir deles, o cultural é fundamental. Quando a gente chega e fala “vamos dar um curso de formação política” vai parecer meia dúzia de gatos pingados. Agora, se falar: vamos fazer aqui um seminário sobre música popular, aquilo enche. Vamos fazer aqui uma oficina de dança, também enche. Ou seja, partir daquilo que motiva as pessoas e, a partir disso, vamos entrando na questão da conscientização. São três fases, que não são sequenciais, são interligadas: conscientização, organização e mobilização. Ao fazer uma a gente já tá embutindo as outras. Você até pode fazer um curso de culinária – muitas mulheres das favelas trabalham como cozinheiras em casas de famílias – a partir da culinária você começa a debater a questão da fome e o preço dos alimentos, da inflação e por aí vai. Mas é preciso partir deles, sempre. Quando o educador não tem sensibilidade para a escuta popular, para conhecer o terreno onde ele vai atuar, ele acaba, em nome da educação popular, em nome de Paulo Freire, fazendo educação bancária. E daí, não dá certo.

Lá em São Bernardo, eu tive atrito com um educador porque ele dava noções de marxismo para operários das fábricas que ficavam tentando anotar no caderno aqueles conceitos velhos e eu o critiquei. Ele falou “como é que você vai dar esses conceitos sem ser assim”. Eu falei, então, assista meu curso para você compreender. E, realmente, peguei o grupo de 30 pessoas, dividi em grupos de seis e eu quero que cada um conte na roda a história do seu avô, do seu pai e a suas próprias histórias. Depois, escolha uma para ser relatada para toda a classe. No final dessa uma hora de conversa de grupo - e o que as pessoas mais gostam de fazer é resgatar a memória pessoal, da família - vieram seis indicados, um de cada grupo para relatar a sua história pessoal e, na medida que eles foram relatando, eu dividi a lousa em passado (avós), que muitos tinham uma pequena terra, os pais (presente) a pequena terra desapareceu, tomada pelo latifúndio, pelos grileiros, e a história do filho, que teve que migrar para procurar emprego em São Paulo para alugar sua mão de obra porque não restava meio de produção para ele. E com os períodos do tempo do avô, do pai e dele coloquei a história do Brasil. Perceberam que a história de cada família é a história de um povo e começaram a perceber o que é meio de produção, o que é desapropriação, o que é exploração de mão de obra, ou seja, todos os conceitos surgiram a partir da experiência vivencial e da memória deles.

Isso é educação popular democrática e socialista, porque a construção do socialismo passa, inevitavelmente, ou jamais chegaremos a ela pela ampliação da democracia. A democracia tem que ser coadunada entre a democracia política, que hoje existe de uma maneira virtual, com uma democracia econômica, que não existe de nenhuma maneira. Então, já abandonamos aquela ideia leninista de assalto ao Palácio de Inverno, nós vamos tomar o palácio e assumir o poder. Isso não funciona. O que funciona é justamente a gente criar nichos de um projeto futuro de sociedade como faz o MST nos seus acampamentos e assentamentos para poder um dia chegar a um outro modelo de sociedade.

Essa é a minha visão, sem descartar o processo revolucionário, que depende da reação da burguesia. Pode ser que a burguesia, num determinado momento, queira deter o nosso processo como aconteceu antes de 1964, em que tudo era novo. Cinema era novo, a bossa era nova, enfim, era o governo Jango propondo várias reformas estruturais como a reforma agrária e, de repente, veio a milicada e acabou com nossas esperanças. Então, pode ser que à medida que vamos ampliando esse processo de participação democrática, também a burguesia volte a agir, aí sim, não há alternativa senão a gente partir para a luta revolucionária. Mas, na nossa perspectiva, o uso da violência na conquista do poder é sempre uma iniciativa da burguesia, do inimigo, jamais deveria ser da esquerda.

A questão que mais preocupa as pessoas do povo é a sobrevivência. Mas, como diz o Onelio Cardoso, escritor cubano, o ser humano tem duas grandes fomes: a de pão e a de beleza. Então, a questão da sobrevivência a gente não pode resolver num processo de educação popular, a gente pode sim capacitá-los para lutar melhor por essa sobrevivência, que é a conquista de direitos, como as greves metalúrgicas, toda a história do movimento operário em busca de conquista de direito. Mas a questão da fome de beleza, que dá o sentido da nossa existência, isso sim, a educação popular pode e deve fazer, que é que por outro viés fazem os fundamentalistas cristãos. Eles imprimem um sentido à vida dessas pessoas muito pobres para que elas aceitem abnegadamente a opressão e joguem as suas esperanças para um outro nível. Nível do reino de Deus, nível do reino dos céus, enfim, pós-vida. Justamente, esse é o trabalho da educação popular saciar a fome de beleza.

As pessoas têm muita carência de um sentido da sua vida e quando a gente imprime um sentido na vida atenua as dificuldades da fome de pão, porque quem tem um sentido enfrenta todas as dificuldades para levar adiante esse projeto, ou seja, quando você vai trabalhar no meio do povo você tá abrindo mão de muitos privilégios. Tá abrindo mão do seu domingo na praia, encontro com um amigo num sítio, ou em caso extremo quando você vai numa guerrilha você está arriscando a vida, enfrentando situações muito difíceis de sobrevivência, de carências de

todo tipo, mas o que é que sustenta um Che Guevara, primeiro em Sierra Maestra, em Cuba, depois, nas selvas da Bolívia? Um sentido. Essa é a coisa mais importante na vida de cada um de nós.

Nem todos que passaram por esse processo de formação continuam na militância o sistema tem um poder de deseducação política muito forte. A gente não pode subestimar. Então, alguns foram reabsorvidos pelo sistema. Mas quando você pega um Vicentinho, por exemplo, foi meu aluno e tá na militância até hoje e tem outros nomes a citar. Então, realmente, isso é muito marcante. A gente vê que muitos que passaram por esse processo de formação continuam até hoje na militância, atuantes. Mas não é que a educação popular funcione como uma varinha de cordão. Todos que passem se tornam pessoas que vão militar a vida inteira, isso não ocorre.

Como diz o Eduardo Galeano, a utopia é aquele horizonte para o qual a gente caminha e nunca o atinge. Mas é isso que nos move. Então, é preciso enxergar mais longe, por exemplo, na eleição do Lula achar que tudo se deve ao carisma dele. Não, precisa ter um projeto de governo e que seja decifrado em direitos e resultados concretos para o nosso povo, dos excluídos, marginalizados, oprimidos. Por outro lado, a mística é justamente esse elã que a gente sente na militância. Eu sempre afirmo que não é nada fácil descobrir isso, porque só a prática que ensina. Você pode descrever a água mil vezes para uma pessoa, mas se ela nunca pôs as mãos na água ela jamais vai saber o que é a água. Não basta saber qual é a fórmula química. Então, a questão da mística é a mesma coisa. É preciso que a pessoa entre no mundo popular, no mundo do povo para que sinta como vale a pena a gente fazer da vida um projeto de levar às outras pessoas a felicidade. Só é feliz quem procura fazer os outros felizes. Todas as pessoas muito autocentradas são pessoas amargas.

A gente só fica pra cima, animado, quando tem esse projeto coletivo de criar um mundo diferente, embora saiba que isso é difícil. A nossa proposta de vida deve ser a de morrer semente, né, para que no futuro outras gerações possam colher.

ANEXO – Letra da música Pirâmide

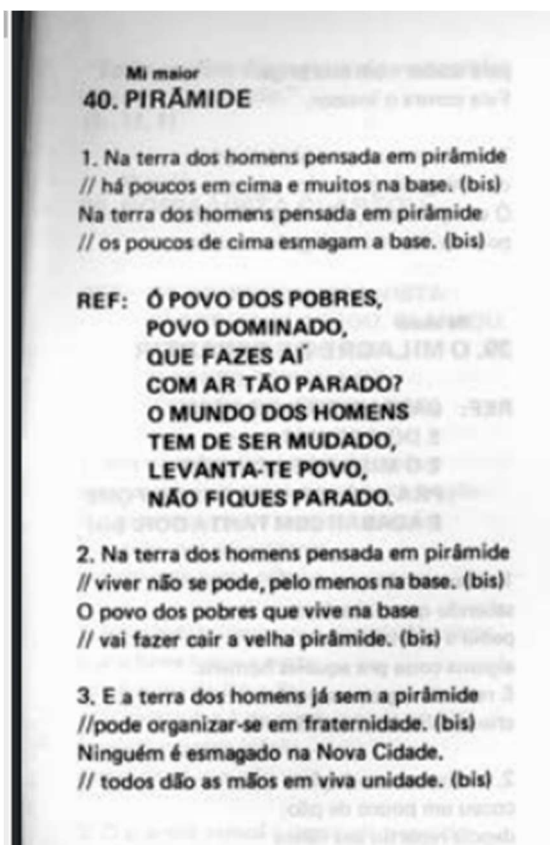
Letra da música angolana, Pirâmide, que de acordo com Ranulfo Peloso, durante a entrevista, era cantada nos encontros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs):

1. Na terra dos homens pensada em pirâmide
há poucos em cima, e muitos na base.
Na terra dos homens pensada em pirâmide
os poucos de cima esmagam a base.

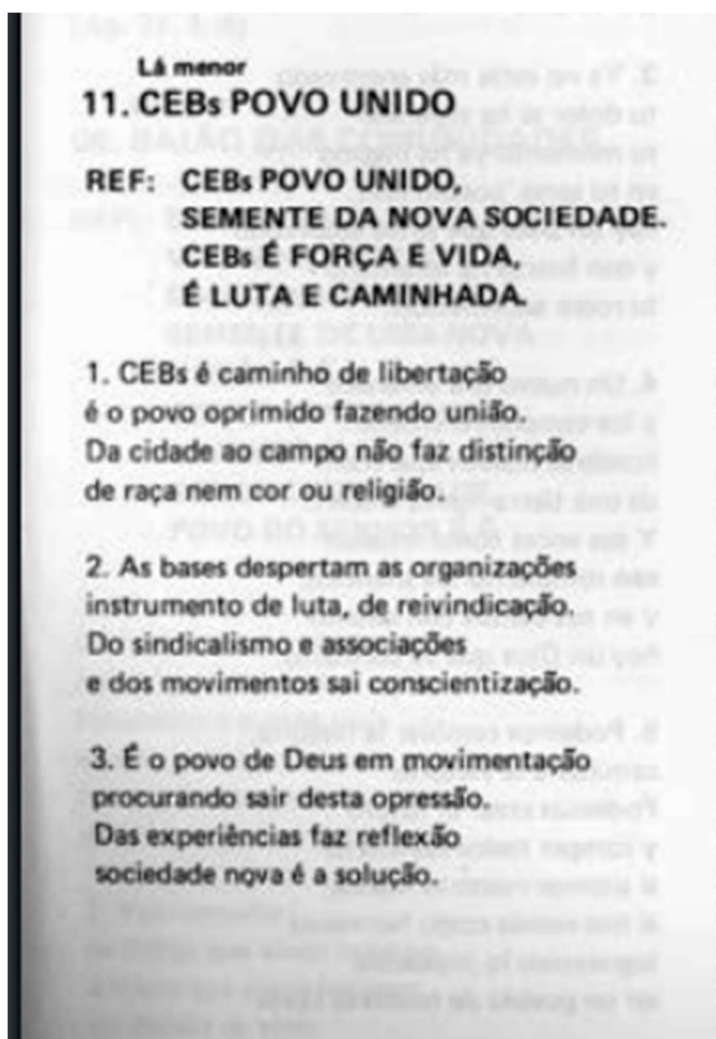
Ref: Ó, povo dos pobres, povo dominado,
que fazes aí com ar tão parado?
O mundo dos homens tem de ser mudado.
Levanta-te, povo, não fique parado.

2. Na terra dos homens pensada em pirâmide
viver não se pode, pelo menos na base.
O povo dos pobres que vive na base
vai fazer cair a velha pirâmide.

3. E a terra dos homens já sem a pirâmide
pode organizar-se em fraternidade.
Ninguém é esmagado na nova cidade.
Todos dão as mãos em viva unidade.



Reprodução a partir do livreto da Ação Católica Operária “Cantando nossa libertação”, produzido no início da década de 80, que encontrei no link: <https://www5.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/colecao-acao-catolica-operaria/ACO0002-compactado.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2023.



Reprodução de outra música, sobre as CEB's, incluída no mesmo livreto da Ação Católica Operária.